PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

ANA PAULA DE LIMA SILVA

Mulheres que plantam colhem mundos possíveis: uma proposta de Aula de Campo para o Ensino de História na Associação de Mulheres Girassol (Assentamento Modelo II – João Câmara/RN)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Natal/RN
2026

ANA PAULA DE LIMA SILVA

Mulheres que plantam colhem mundos possíveis: uma proposta de Aula de Campo para o Ensino de História na Associação de Mulheres Girassol (Assentamento Modelo II – João Câmara/RN)

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito à obtenção do título de Mestra em Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira

Natal/RN
2026

ANA PAULA DE LIMA SILVA

Mulheres que plantam colhem mundos possíveis: uma proposta de Aula de Campo para o Ensino de História na Associação de Mulheres Girassol (Assentamento Modelo II – João Câmara/RN)

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito à obtenção do título de Mestra em Ensino de História.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira (Presidente)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

_____

Profª Dra. Juliana Teixeira Souza (Examinadora Interna)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

_____

Profª Dra. Célia Santana Silva (Examinadora Externa)
Universidade Estadual do Estado da Bahia - UNEB

_____

Profº Dr. Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior (Suplente Interno)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do

Silva, Ana Paula de Lima.
Mulheres que plantam colhem mundos possíveis: uma proposta de aula de campo para o ensino de História na Associação de Mulheres Girassol (Assentamento Modelo II - João Câmara/RN) / Ana Paula de Lima Silva. - Natal, 2026.
173 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2026.
Orientação: Profa. Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira.

1. História - Ensino. 2. Feminismo Camponês. 3. Agroecologia. 4. Aula de campo. 5. Associação de Mulheres Girassol. I. Oliveira, Margarida Maria Dias de. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA CDU 930.1:37.01

Elaborado por Raphael Lorenzo L. R. Fagundes - CRB-15/912

Dedico este trabalho, inicialmente, às minhas ancestrais que pavimentaram os caminhos para que eu, hoje, pudesse estar viva, apesar de tudo. Dedico às minhas avós, que encontraram na terra uma relação de comunhão e, em suas irmãs, a força necessária para continuar lutando em tempos difíceis. Dedico ao ventre de minha mãe, que me pariu, que me trouxe a este mundo, aos seus braços, que me acolheram, me ninaram e me criaram. A meu pai, que possamos nos encontrar novamente em algum lugar do cosmos. Dedico as boas amizades da vida por todo carinho e apoio, em especial a Tatiane Severo (in memoriam), Iranilson de Melo (in memoriam) pelas alegrias compartilhadas em vida. Dedico às mulheres deste território, chamado Mato Grande, que com tanto cuidado e amor tem me acolhido em seus movimentos diários de lutas por um mundo melhor, em especial as mulheres da Associação Girassol pelo tanto que me ofertam. Dedico as estudantes que o longo desses quase vinte anos de docência foram transformando cotidianamente os meus exercícios de professorar. Dedico as professoras e professores com quem compartilhei grandes experiências pessoais e profissionais, afinal acredito, que a prática pedagógica é uma prática política coletiva que se faz com as outras pessoas. Dedico também a mim, por me reconhecer essa mulher imensa, sagrada e imparável.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um sentimento e um ato profundamente amoroso e político. Também é um a forma de honrar os seres visíveis e invisíveis que nos acompanham nas trajetórias da vida. Assim, gostaria de primeiro agradecer as minhas ancestrais pelas possibilidades de minha existência, vocês são a força e o sagrado que me habita em todas as formas e intensidades, gratidão pelas lições aprendidas por essa mulher negra que tem ousado todos os dias sonhar o absurdo. Agradeço a todas as mulheres do mundo que tem, através de suas existências, gestados e parido mundos possíveis para todos os seres, e construído rotas potentes de liberdade.

Agradeço as mulheres imensas desse território chamado Mato Grande pelos abraços que me aquecem, pelas palavras que reencantam mundos, pelas gargalhadas que libertam as gargantas de outras mulheres e pelos ensinamentos valiosos que tem me acompanhado ao longo dos últimos quinze anos. Agradeço especialmente as mulheres da Associação de Mulheres Girassol que são pessoas essenciais para este estudo.

Gratidão as estudantes que fui encontrando nesse exercício de professorar, vocês são parte de tudo que sou, a professora que hoje me habita tem imenso afeto pela existência de vocês. Gratidão as professoras que encontrei, e encontro, nas travessias de minha vida, vocês têm me ensinado lições poderosas sobre ser professora num mundo que tenta a todo custo nos desvalorizar.

Agradeço imensamente a Professora Margarida Dias, orientadora desse estudo, pelas lições, pela paciência, pelos diálogos tão cheio de afetos, e por acreditar na potência dessas palavras desobedientes. Lhe encontrar na travessia desse mestrado, professora, tem significado muito para mim. As demais docentes, também, agradeço o tanto que nos ofertaram nesses dois anos de curso.

Gratidão também as e os colegas de curso, em especial Rosely, Assis, Neves e Gildeneide. Agradeço as amizades que me acompanham nessa trajetória existencial, em especial a Genilda, Renata Luz, Milena Tibúrcio e Luiz Henrique, vocês são calmaria e acolhimento em tempos bons e difíceis.

E não menos importante agradeço profundamente a mulher que me habita, que apesar de tantos desafios tem ousado existir da forma mais intensa possível. Ana, você é uma mulher extraordinária, gratidão por todas as vezes que tentou, que não desistiu, que foi embora de pessoas e lugares que nunca foram para você.

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

Conceição Evaristo

RESUMO

Ao longo da história, as mulheres foram sendo apagadas e silenciadas das narrativas históricas que chegam às salas de aula da Educação Básica. Isso é reflexo de uma produção de conhecimento que tem como bases estruturas de opressão como o patriarcado, o racismo, o machismo e as violências sistemáticas de gênero, entre outras. Quando se fala nas mulheres do campo, estas seguem sendo ainda mais invisibilizadas, apesar das enormes contribuições que dão cotidianamente à história do mundo. Este estudo teve como objetivo refletir sobre os apagamentos e silenciamentos das mulheres do campo no Ensino de História, apresentando possibilidades de aprendizagens históricas a partir de uma Aula de Campo na Associação de Mulheres Girassol, localizada no Assentamento Modelo II, na cidade de João Câmara/RN. Para isso, foi adotada uma abordagem metodológica composta por pesquisas bibliográficas, pesquisas de campo e análise de documentos, em um estudo de natureza qualitativa. A coleta de dados se deu a partir das minhas experiências enquanto professora, junto a pesquisas em livros, Repositórios Institucionais, artigos científicos, visitas à Associação, com o objetivo de construir um Caderno de Orientações com a proposta de roteiro para a Aula de Campo, assim como para construir os diálogos nesta escrita dissertativa. Os resultados, diante dos estudos realizados, indicam que, apesar de apagadas e silenciadas da escrita da história, as mulheres do campo têm imensas possibilidades de ensino e aprendizagem a oferecer ao Ensino de História; seja a partir de uma Aula de Campo ou outra estratégia pedagógica, elas podem chegar à escola e contribuir significativamente para uma educação que tenha como pilares o antissexismo e o combate às formas de opressão que afetam profundamente a vida das mulheres, em especial as mulheres do campo.

Palavras-Chave: Ensino de História; Feminismo Camponês e Popular; Agroecologia; Aula de Campo; Associação de Mulheres Girassol;

ABSTRACT

Throughout history, women have been erased and silenced from the historical narratives that reach Basic Education classrooms. This is a reflection of a knowledge production based on oppressive structures such as patriarchy, racism, sexism, and systematic gender-based violence. When it comes to rural women, they remain even more invisible, despite the enormous contributions they make daily to world history. This study aimed to reflect on the erasure and silencing of rural women in the teaching of History, presenting possibilities for historical learning from a Field Trip to the Girassol Women's Association, located in the Modelo II Settlement, in the city of João Câmara/RN. For this, a methodological approach was adopted, composed of bibliographic research, field research, anddocument analysis, in a qualitative study. Data collection was based on my experiences as a teacher, along with research in books, Institutional Repositories, scientific articles, and visits to the Association, with the objective of creating the Guidance Notebook with the proposed script for the Field Trip, as well as to construct the dialogues in this dissertation. The results, given the studies carried out, indicate that, despite being erased and silenced from the writing of history, rural women have immense teaching and learning possibilities to offer the teaching of History; whether from a Field Trip or another pedagogical strategy, they can reach the school and contribute significantly to an education based on anti-sexism and the fight against the forms of oppression that deeply affect the lives of women, especially rural women.

Keywords: History Teaching; Peasant and Popular Feminism; Agroecology; Field Trip; Girassol Women's Association.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACC – Associação de Apoio às Comunidades do Campo
ASA – Articulação do Semiárido Potiguar
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF – Constituição Federal
CLOC – Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo
DIREC – Diretoria Regional da Educação e da Cultura
EA – Educação Ambiental
ha – Hectare
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
KM – Quilômetro
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não Binários ...
MMC – Movimento das Mulheres Camponesas
MMTR/NE – Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NEABI – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
ProfHistória – Mestrado Profissional em Ensino de História
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RN – Rio Grande do Norte
UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mulheres da Escola Feminista do MMTR/NE.....39
Figura 2 – Mapa do Território do Mato Grande (RN).....75
Figura 3 – Mulheres de Acauã, Poço Branco/RN.....78
Figura 4 - Festa no Ilê Axé Rainha de Sabá.....79
Figura 5 – Encerramento da Conferência de Mulheres do Mato Grande.....82
Figura 6 – Entrada do Assentamento Modelo II (João Câmara/RN).....87
Figura 7 - Mapa dos Assentamentos Rurais de João Câmara/RN 88
Figura 8 – Acampados na Fazenda Modelo, 1994.....89
Figura 9 – Plantio no lote 119 (Associação de Mulheres Girassol).....92
Figura 10 - Salão comunitário da Associação de Mulheres Girassol.....95
Figura 11 – Poço da Associação de Mulheres Girassol.....95
Figura 12 – Lavanderia coletiva.....96
Figura 13 – Casa de beneficiamento de polpa de fruta.....97
Figura 14 - Aula na Escola Modelo II.....105
Figura 15 – Alpendre de Dona Rita.....110
Figura 16 – Pomar coletivo 111

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Produção do ProfHistória por região 63
Tabela 02 - Produção sobre mulheres, questões de gênero e feminismo 66
Tabela 03 - Universidades com mais produções sobre mulheres, questões de gênero e feminismo 67

SUMÁRIO

1. **“Ô ABRE ALAS QUE AS MULHERES VÃO PASSAR” (UM COMEÇO, UM PONTO DE PARTIDA) 15**
   - 1.1 Outros modos de escrever são possíveis na academia, escrevivendo palavras para reencantar o mundo 25
   - 1.2 Possibilidades metodológicas para um estudo sobre mulheres do campo 31
2. **MULHERES DO CAMPO E ENSINO DE HISTÓRIA, DIÁLOGOS SOBRE “OUTRAS” HISTÓRIAS QUE É PRECISO CONTAR 36**
   - 2.1 Sem feminismo não há agroecologia”, construindo pontes com o Ensino de História 38
   - 2.2 Uma conversa sobre Feminismo Camponês e Popular e agroecologia na BNCC e no Referencial do Ensino Médio Potiguar 52
   - 2.3 As mulheres no ProfHistória: entre ausências, apagamentos e possibilidades 61
3. **ASSOCIAÇÃO DE MULHERES GIRASSOL, experiências feministas e agroecológicas que gestam mundos possíveis no Território do Mato Grande 71**
   - 3.1 Deixa-me lhe apresentar o Mato Grande, território onde as mulheres constroem rotas de liberdade 72
   - 3.2 Pensando um Feminismo Camponês e Popular e a agroecologia a partir das experiências coletivas na Associação de Mulheres Girassol 84
   - 3.3 Associação de Mulheres Girassol, caminhos possíveis para uma Aula de Campo no Ensino de História 103
4. **DIMENSÃO PROPOSITIVA: Mulheres que plantam colhem mundos possíveis, uma proposta de Aula de Campo no Ensino de História para estudantes do Ensino Médio 114**
5. **TODA VEZ QUE EU DOU UM PASSO O MUNDO SAI DO LUGAR (UMA CONCLUSÃO?) 160**
6. **REFERÊNCIAS 164**

1. "Ô ABRE ALAS QUE AS MULHERES VÃO PASSAR"[1] (UM COMEÇO, UM PONTO DE PARTIDA)

Primeiramente, gostaria de pedir licença e benção às minhas ancestrais, às que vieram antes, às que estão comigo e, também, àquelas que virão depois de mim. Saúdo a força e as fraquezas daquelas que, a muito custo, abriram caminhos para que eu, uma mulher negra do semiárido[2] potiguar, pudesse escrever essas palavras, um tanto desobedientes, numa dissertação de um programa de pós-graduação de uma universidade pública federal. Eu sou a geração neta, a primeira das mulheres de minha família que chega a uma pós-graduação, e aqui honro o compromisso de não ser apenas uma espectadora das narrativas de fim de mundo[3], ainda tão presentes em nossos ambientes acadêmicos. Meu compromisso é com uma escrita que desobedeça ao epistemicídio sistemático de nossos saberes ancestrais e às monoculturas do pensamento[4]. Muito prazer, meu nome é Ana Paula de Lima, uma mulher negra, que escreve de Améfrica[5], de outras centralidades do mundo, nordestina, potiguar, historiadora, do Território do Mato Grande, um corpo-território[6] negro e gordo a performar as coreografias do impossível[7], para quem a escrita é um ato político de existência e resistência.

---

[1] Essa frase é um trecho de uma das músicas que sempre estão nas mobilizações das mulheres do campo, e está presente no Caderno de Músicas da Marcha das Margaridas 2023. Disponível em: https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17938-2235587-caderno-de-mu%CC%81sicas-2023-1.pdf. Acesso em 15 de nov. de 2025.

[2] Para Malvezzi (2007, p. 9), "O Semi-Árido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, Sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só".

[3] Baseada no livro "Ideias para adiar o fim do mundo" do Ailton Krenak, publicado pela Companhia das Letras em 2020.

[4] De acordo com Geni Nunez, refere-se ao "chamado de sistema de monoculturas, organizado em alguns eixos como a monocultura da fé (no monoteísmo cristão), a monocultura dos afetos (na monogamia), a monocultura da sexualidade (no monossexismo) e a monocultura da terra, cuja imposição do Um antagoniza com o princípio da floresta, necessariamente múltiplo".

[5] Para Lélia Gonzales (2020. P 135) "[...] Améfrica, enquanto sistema etnográfico de referência, uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. [..]".

[6] Para Verônica Gago (2020, p. 79-80), "[...]a conjunção das palavras corpo-território fala por si mesma: diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem. Corpo e território, compactados como única palavra, desliberalizam a noção do corpo como propriedade individual e especificam uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território. O corpo se revela, assim, como composição de afetos, recursos e possibilidades que não são "individuais", mas se singularizam, porque passam pelo corpo de cada um na medida em que cada corpo nunca é só "um", mas o é sempre com outros, e com outras forças também não humanas".

[7] Coreografias do Impossível foi o tema da 35ª Bienal de São Paulo (2023), que teve como uma de suas curadoras a artista multidisciplinar Grada Kilomba. Mais informações, acessar:

Nessa academia, ainda tão marcada por epistemologias moldadas pelo eurocentrismo[8], minha insistência é para que outros corpos, saberes e modos de vida não sejam apenas objetos de estudo para satisfazer ritos acadêmicos. Que sejamos aquelas que, apesar de costurar a vida com fios de ferro[9], adentremos esse espaço para estilhaçar as máscaras dos silenciamentos[10] que tão bem têm sustentado o pacto narcísico da branquitude nesse país, como bem nos lembra a intelectualidade de Cida Bento. Nós, mulheres negras, somos tecnologias ancestrais de produção de infinitos[11], a lançar, em nossos territórios, contrafeitiços para barrar as energias coloniais[12], na tentativa constante de plantar sonhos para colher mundos possíveis.

Parida e criada no colo de mulheres que, apesar das durezas da vida, me ninaram e me ofertaram uma infância segura e livre. Apareci nesse mundo pelo ventre de uma mulher que foi mãe ainda menina, com apenas dezesseis anos, numa pequena comunidade da cidade de João Câmara/RN, chamada Valentim. Sempre que penso nesse nome, percebo o quão valente, de fato, eram/são aquelas mulheres. Eu fui cercada pela terra, pela encantaria das matas; eu sou uma reza bonita que adormeceu no colo da ancestralidade e de um matriarcado poderoso. Fui criada com mulheres que curavam, que faziam bonecas de pano, que rezavam os terços do mês de maio na pequena capela de São Francisco, que aravam a terra para o plantio do milho, do feijão e do algodão. De mulheres, como minha avó materna, que passava dias e noites na casa de farinha da comunidade rapando mandioca e tirando goma para dar de comer às suas filhas.

---

https://bienal.org.br/agenda/35a-bienal-de-sao-paulo-coreografias-do-impossivel/. Acesso em 07 de jul. de 2025.

[8] De acordo com Maia e Farias (2020, p. 586), “O eurocentrismo se configurou como sendo uma perspectiva de conhecimento que tem a Europa, os valores e modos de formação de conhecimento europeus como centro da elaboração sistemática epistemológica. Sua constituição é anterior à América, porém foi por meio do continente americano que esse elemento se transformou em um padrão de poder mundial”.

[9] Frase presente no conto “A gente combinamos de não morrer” do livro Olhos d’água de Conceição Evaristo.

[10] Fala da professora e escritora Conceição Evaristo em entrevista à Revista Carta Capital em 2017. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/. Acesso em 16 de jul. de 2025.

[11] Frase pensada a partir do título do livro *Tecnologias ancestrais de produções de infinitos,* da escritora Cidinha da Silva, publicado pela editora Martelo em 2022.

[12] Frase baseada na performance da artista Aretha Sadick, disponível numa rede social do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negros e Negras – Fonatrans. Disponível em https://www.instagram.com/reel/C2I9nk6ODlZ/?igsh=NWVxMXh1N2k4bmp4. Acesso em 16 de jul. de 2025.

Fui cercada de mulheres que lavavam suas roupas no rio, nas cacimbas, que mantinham uma economia solidária, permitindo o empréstimo e a troca de alimentos. De mulheres que foram tão silenciadas pela violência do patriarcado[13] que esqueceram da própria vida, como a minha bisavó Biana. Foram essas mulheres que me permitiram trilhar caminhos inimagináveis para aquela criança, que hoje, aos trinta e seis anos, entende que, apesar de tudo, foi muito amada e cuidada pelos afetos dessas mulheres valentes.

Aproveito para saudar um ancestral que sempre move meus caminhos. Saúdo o amor e o afeto do meu pai, que, apesar da escassez material que nos rondava, nunca deixou nada me faltar. Gratidão, pai. Foram aquelas noites sentados naquela mesa tão simples, iluminados por um pequeno lampião a gás, que o senhor ensinou àquela menina os primeiros passos no mundo da escrita, da leitura e da literatura. Hoje, esses passos seguem firmes nas trajetórias de minha vida. Escrevo essa dissertação também pensando em todas as possibilidades que o senhor sempre me proporcionou. Seu amor permitiu que aquela menina, hoje uma mulher, mantivesse acesa a vontade de estudar e realizar sonhos que pareciam impossíveis. Sua filha, pai, está se tornando uma mestra! Em seu nome, saúdo todos os pais que acreditam e aceitam que suas filhas são livres para viver o que elas quiserem.

E, movida por essas vontades, em 2007, entro para a primeira turma de graduação em História do Núcleo da UERN[14], em João Câmara/RN, que, na época, tinha dois outros cursos: Educação Física e Contabilidade. Naquele tempo, talvez eu não tivesse a dimensão do que aquela conquista representava, mas hoje, olhando para trás, percebo que foi ser a contramão de um mundo que parecia não me ver ou, talvez, quisesse me esconder na solidão dos quartinhos das empregadas domésticas desse país. Fui a primeira das netas de minhas duas avós a chegar a um curso universitário, e hoje me sinto imensamente feliz por não ser a única. A gente chega nesses lugares também para abrir caminhos e para mostrar que, apesar de tudo, a universidade também é um lugar para pessoas como eu, como você, como nós.

E, caminhando por outras trajetórias que têm me movido ao longo dessa existência, em 2013 comecei a participar de movimentos de bases feministas do

[13] De acordo com Christine Delphy no Dicionário Crítico do Feminismo (2009, p. 173), "[...] o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de "dominação masculina" ou de opressão das mulheres".
[14] Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Território Mato Grande, onde encontrei mulheres e histórias potentes que inventam mundos possíveis mesmo diante das durezas da vida. Esse é um momento que marca a volta das minhas cosmopercepções[15] para o campo, para as comunidades rurais, espaços com os quais eu havia perdido contato desde os nove anos de idade, quando meu pai faleceu e tivemos que vir morar na cidade. Conhecer essas mulheres, gargalhar[16] com elas, compartilhar histórias, lutar por direitos, combater violências sistemáticas que atingem nossos corpos me deu força para ir construindo as minhas próprias possibilidades de existência, para ir encontrando os caminhos de volta para casa, para aquela menina que já não se lembrava de suas próprias raízes. Essas mulheres, inventoras de mundos possíveis, me mostraram que eu poderia ser uma mulher a viver muitas coisas, e aqui estou eu, concluindo um curso de mestrado.

Nesses percursos de idas e vindas, acabei deixando a academia um pouco de lado; a necessidade de trabalhar sempre pulsa mais forte diante de um mundo em que precisamos sobreviver. Retorno para este lugar, a universidade, que já acreditei muito não ser para corpos e mentes como a minha, no ano de 2019, para fazer um curso de especialização em Literatura e Ensino pelo IFRN[17]; em 2023, também ingressei no curso de Educação Ambiental e Geografia do Semiárido por essa mesma instituição. E, nesse mesmo ano, me vi diante do desafio de ingressar em um curso de mestrado, e assim o fiz. Atualmente, estou cursando o último semestre do Mestrado Profissional em Ensino de História pela UFRN[18]. Voltei para a academia para realizar antigas vontades e sonhos que, em alguns momentos, foram adormecidos nas lembranças desta mulher negra, atravessada por muitas questões em um país racista, misógino e violento como o Brasil. Volto para tentar honrar a memória e as histórias de algumas mulheres das zonas rurais do meu território, para que suas vivências e lutas não se percam no tempo e no espaço, mas sirvam de fonte de inspiração para meninas e mulheres como eu, e tantas outras, que ventam suas existências nas escolas e em outros espaços deste lugar e do mundo.

---

[15] Para Oyèrònké Oyewùmí (2021, p. 29), “O termo “cosmopercepção” é uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais. (...) usada ao descrever os povos iorubás ou outras culturas que podem privilegiar sentidos que não sejam o visual ou, até mesmo, uma combinação de sentidos”.

[16] O termo gargalhada vai aparecer em muitos momentos dessa escrita num sentido amoroso, político, ético de quem acredita que gargalhar é um ato revolucionário potente. E assim como a atriz e palhaça Karla Conká eu acredito que: “uma mulher que gargalha, libera a garganta de muitas mulheres”. É uma tecnologia ancestral de espantar o medo e as opressões da vida.

[17] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

[18] Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Enquanto professora de História da Rede Estadual de Ensino desde 2016, sempre me foi inquietante, e por muitas vezes paralisante, a relação das mulheres com o Ensino de História. Mesmo participando de movimentos sociais de bases fortemente feministas, as minhas práticas pedagógicas, por muito tempo, não conseguiram questionar os sistemáticos silenciamentos e apagamentos das mulheres nas narrativas históricas. As minhas experiências não conseguiam dialogar com a sala de aula, com a história, e passei anos repetindo esse modo de pensar, fazer e ensinar História, em que as mulheres quase não aparecem nos livros didáticos, nas aulas, muito menos em nossos planejamentos.

Essas realidades começam a mudar e fazer sentido nas minhas salas de aula quando encontro a literatura de mulheres, principalmente mulheres negras e indígenas. Isso começa a acontecer por volta do ano de 2019, foi assim que comecei teorizar a prática e a praticar a teoria, e foram nesses processos que fui compreendendo que essa teoria que é praticada nos remete a processos de autorrecuperação e de cura, como diz bell hooks (2017). Acredito que mulheres, que estão constantemente construindo suas rotas de liberdade podem transformar significativamente nossas práticas pedagógicas no Ensino de História.

No entanto, discorrer sobre mulheres no Ensino de História é, ainda, caminhar por lugares de ausências, seja nos currículos de formação inicial e continuada de professoras, seja nos currículos escolares da educação básica, ou em nossas práticas pedagógicas cotidianas, mesmo que as mulheres sejam mais da metade da população deste país. De acordo com o último Censo (2022) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 51,5% da população residente no país é composta por mulheres. Diante disso, é importante salientar que as mulheres, na escrita da história ocidental, não aparecem como protagonistas, como os homens têm sido, das narrativas históricas do mundo. Estamos sempre ocupando os silenciamentos e apagamentos de uma história escrita, em sua maioria, por homens brancos, que parecem temer que registrar nossos feitos na história nos dê o poder de nos libertar das opressões patriarcais, racistas e violentas que nos cercam.

Mas aqui preciso fazer os recortes necessários para que se possa compreender a importância deste estudo e de sua dimensão propositiva para o Ensino de História, assim como também para as mulheres-imensidão que aqui protagonizam narrativas históricas potentes. Desse modo, uma pergunta se faz necessária: de quais mulheres estamos falando? Afinal, por muito tempo se acreditou, e ainda se acredita, no meio

social e acadêmico, em uma categoria universal de mulher, como sendo aquela que precisa ser branca, magra, cristã, heterossexual, ter cabelo liso, rica, morar em grandes centros urbanos, entre outras características que apontam para o mito ocidental de performance desse feminino. Aquelas pessoas que não se encaixam nesse padrão sofrem com os lugares subalternos que esta sociedade racista, patriarcal e desigual designa a esses corpos, e, por que não dizer, a corpos como o meu e de tantos outras.

As mulheres e o enredo pensados para a construção dessa proposta pedagógica (Caderno de Orientações para uma Aula de Campo) para o Ensino de História são mulheres negras, agricultoras familiares, oriundas de um assentamento de Reforma Agrária[19] situado no semiárido potiguar, que revestem suas vidas no sentido da luta cotidiana por melhores condições de vida para si e para suas famílias. São as mulheres da Associação de Mulheres Girassol (situada no Assentamento Modelo II[20], distante cerca de 20km da zona urbana da cidade de João Câmara/RN)[21], que, através de práticas, que podemos chamar de feministas camponesas e populares e da agroecologia, têm construído ações potentes que mostram que as mulheres do campo são protagonistas de lutas importantes para o Território do Mato Grande e para o mundo. Entre essas lutas, podemos citar: a luta pela soberania alimentar, o fim da violência contra seus corpos, o acesso à educação, à saúde, à água potável, à terra, ao direito de trabalhar e de não ser invisibilizada pela violência do patriarcado, que ainda se faz tão presente em nossas sociedades, com ênfase ainda maior nas comunidades rurais. Sobre isso, Loli, Lima e Silochi (2020, p. 04) afirmam que:

> A produção familiar é um locus privilegiado para a observação do significado do trabalho feminino, sempre considerado complementar, acessório, não porque assim o seja efetivamente, mas por concepções de bases culturais sobre uma divisão sexual do trabalho em que cabe ao homem a função de

[19] De acordo com o Portal Latino-Americano da USP “A reforma agrária é uma política pública, de competência do Estado, para promover o acesso à terra aos camponeses sem terra, por meio da descentralização da estrutura fundiária, composta predominantemente da soma das propriedades camponesas e indígenas e das propriedades capitalistas [...]. Bernardo Mançano Fernandes. Disponível em https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-agraria-reforma. Acesso em 09 de jul. de 2025.

[20] De acordo com o Boletim Informativo O Candeeiro (2014), “O Assentamento Modelo II inicia sua história em 29 de agosto de 1994, quando várias famílias ocuparam a terra e construíram um acampamento que foi organizado e coordenado pelo Movimento Sem Terra (MST). Apenas em 29 de junho de 1995, é que conseguiram a posse da terra e estão lá até os dias de hoje. Importante salientar a participação e o empenho das mulheres nesses processos de luta e conquista da terra, de moradia, entre outras coisas”.

[21] De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de João Câmara/RN tem 33.290 habitantes (Censo de 2022), com uma extensão territorial de 714,971km². Está situado no Território do Mato Grande, à 75km da capital do Estado, Natal/RN.

> provedor, restando à mulher os encargos maternos e domésticos. A presença da mulher na produção agrícola é sempre vista como “ajuda”, assim como a presença da mulher casada em alguns segmentos do mercado de trabalho urbano, que não é assumida como fundamental, nem mesmo por elas.

Essas relações desiguais têm, ao longo dos anos, naturalizado a dominação masculina sobre as mulheres que moram no campo e nas cidades. Em contextos rurais são sempre vistas como mães, esposas dos agricultores, tendo seu trabalho produtivo e reprodutivo, que se dá em todos os setores da propriedade familiar, mascarado pelo ato de “ajudar” a família, o que acaba minando suas possibilidades de autonomia diante de suas próprias vidas e escolhas. No entanto, apesar de toda essa estrutura violenta, as mulheres do campo têm, através da coletividade, de organizações produtivas e associativas, construído rotas de liberdade e autonomia com suas irmãs. Um exemplo, entre tantos outros, é a Marcha das Margaridas[22], que, desde os anos 2000, tem movimentado as mulheres do campo, das águas, das florestas, das cidades, do Brasil e da América Latina, a marcharem por um mundo livre das opressões capitalistas, com relações mais justas entre as pessoas e a natureza.

Diante disso, esta proposta pedagógica tem como uma de suas possibilidades oferecer às professoras de História do Ensino Médio das escolas estaduais do Território do Mato Grande um Caderno de Orientações para a realização de uma Aula de Campo na Associação de Mulheres Girassol. Lembrando que as orientações contidas no Caderno podem ser adaptadas para outras realidades. Este Caderno tem a intenção de orientar uma proposta pedagógica a partir de uma vivência na Associação, no sentido de que as alunas possam compreender como essas mulheres têm contribuído significativamente para a história do nosso território e do mundo. Elas têm sido, desde a constituição da Associação, em 2001, a contramão de um campo que, desde os anos 1960, foi invadido pela mecanização do trabalho, pela implementação do uso de agrotóxicos e fertilizantes, pela intensificação dos conflitos pela posse da terra e pelo epistemicídio dos saberes tradicionais na chamada

[22] Marcha que leva o nome de Margarida Maria Alves (1933-1983), nascida em Alagoa Grande -PB, foi sindicalista e defensora dos direitos humanos. Sendo brutalmente assassinada a mando de fazendeiros da região, na porta de sua casa na frente de seu único filho e do marido. Suas lutas se transformaram em símbolo de resistência para milhares de mulheres, que desde os anos 2000, a cada quatro anos vão a Brasília marchar e lutar pelos seus direitos. Em agosto de 2023 aconteceu a 7ª Marcha das Margaridas com o lema “Pela reconstrução do Brasil e pelo Bem viver”. Mais informações, acessar: https://www.marchadasmargaridas.org.br/. Acesso em 23 de jul. de 2025.

Revolução Verde. As consequências dessa Revolução continuam em curso, inclusive com amplo apoio do governo, alimentando o agronegócio brasileiro que atende diretamente aos interesses do capital, e impacta profundamente as dinâmicas das relações sociais no campo.

Em um país em que a violência contra as mulheres ainda segue como uma das mais letais, construir currículos e práticas pedagógicas que colocam a equidade de gênero como uma de suas premissas, é lutar por um mundo onde todas as pessoas e corpos possam ter o direito à vida assegurado. Sobre esses atos de violência contra às mulheres, os dados do Mapa da Violência (2025, p. 49), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) nos mostra que:

> A persistência da violência contra as mulheres no Brasil segue sendo uma das expressões mais alarmantes das desigualdades de gênero no país. Em mais um ano, os dados do sistema de saúde revelam números elevados de homicídios femininos e de agressões a mulheres, evidenciando a continuidade desse fenômeno estrutural. [...] A análise dos dados mais recentes confirma também que a violência letal contra as mulheres segue uma dinâmica estrutural, atingindo de forma desproporcional mulheres negras. A reincidência de padrões já identificados em anos anteriores aponta para a insuficiência das estratégias atuais de enfrentamento, sugerindo a urgência de medidas mais eficazes na proteção das vítimas e na responsabilização dos agressores. [...].

Nesse entremeio, acredito que a escola tem papel fundamental na construção dessas estratégias, e uma delas é justamente mostrar que as mulheres, principalmente aquelas que se encontram mais próximas da realidade das estudantes, constroem histórias potentes todos os dias. Seja lutando contra as opressões de gênero, no estabelecimento de outras relações com a natureza, pelo direito de ser e de existir, com e a partir da terra, as mulheres contribuem estrategicamente para tornar o mundo um lugar melhor. E nesse contexto, apesar de serem sempre as mais atingidas pelas violências interseccionadas[23], as mulheres negras seguem à frente de movimentos e ações coletivas, em busca de melhores condições de vida, desde os primeiros passos forçados que deram neste continente através dos perversos processos de colonização europeia. E, junto com as mulheres e os saberes indígenas,

[23] Essas violências interseccionadas fazem menção à interseccionalidade. De acordo com intelectual das encruzilhadas Carla Akotirene (2020, p. 19), “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais”.

elas têm firmado o pé nesta terra na tentativa de adiar o fim do mundo e evitar que o céu desabe sobre nossas cabeças[24].

E levando em consideração as ausências e as dificuldades em relacionar as experiências das mulheres com as teorias no campo do conhecimento histórico, algumas perguntas movem esse estudo, entre as quais estão: onde estão as mulheres do campo nas narrativas históricas que apresentamos para nossas estudantes nas aulas de História? Quais contribuições essas mulheres podem oferecer ao Ensino de História? Essas são questões que venho elaborando e refletindo há bastante tempo, e para as quais não tenho todas as respostas. O que venho apresentar aqui, tanto na escrita quanto na dimensão propositiva, é uma possibilidade de conhecer algumas contribuições das mulheres do campo para o Ensino de História a partir das experiências das mulheres da Associação de Mulheres Girassol.

Pensando a escola e o contexto da educação no Território do Mato Grande, este projeto está relacionado à Ação 03 da Meta 1 do Plano Estadual de Educação[25] (2016), que diz que é necessário garantir até o ano de 2025:

> [...] que os currículos escolares considerem as especificidades e necessidades formativas da Educação de Jovens e Adultos, da infância, da adolescência, dos povos do campo, das águas e comunidades ciganas, na perspectiva dos direitos humanos, adotando práticas de superação do racismo, do machismo, do sexismo, e de toda forma de preconceito, contribuindo para a efetivação de uma educação não discriminatória.

Meta esta que também dialoga com algumas Competências Gerais da Educação Básica incluídas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, sendo elas:

> 1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;
> 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta;
> 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de

---

[24] Baseado no livro *A queda do céu, palavras de um xamã yanomami,* de Davi Kopenawa e Bruce Albert.

[25] Para mais informações, acessar: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-estadual-de-educacao-do-rio-grande-do-norte,0e903e2b-6398-47bd-b6fa-32da0ea14764.

> grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza;
> 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Desse modo, construir possibilidades educativas que tragam as narrativas de mulheres de diversos lugares, contextos sociais e históricos, principalmente aquelas que estão à margem das normas padrão, inclusive do próprio movimento feminista, é colaborar para que a nossa sociedade seja mais justa, democrática e inclusiva. As mulheres de outras centralidades do mundo, a exemplo das mulheres da Associação de Mulheres Girassol, estão construindo outras relações com a natureza, com elas mesmas e com o planeta. Aqui, o Ensino de História pode, através das experiências de lutas dessas mulheres com base no Feminismo Camponês e Popular e na agroecologia, contribuir para que as estudantes percebam que, individual ou coletivamente, os princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários devem ser o guia de suas ações neste mundo.

Para o universo acadêmico, este estudo apresenta uma temática urgente e necessária, no sentido de estreitar os diálogos com a sociedade. Além disso, contribui para as reparações históricas diante dos apagamentos e silenciamentos sobre as vivências das mulheres do campo na produção do conhecimento histórico e de outras áreas do conhecimento. Importante salientar que este projeto está alinhado à Linha de Pesquisa do Mestrado Profissional em Ensino de História, “Saberes históricos em diferentes espaços de memória[26]”.

As motivações pessoais para pensar esse estudo para o Ensino de História, são muitas, algumas das quais já deixei evidentes na escrita acima. Mas gostaria de dizer que, para além do já dito, este é um estudo que escrevo com o coração quente pelas memórias afetivas que trago tanto dos encontros com essas mulheres, quanto das salas de aula por onde passei e nas quais pude perceber a potência que cada estudante carrega em si. Como professora de História, assumo aqui o compromisso de lutar constantemente, seja através da prática pedagógica ou da escrita acadêmica

[26] De acordo com o site oficial do Profhistória nacional, a “Linha de Pesquisa desenvolve investigações sobre a produção e aprendizagem da História fora do espaço escolar, considerando lugares distintos como os museus, o teatro, os centros culturais e o espaço urbano em geral. Identificando a história como prática sociocultural de referência, o foco recai sobre as variadas formas de representação e usos do passado no espaço público, com características distintas daquelas observadas na escola, a saber: o turismo de caráter histórico, os monumentos, as festas cívicas, as exposições, entre outras”. Disponível em: https://site.profhistoria.com.br/linhas-de-pesquisa/. Acesso em 20 de agosto de 2025.

e poética, contra as histórias únicas[27], as narrativas de fim de mundo, contra as monoculturas do pensamento, contra os fascismos nossos de cada dia. Estou assumindo o compromisso político, ético e amoroso de contribuir para modos de educação entendidos como práticas de liberdade.

Partindo dessas perspectivas, apresento este estudo que tem como objetivo refletir sobre os apagamentos e silenciamentos das mulheres do campo nas narrativas históricas, pensando nas possibilidades que essas mulheres podem oferecer para o Ensino de História. Trata-se de uma proposta gestada a partir da indissociabilidade entre teoria e prática, ou seja, das relações que podem ser feitas entre o Ensino de História e a vivência dessas mulheres, mais especificamente das mulheres da Associação de Mulheres Girassol.

No entanto, para construir este estudo, gostaria de salientar que a linguagem e as formas de escrever que aqui são propostas fogem, em certa medida, de alguns padrões dos trabalhos acadêmicos. Sobre isso, dialogaremos um pouco nos próximos parágrafos.

1.1 Outros modos de escrever são possíveis na academia, escrevivendo palavras para reencantar o mundo

A poeta da ousadia e da coragem Ryane Leão, em seu livro mais recente, *Ninguém pode parar uma mulher ventania*, nos diz que “escrever é macerar ervas sagradas” (2025, p. 31). Esse ensinamento poderoso diz muito sobre a forma como tenho construído minha escrita, seja ela acadêmica ou não. Eu escrevo desde que aprendi a imaginar mundos possíveis para uma menina negra que, de alguma forma, queria encontrar um lugar para chamar de seu. Assim, escrever sempre teve para mim aquela sensação de voltar para casa, de firmar meus pés na terra, de me banhar nas encantarias do existir. Sim, escrever, para mim, é um ato político e amoroso de dialogar com as palavras, de me envolver em seus significados e possibilidades, de

[27] Para a escritora nigeriana Chimamanda Adiche (2019, p. 26, 27, 28) “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com uma história se torne a única história. [...] A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos.”

reinventar mundos possíveis; é uma forma que encontro para jamais pedir desculpas por me derramar demais[28].

Dessa forma, na costura delicada da minha escrita, estou sempre buscando outros modos de escrever nos quais eu possa ser eu, em que eu possa dialogar com os mundos que me habitam, com as incertezas que me rodeiam e com a urgência de conversar com outras pessoas que se encontram em outras centralidades da existência, mas que raramente são vistas nesse lugar de diálogos possíveis. É partindo dessas perspectivas e inquietações que estou construindo a escrita dessa dissertação. Aqui, faço escolhas sobre as formas de usar as palavras como uma maneira de reinventar e reencantar a vida, deixando de lado o tom neutro e universalista da academia. A minha escrita vai de encontro a essa suposta neutralidade e ao universalismo, que acabam construindo mundos apenas para grupos seletos da chamada humanidade (homens, pessoas brancas, heteronormativas, cristãs, ricas, com corpos padrões), relegando as "outras" à negação do existir em todas as suas potencialidades.

Partindo dessas perspectivas, quero dizer que esta é uma escrita em primeira pessoa. Eu me faço presente nas palavras, em suas possibilidades e interpretações, nos diálogos que vão sendo construídos entre o Ensino de História e a proposta que foi pensada para a elaboração da dimensão propositiva. Afinal, não tenho como não fazer parte do enredo desta dissertação, eu escrevo a partir das minhas experiências, das teorias que venho trazendo para as minhas práticas sociais e pedagógicas. Eu sou um corpo-território[29] que também se faz corpo-texto nas palavras que aqui são profundamente maceradas como ervas sagradas. Como nos lembra Glória Anzáldua (2000, p. 233):

> O perigo ao escrever é não fundir a nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade, com nossa vida interior, nossa história, nossa economia e nossa visão. O que nos valida como seres humanos, nos valida como escritoras. O que importa são as relações significativas, seja com nós mesmas ou com os outros. Devemos usar o que achamos importante para

[28] Frase em alusão ao livro de poemas, *Jamais peço desculpas por me derramar demais: poemas de temporal e mansidão*, da escritora e poeta Ryane Leão, publicado pela editora Planeta, em 2019.

[29] Para Verônica Gago (2020, p. 79-80), a conjunção das palavras corpo-território fala por si mesma: diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem. Corpo e território, compactados como única palavra, desliberalizam a noção do corpo como propriedade individual e especificam uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território. O corpo se revela, assim, como composição de afetos, recursos e possibilidades que não são "individuais", mas se singularizam, porque passam pelo corpo de cada um na medida em que cada corpo nunca é só "um", mas o é sempre com outros, e com outras forças também não humanas.

> chegarmos à escrita. *Nenhum assunto é muito* trivial. O perigo é ser muito universal e humanitária e invocar o eterno ao custo de sacrificar o particular, o feminino e o momento histórico específico.

Desse modo, o que aqui escrevo, analiso e proponho é uma janela pela qual sinto o mundo, e percebo como esse mundo afeta as minhas vivências como professora de História, militante dos movimentos feministas do meu território, como Ana Paula. Assim, aqui não há neutralidade: há uma mulher negra que escreve e sabe o tamanho da responsabilidade de honrar as mais velhas e acolher as mais novas, na proposição de epistemologias que tentam, à sua maneira, reencantar o mundo. Concordo, ainda, com Anzáldua (2000, p. 234), quando ela também diz que: “Escrever é o ato mais atrevido que eu já ousei e o mais perigoso. [...] uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida”. Aqui estou me atrevendo a ser uma mulher que escreve e que toma a narrativa desta escrita para si, deixando de lado, ou deixando para outras pessoas que assim desejarem, esse universalismo e neutralidade que ainda têm marcado profundamente a escrita acadêmica no Brasil. Se escrever assim é um ato de tamanho poder, espero que, apesar de ser temida, minha escrita possa ser partilha, na confluência das águas dos rios da existência.

No que tange aos usos da Língua Portuguesa (que é uma língua colonial, como nos lembra Grada Kilomba), alguns aspectos me incomodam, principalmente esse binarismo, entre masculino e feminino, e essa naturalização de colocar tudo no masculino como uma representação universal da humanidade, o que, a meu ver reforça, ainda mais a violência do patriarcado e silencia outras formas de existir. De acordo com Grada Kilomba (2019, p. 14):

> [...] a língua, por mais poética que possa parecer, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. suas terminologias, a língua informam-nos constantemente de quem é *normal* e de quem é que pode representar a *verdadeira condição humana*.

E nessa representação da “verdadeira condição humana” os empreendimentos coloniais, capitalistas, racistas europeus, ao longo dos últimos cinco séculos, foram destituindo o direito de existir de outras pessoas também através da linguagem e da escrita, utilizadas como ferramentas de dominação colonial. Como diz Geni Nunez, tudo aquilo que se quer dominar ou colonizar é preciso renomear, negando os pertencimentos e simbologias que as línguas maternas dos povos não europeus carregam.

Sobre a questão da língua como sistema de dominação colonial, Franz Fanon (2020, p. 32) nos lembra que:

> Todo povo colonizado – isto é, todo povo em cujo seio se originou um complexo de inferioridade em decorrência do sepultamento da originalidade cultural local – se vê confrontado com a linguagem da nação civilizadora, quer dizer, da cultura metropolitana.

Assim, as marcas da colonização portuguesa no Brasil, e em outros países, também se constituem em nossos modos de falar e escrever, principalmente em instituições como a universidade, nas quais o padrão de escrita e de fala, acaba perpetuando essas relações de poder e violência, como coloca Grada Kilomba. Acredito que pensar sobre as formas como falamos e escrevemos é uma maneira de estar sempre confrontando essa linguagem da nação civilizadora, como nos diz Fanon. Esse, a meu ver, é um ato político importante na escrita acadêmica.

Assim, é necessário salientar que a linguagem é algo muito potente, porque, através dela, se constituem alteridades e identidades, se categorizam sujeitas, se racializa corpos, se criam narrativas e se disseminam as histórias únicas de um povo. No caso dos povos originários da América e da África, que foram extremamente violentados pelos processos de colonização europeia, a linguagem teve e ainda tem papel essencial no que tange às tentativas de epistemicídio dos seus saberes ancestrais e das suas formas de viver.

No que se refere à atualidade das nossas relações sociais, que se dão, também, por meio de diversas linguagens, vivemos um momento em que o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 15.263 de 14 de novembro de 2025, que institui a Política Nacional de Linguagens Simples a ser utilizada por entes da administração pública direta e indireta. Entre os dispositivos da lei, um dos pontos que mais chamam a atenção é a vedação da chamada linguagem neutra[30]. A instituição de uma política como essa, em um país como o Brasil, com toda a diversidade que nos atravessa, e com a expressiva quantidade de pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+[31], nos diz muito sobre como a linguagem está diretamente ligada às relações de poder sobre quem fala, como se fala e, a partir

[30] A linguagem neutra é uma forma de tornar a língua portuguesa mais inclusiva para pessoas não-binárias, ou seja, aquelas que não se identificam nem com o gênero masculino nem com o feminino. Um exemplo dessa linguagem é o uso da palavra “todes”, que se coloca no meio dessa relação binária de “todas e todos”.

[31] Sigla que significa: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, e Pansexuais; o sinal de + é uma forma de reconhecer todas as demais identidades e orientações que não estão representadas nas letras anteriores.

disso, quem tem autorização para existir. Essa repressão com relação a outros modos de falar ou escrever é política, como nos lembra bell hooks (2017); é uma forma de manter a cultura linguística de dominação, neste caso, a Língua Portuguesa. Lembrando, ainda, que, por muito tempo, o Estado Brasileiro proibiu os usos das línguas maternas dos povos indígenas, uma política epistemicida impetrada por um órgão que, em tese, deveria servir a todas as pessoas.

Partindo dessas perspectivas, acredito que o mundo é muito diverso para escrever ou falar de uma única forma; que saberes e conhecimentos podem ser dialogados e escritos de outras maneiras que não seja, apenas, o padrão ou norma culta de uma língua. Acredito ser importante contradizer esse universalismo de colocar tudo no gênero masculino como forma de representar todas as coisas. Dito isto, diante dos desafios de tecer uma escrita na qual caibam outras formas de existir, esta dissertação será escrita no feminino, como uma tentativa de desobedecer ao patriarcado da língua portuguesa e escrever de uma outra maneira. É o suficiente? Não! Mas acredito que pode ser um caminho para reinventar mundos possíveis, diante de realidades tão distópicas que vivenciamos nos dias de hoje. Sobre essa questão, Mariléia de Almeida diz que: “Vale destacar que o processo de feminização não pode ser confundido e identificado com a palavra “mulher”, mas diz respeito à valorização de aspectos culturais atribuídos à cultura feminina, como a ética do cuidado de si, do outro e do espaço onde se vive”. (2022, p. 23). Assim, a forma como escrevo tem a ver com essas outras possibilidades de ética e cuidado de si que o sagrado feminino pode nos oferecer.

Minha intenção ao escrever essa dissertação numa linguagem feminina não é excluir, ou substituir uma opressão por outra. Estou afetuosamente lhe convidando a pensar a partir de outros referenciais, a dialogar sob outras perspectivas, a sair um pouco desse lugar tão marcadamente masculino da Língua Portuguesa. Assim como diz Débora Diniz (2024, p. 07): “Escrevo no feminino. Não quero ofender a gramática, menos ainda você. É só uma tentativa de fazer a conversa mais próxima.”

E, para tornar essa conversa mais próxima, essa escrita é um convite, um anseio, uma busca de uma professora negra, nordestina, do semiárido potiguar, não para estabelecer limites, mas para construir pontes entre os saberes, de forma que nenhum seja mais importante que os outros, mas que sejam compartilhantes, como nos invoca nosso lavrador de palavras Nego Bispo (1959-2023). Trazendo a sua roça de palavras germinantes, ouso dizer que a linguagem usada nesta escrita é uma

energia que conflui nas esquinas do hoje. E sobre confluência, Nego Bispo (2023, p. 15) nos diz que:

> Não tenho dúvidas de que a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. [...]. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia.

A escolha da não neutralidade, de escrever uma dissertação inteira numa linguagem feminina, é, também, uma das formas que encontrei para compartilhar outras maneiras de existir e de escrever. É um rio que vai se tornando mais forte à medida que vai encontrando outros rios, outras linguagens, outros saberes. Ouso dizer que essa escrita acadêmica é uma escrevivência[32], a partir da qual atrevo-me a tentar acordar a casa-grande. E, como diz Conceição Evaristo (2017, p. 107): “Quando eu morder / a palavra, / por favor, / não me apressem, / quero mascar, / rasgar entre os dentes, / a pele, os ossos, o tutano / do verbo, / para assim versejar / o âmago das coisas”[33]. É assim, mordendo, mascando e rasgando, que vou macerando as palavras desobedientes que vão compondo o enredo desta escrita.

A academia, como um lugar de possibilidades, precisa também se abrir para acolher esses outros rios, outras palavras, outras escritas. Afinal, escrever diferente não diminui o rigor metodológico, nem a seriedade de nossos estudos. Estamos apenas tentando mostrar que ciência também pode ser feita de outras formas, com base em outras epistemologias, levando em consideração as experiências vividas e sentidas por corpos e mentes diversos. Sobre isso, hooks (2017, p. 233) nos fala que:

> Reconhecer que através da língua nós tocamos um nos outros parece particularmente difícil numa sociedade que gostaria de nos fazer crer que não há dignidade na experiência da paixão, que sentir profundamente é marca de inferioridade; pois, dentro do dualismo do pensamento metafísico ocidental, as ideias são sempre mais importantes do que a língua. Para curar a cisão entre mente e corpo, nós, povos marginalizados e oprimidos, tentamos resgatar a nós mesmos às nossas experiências através da língua. Procuramos criar um espaço para a intimidade.

---

[32] De acordo com Isabella Nunes (2020, p.11), “Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não”.

[33] Poema “Da calma e do silêncio”, do Livro Poemas da Recordação e outros movimentos, de Conceição Evaristo, publicado em 2017 pela editora Malê.

É tentando usar outras formas de escrever em Língua Portuguesa que teço esta escrita, numa tentativa de me conectar comigo mesma e tocar outras pessoas, colocando no centro das propostas aqui pensadas a teoria e prática como um lugar possível de cura, resgatando, como diz hooks, a nós mesmas através da língua.

1.2 Possibilidades metodológicas para um estudo sobre mulheres do campo

Pensar as possibilidades metodológicas desta pesquisa foi, e tem, sido algo inquietante, tendo em vista os desafios de construir as rotas para um estudo sobre mulheres no, e, para o Ensino de História. Nesse caso, mais especificamente, um estudo e uma proposta pedagógica a partir de mulheres negras, do campo, de outras centralidades do mundo. Mulheres que, em seus atos cotidianos, têm construído estratégias potentes numa tentativa constante de reinventar suas próprias existências. Partindo dessas perspectivas, acredito que o Ensino de História tem muito a contribuir para que as lutas e a potência das mulheres da Associação de Mulheres Girassol possam chegar às escolas do Território do Mato Grande, e a outros lugares. Não como um apêndice, uma nota de rodapé em um material didático, mas como pessoas centrais nas narrativas que fazem parte da história e das revoluções do mundo.

Desse modo, me vi diante de encruzilhadas na escolha de quais caminhos percorrer para costurar a colcha de retalhos que é este estudo, que afirmo, mais uma vez, não é um fim em si, mas uma possibilidade criada numa fresta espiral do tempo presente. O que pretendo abordar sobre as Mulheres Girassol nesta escrita é apenas uma fagulha diante da potência do existir e de suas lutas, com o objetivo de pensar um Ensino de História comprometido com uma educação antissexista e antirracista. Um ensino que contribua para que estudantes deste território, e de outros lugares, tenham direito a aprendizagens que transgridam os muros das opressões que nos cercam.

Gostaria também de enfatizar que este é um estudo que não se pretende neutro nem universal, como mencionado anteriormente. Acredito que as metodologias que são oferecidas por esse modelo de ciência (neutro e universal) não têm como dar conta das várias experiências e questões que este estudo aborda. Nesse entremeio, também é necessário salientar que esta é uma escrita em primeira pessoa; afinal, quando eu escrevo, escrevo do lugar de uma mulher negra, daquela que deixou de ser um mero objeto de estudo nos jogos de poder e saber da academia para me tornar uma mulher-imensidão, protagonista das minhas próprias narrativas. Pois, mesmo

quando estou fraca ou me sinto pequena, ainda sou o vento e honro o som da minha gargalhada, como nos ensina a poeta Ryane Leão.

A artista interdisciplinar Grada Kilomba, em seu livro *Memórias da Plantação*, *episódios de racismo cotidiano*, nos diz que:

> [...] raras vezes fomos sujeitos. [...] Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se "especialistas" em nossa cultura, e mesmo em nós. (2019, p. 51).

Desse modo, as mulheres sobre as quais escrevo são protagonistas de suas histórias e lutas. E, para quem esse estudo se direciona (professoras de História do Ensino Médio), desejo que percebam que as mulheres são parte essencial da história passada, presente e futura. Sem as nossas mentes, corpos e espíritos este planeta já teria sucumbido à devastação, pois ainda somos aquelas que guardam os segredos da natureza, e de saberes ancestrais que movem a vida.

E pensando nas encruzilhadas epistemológicas desta escrita, me encontro no lugar de muitas possibilidades, passadas, presentes e futuras. Afinal, para nós, seres cósmicos, como nos lembra nosso ancestral das confluências Nego Bispo (1959-2023), nossas trajetórias não têm fim; estamos sempre começando sendo movidas e guiadas pela nossa ancestralidade. Assim, ouso dizer que, na perspectiva espiralar do tempo, essa escrita começa a ser parida nos encontros, gargalhadas e abraços afetuosos que tive com essas mulheres a partir do ano de 2013, quando comecei a participar dos movimentos feministas do Território do Mato Grande. Mas ela também começa a ser escrita nas políticas dos vazios, sempre constantes e permanentes sobre a história das mulheres nas escolas em que atuei como professora desde 2009, e como professora efetiva do Estado desde 2016. E quando falamos sobre as mulheres que moram nas zonas rurais, essa ausência é muito mais profunda, contribuindo para a construção de escolas que, apesar de se pensarem democráticas, violam cotidianamente o direito de ser e existir dessas mulheres. E são elas que, em nossas comunidades rurais, assentamentos, nas águas e nas florestas, têm costurado suas vidas com fios de ferro[34].

Diante disso, uma das primeiras atitudes metodológicas desse estudo foi a realização de reflexões cuidadosas, afetuosas e inquietantes diante das opressões do

---

[34] Frase presente no conto "A gente combinamos de não morrer", do livro *Olhos d'água,* da escritora e professora Conceição Evaristo, publicado pela editora Pallas, em 2016.

mundo sobre os corpos das mulheres. Além de tentar compreender como a escolarização no Brasil contribuíram para esses processos de silenciamentos e apagamentos de uma infinidade de saberes e modos de vida, o que inclui as mulheres negras, indígenas, do campo, das florestas e das águas. Quando olho para as escolas e percebo que professoras e estudantes, de todos os níveis de ensino, das cidades por onde passei, sabem muito pouco sobre as histórias do Território do Mato Grande, isso me afeta profundamente. Mas, ao mesmo tempo, me faz querer encontrar estratégias para realizar, nos espaços de saber, na roça, nas cirandas da vida, esses encontros potentes.

Partindo dessas perspectivas, este estudo apresenta uma natureza qualitativa. Pensando no encontro possível entre as narrativas e histórias das mulheres da Associação de Mulheres Girassol com professoras e alunas das escolas da rede estadual do Território do Mato Grande, e de outros lugares do mundo. Sobre a pesquisa qualitativa, Marcelino e Morais (2024, p. 99) nos dizem que:

> A pesquisa qualitativa é um método de investigação científica que se concentra na análise profunda de fenômenos sociais, comportamentos humanos e experiências subjetivas. Essa perspectiva de pesquisa busca compreender os significados, motivações e contextos por trás das ações e percepções das pessoas.

Na busca de compreender significados, motivações e contextos que movem este estudo, houve a necessidade de realizar pesquisas de campo, realizadas junto às mulheres da Associação, na possibilidade de construir as pontes para a produção do roteiro para a Aula de Campo, e consequentemente, do Caderno de Orientações.

Nesses percursos, o estudo bibliográfico se apresenta como uma imensa possibilidade de apresentar outras narrativas e epistemologias que vão de encontro ao latifúndio do saber eurocêntrico, cristão e patriarcal que marca, em muitos aspectos, a produção do conhecimento nas universidades brasileiras. Assim, a nossa busca com este estudo também é por um reflorestamento de mentes, e as autoras aqui pensadas e dialogadas partem dessas rotas epistemológicas que também se colocam como contramão do mundo.

E, partindo desses processos de reflexões diante das pesquisas de campo e dos estudos bibliográficos, a dimensão propositiva elaborada para as professoras de história foi um Caderno de Orientações com uma proposta de Aula de Campo na Associação de Mulheres Girassol. Esse Caderno contém orientações sobre como construir o roteiro em si, levando em consideração os momentos de planejamento,

execução da aula, com o itinerário a ser feito na Associação, o compartilhamento de saberes e a avaliação a ser feita no final desse ciclo. Também há no Caderno algumas discussões mais teóricas sobre Feminismo Camponês e Popular e agroecologia, que são os fios condutores das análises históricas a serem realizadas na Associação. A elaboração do Caderno foi feita no *site Canva*[35]. A escolha dessa ferramenta se deu pelas possibilidades que oferece às professoras para a produção de material didático de maneira simples e dinâmica.

No que tange às fontes históricas mobilizadas para a construção dessa dissertação, assim como da dimensão propositiva, houve uma análise de fontes documentais, mais especificamente da Base Nacional Comum Curricular do componente curricular de História, assim como do Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar (História), para pensar as articulações entre os objetos de conhecimento e a Aula de Campo em si. Ainda sobre as fontes documentais foi utilizada a Ata de Fundação da Associação e uma edição do Boletim Informativo O Candeeiro da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)[36]. A oralidade também foi um instrumento de pesquisa usado na produção de narrativas sobre essas mulheres, assim, como na construção coletiva do roteiro para a Aula de Campo, tendo em vista que ele foi elaborado juntamente com as mulheres da Associação, bem como na coleta das informações sobre suas experiências coletivas. A fotografia também foi um recurso importante na construção das análises e textos desta dissertação.

Este estudo foi organizado em quatro sessões. Na primeira sessão, intitulada “Feminismo Camponês e Popular, agroecologia e Ensino de História, diálogos urgentes para pensar escolas possíveis”, a intenção é realizar uma discussão teórica sobre como o Feminismo Camponês e Popular e a agroecologia podem se relacionam com o Ensino de História a partir das experiências de mulheres do campo, levando em consideração o desenvolvimento da Revolução Verde no Brasil. Partindo dessas questões, também se farão algumas análises sobre os lugares que as mulheres ocupam nas discussões propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar. Além de tecer algumas

[35] Mais informações disponíveis em: https://www.canva.com/pt_br/educacao/. Acesso em 15 de jan. de 2026.
[36] Para mais informações, acessar: https://asabrasil.org.br/conteudo/?conteudo=candeeiro. Acesso em 16 de nov. de 2025.

apreciações sobre como as mulheres vão aparecendo nas produções dissertativas do ProfHistória entre os anos de 2014 e 2025.

Na segunda sessão, “Associação de Mulheres Girassol, experiências feministas e agroecológicas que gestam mundos possíveis no Território do Mato Grande”, os objetivos são apresentar algumas discussões sobre experiências coletivas de mulheres que se organizam em busca do bem viver, assim como discorrer sobre essas experiências no Território do Mato Grande. Também serão realizadas algumas discussões sobre as relações entre o Feminismo Camponês e Popular, a agroecologia e as vivências na Associação de Mulheres Girassol, pensando os caminhos possíveis para uma Aula de Campo.

Na terceira sessão será apresentado o Caderno de Orientações “Mulheres que plantam colhem mundos possíveis, uma proposta de Aula de Campo no Ensino de História para estudantes do Ensino Médio. O Caderno contém discussões teóricas sobre Feminismo Camponês e Popular e agroecologia, pensando suas articulações com o Ensino de História, assim como algumas questões sobre a importância da Aula de Campo como uma prática pedagógica para o Ensino de História. O Caderno também contém uma proposta de roteiro para a Aula de Campo, construído coletivamente com algumas mulheres da Associação, e a partir das experiências com estudantes do Ensino Médio das salas de aulas por onde passei.

Na última, sessão “Toda vez que dou um passo o mundo sai do lugar (uma conclusão?)”, são apresentadas algumas questões que movimentam as discussões do estudo, não no sentido de uma conclusão, afinal, essa é uma escrita que não tem um fim em si, é uma circularidade, um chamado para os recomeços, para a confluência de saberes, para possibilidades de educar nas esquinas do hoje.

Diante do exposto nas linhas acima, gostaria de enfatizar que esse estudo não tem, e não pode, resolver os diversos problemas que envolvem os silenciamentos e apagamentos das mulheres do campo no Ensino de História. Minha intenção é lhe fazer um convite à reflexão, à mudança de perspectivas sobre a produção do conhecimento histórico e sobre como estamos compartilhando-o em nossas salas de aulas. Aqui é um começo, um ponto de partida. Uma fresta em algum muro do mundo em que as mulheres estão abrindo alas e passando.

2 MULHERES DO CAMPO E ENSINO DE HISTÓRIA, DIÁLOGOS SOBRE "OUTRAS" HISTÓRIAS QUE É PRECISO CONTAR

Nesta primeira seção da escrita dissertativa, gostaria de iniciar os diálogos a partir de referências teóricas sobre um aspecto que vem me incomodando, tanto nas minhas experiências de vida quanto nas minhas práticas profissionais. Este aspecto diz respeito às ausências que movem a produção de conhecimento que chega à formação das professoras e que contribui para algumas carências em suas práticas pedagógicas no Ensino de História na Educação Básica. Essas ausências, que também perpassaram minhas formações enquanto professora, ressoam com esse incômodo de abrir um livro didático ou olhar nossos referencias curriculares e ainda me deparar com um ensino marcado pelo silenciamento e apagamento de corpos e histórias, que parecem não ser importantes.

Mas de que ausências estou falando? No caso deste estudo, estou discorrendo sobre as ausências das mulheres como protagonistas de narrativas históricas, principalmente daquelas mulheres que estão fora dos centros hegemônicos de poder e que habitam outras centralidades do mundo: como mulheres negras, indígenas, as que não se "enquadram" no padrão cis heteronormativo cristão e as mulheres do campo; mulheres que são ventanias constantes e seguem sendo a contramão do mundo. Essas ausências também se estendem a questões que atravessam seus universos, que são diversos, como suas práticas sociais coletivas que dialogam com perspectivas feministas, aqui, mais especificamente, o Feminismo Camponês e Popular.

E de que lugar estou pensando essas ausências? Estou pensando a partir do Ensino de História, do lugar de uma mulher negra que por muito tempo também reproduziu essas ausências por não as ver, não as compreender e, muitas vezes, não encontrar os caminhos metodológicos e teóricos necessários para uma prática pedagógica, no Ensino de História, que fosse antissexista e antirracista; que não reproduzisse as opressões do mundo sobre nossos corpos e mentes e que não nos desumanizasse. Mas nunca é tarde para refazer as rotas e contar "outras" histórias em nossas salas de aula.

A partir dessas questões, gostaria de discorrer um pouco sobre teoria e como essa reflexão vem atravessando minha vida, minha trajetória no mestrado e a construção desta escrita. Pensar sobre isso me leva às memórias de uma das

primeiras disciplinas que tivemos no mestrado, que foi justamente Teoria da História, com a professora Juliana Teixeira[37]. Confesso que fui para a primeira aula um pouco incomodada e com receio de que as discussões fossem pensadas a partir de uma matriz de conhecimento que tão bem conhecemos e que ainda permeia nossas formações nos cursos de graduação em História e outras áreas do conhecimento: a centralidade das discussões nos pensamentos e escritas de homens, brancos e, em sua maioria, europeus. E, quando são brasileiros, estão no eixo Rio-São Paulo, como se os demais continentes e estados não produzissem conhecimentos e saberes.

Importante salientar que apresentar outras epistemologias, ou outras formas de produzir conhecimento, não tem a intenção de invalidar as produções que comumente se usam. É uma maneira de disputar as narrativas que ainda parecem tão únicas no campo do conhecimento histórico. Pensando sobre as aulas de Teoria da História, lembro do quanto o meu coração se aqueceu na discussão de um texto de bell hooks sobre teoria[38], e me encontrei naquelas palavras e nas possibilidades que elas me ofereciam para pensar minhas trajetórias e os sonhos que carrego, não apenas para mim, mas para minha comunidade. E como hooks, enquanto mulher negra, tenho encontrado na teoria um possível lugar de cura. Mas de que teoria estamos falando? Para hooks (2017, p. 85-86):

> Quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática. [...] A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para este fim.

Desse modo, o que venho construindo com muito afeto e alguns incômodos, mas imbuída de amor e esperança como estratégia política, é pensar essa escrita como processo de cura, de autorrecuperação de libertação coletiva; é um ponto de partida. Aqui, teoria e prática se cruzam para, através das vivências e lutas de mulheres do campo, também produzir curas para as dores do mundo. Seja através dos feminismos como estratégia coletiva, seja através da agroecologia como forma

---

[37] Cursou bacharelado, licenciatura e mestrado em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado em História Social na UNICAMP. É professora no curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atuando na graduação e pós-graduação. Pesquisa temas relacionados à História Política e História Social do Brasil Império, publicando artigos e capítulos de livro que discutem a atuação das Câmaras Municipais, o governo das cidades e o mundo do trabalho no século XIX.

[38] Texto: “A teoria como prática libertadora” presente no livro *Ensinando a transgredir, a educação como prática da liberdade,* de bell hooks.

de se relacionar com a terra e com a natureza, seja nos abraços e gargalhadas que nos permitem encontros potentes no alpendre de Dona Rita. Como ela mesma diz: “aqui vai embora o estresse, é como uma terapia, minha fia”.

Pensando sobre esses momentos, fico imaginando na potência desses encontros com professoras e alunas deste território, que, a seus modos, também estão procurando a cura para suas próprias dores. Assim, acredito que um Ensino de História que possa tornar esses encontros possíveis está na busca de curar feridas coloniais ainda abertas nas brechas entre a teoria e a prática que chegam às nossas escolas.

E, pensando sobre como a produção de conhecimentos, de epistemologias, de teorias perpassa as nossas experiências docentes e sociais, vamos dialogar um pouco sobre questões relevantes para este estudo, como o Feminismo Camponês e Popular, a agroecologia como estratégia das mulheres do campo frente à Revolução Verde no Brasil, e suas relações com o Ensino de História. Também será discutido como as mulheres e suas diversidades aparecem na Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar para, a partir disso, encontrar caminhos possíveis para uma Aula de Campo na Associação de Mulheres Girassol. Por último serão realizadas algumas discussões sobre como as mulheres, as questões de gênero e o feminismo, têm aparecido nas produções dissertativas do ProfHistória entre os anos de 2014 e 2025, como uma forma de compreender a partir de que perspectivas elas vão sendo enredo dessas escritas e estudos. Assim, vamos conversando sobre como essas “outras” histórias também são necessárias para pensar mundos possíveis.

2.1 “Sem feminismo não há agroecologia”, construindo pontes com o Ensino de História

O ano era 2015, e eu estava indo para Caruaru/PE na companhia de outras mulheres do Território do Mato Grande para participar de um curso sobre feminismo na Escola de Educadoras Feministas do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – MMTR/NE. O curso contou com a participação de mulheres de todos os estados da região Nordeste. Ficávamos hospedadas na sede do Movimento, e, durante o dia, participávamos das atividades no *Campus* da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Caruaru/PE. Esse foi o primeiro momento em que participei de uma formação sobre feminismo voltada, principalmente, para a realidade das

mulheres rurais do Nordeste, experiência que impacta minhas vivências pessoais, profissionais e acadêmicas até os dias atuais.

Aquelas vivências mobilizam, até hoje, lugares de muito afeto em mim. As conversas, as discussões e as gargalhadas constituíam momentos de escuta e aprendizagem com as mais velhas, com aquelas cujas caminhadas possibilitaram importantes conquistas de direitos para as trabalhadoras rurais. Ao mesmo tempo, aprendíamos com as mais jovens que, assim como eu, davam os primeiros passos nas caminhadas feministas de seus territórios.

Figura 01: Mulheres da Escola Feminista do MMTR/NE

Fonte: Arquivo pessoal (2015).

A imagem acima é da finalização de uma das aulas da Escola. Essas mulheres não sabem o quanto suas falas, experiências compartilhadas, os abraços e o acolhimento foram, e são, significativos em minha trajetória. E, nesses encontros potentes, ouvi pela primeira vez a frase “sem feminismo não há agroecologia”. Naquele momento, não compreendi plenamente o significado daquelas palavras. Embora eu já conhecesse algumas experiências do Território do Mato Grande, como as da Associação de Mulheres Girassol, ainda não conseguia relacionar, de forma mais profunda, os significados e a relação intrínseca entre teoria e prática que atravessam tanto o feminismo quanto a agroecologia. Mas por que essa experiência interessa a esta escrita dissertativa? Primeiro, é importante dizer que, quando falo de

mim, também estou falando deste estudo e desta pesquisa. afinal, o corpo-território que sou se entrelaça com a proposta que aqui apresento

E é a partir dessas experiências na Escola de Educadoras Feministas do MMTR/NE que inicio esse diálogo sobre os feminismos, no plural, como uma perspectiva de vivência também das mulheres em outros lugares, como as comunidades rurais e os assentamentos de Reforma Agrária. Nesse entremeio, gostaria de dizer que o feminismo, pensado no singular, nunca foi algo ou um movimento que me chamou atenção. Pelo contrário, causava-me certo desconforto pensar minhas experiências de vida nos movimentos sociais, sob a ótica do feminismo. Sobre isso, hooks (2019, p. 55) nos lembra que:

> Muitas mulheres relutam em aderir ao feminismo porque não se sentem seguras quanto ao significado do termo. Mulheres de grupos étnicos explorados e oprimidos, às vezes, descartam o termo porque não querem ser vistas como apoiadoras de um movimento racista; o feminismo geralmente é associado à luta das mulheres brancas por direitos. [...] Algumas mulheres temem a palavra "feminismo" porque não querem se identificar com nenhum movimento político, especialmente aqueles vistos como radicais. Nesse caso, são mulheres que não querem, de forma alguma, ser associadas ao movimento pelos direitos das mulheres, colocando-se à margem ou contra ele. Muitas mulheres estão mais familiarizadas com as perspectivas negativas sobre a “libertação das mulheres” do que com os significados positivos do movimento.

E, pensando a partir de hooks, de fato, o meu entendimento sobre o feminismo era de que minhas vivências, esperanças e realidades não cabiam dentro de um movimento em que não via mulheres como eu: negras, gordas, situadas em outros contextos sociais e em outras centralidades do mundo. Foi a partir das discussões da Escola de Educadoras Feministas que fui compreendendo que as experiências se desenvolvem antes dos conceitos, e que o feminismo é algo vivenciado de maneira diversa por diferentes mulheres, presentes em muitos lugares do mundo, inclusive no território em que vivo.

Assim, diante da diversidade das lutas em diferentes espaços e tempos, frente às opressões vivenciadas por mulheres, não há como pensar em uma única forma de vivenciar as experiências feministas, que são múltiplas e diversas. Além disso, não podemos esquecer que, quando falamos em feminismo, estamos discorrendo também sobre uma perspectiva ocidental de compreender as lutas das mulheres. Dessa maneira, em outros lugares do mundo, inclusive no próprio ocidente, o feminismo, como movimento de luta por igualdade feminina, pode não dialogar com as experiências de determinadas mulheres. Ao tratar por exemplo, das mulheres africanas e do feminismo, Oyèrónké Oyewúmí (2023, p. 09) coloca que:

> [...] as mulheres africanas e o feminismo estão em desacordo, porque, apesar dos adjetivos utilizados para qualificar o feminismo, é o feminismo ocidental que inevitavelmente predomina, mesmo quando não se trata dele de maneira explícita. Esse feminismo geralmente circula sem nenhum adjetivo, mas leva consigo muita bagagem.

De fato, o feminismo carrega consigo uma bagagem social, política, ideológica e cultural que se estrutura e dialoga com os modos de vida europeus e norte-americanos; discorrer sobre o feminismo também é falar sobre relações de poder. Assim, podemos dizer que ele está vinculado à história e ao imperialismo norte-americano e europeu, assim aos processos de colonização europeias na Ásia, na África e nas Américas, a partir do século XV. A partir disso, podemos compreender que o feminismo não é uma categoria universal, mas um movimento que se estrutura social, cultural e historicamente a partir das relações sociais entre homens e mulheres, e que, a partir de determinando momento histórico, lançou bases globais a partir da Europa.

Sempre que me coloco a refletir sobre o feminismo, as experiências de vida das mulheres, principalmente das mulheres negras, indígenas e do campo, ao longo dos últimos cinco séculos no Brasil, e as vivências das mulheres do Território do Mato Grande, tornam-se latentes em meus pensamentos, a partir das quais questiono: o feminismo é mesmo para todo mundo? bell hooks, em seu livro *O feminismo é para todo mundo, políticas arrebatadoras* (2019), afirma que "O feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão" (2019, p. 13). Mas será que essas opressões se dão da mesma forma para todas as mulheres, em todos os lugares do mundo? Oyèrónké Oyewúmí (2023, p. 11) diz que:

> Em suas várias formas e disfarces, o feminismo continua a ser o produtor mais ávido da consciência de gênero e das categorias de gênero, inevitavelmente, em detrimento de categorias locais como etnia, senioridade, raça e geração que podem ser mais importantes localmente.

Assim, podemos perceber que as experiências das mulheres, suas lutas, resistências ou seus modos de viver são campos em disputa teórica, metodológica e prática. Isso coloca em evidência, também, discussões sobre a categoria mulher como um modelo universal de ser associado ao padrão europeu e norte-americano: branca, heterossexual, rica, cristã, magra, que tem vagina, que vive nos bairros mais bem localizados das grandes metrópoles. E as mulheres negras, indígenas, trans, lésbicas, de contextos rurais, das periferias das cidades? Elas não são mulheres? Suas lutas, seus movimentos não são necessários e importantes para o mundo em que vivemos? Essas são perguntas necessárias para que possamos refletir sobre situações que

parecem naturais, mas são construções históricas e sociais que categorizam as relações sociais, colocando, inclusive, quem pode ou não ser considerado humano, quem tem ou não o direito de viver, como nos lembra Achille Mbembe em seu livro *Necropolítica* (2018), além de nos fazer refletir sobre as perversas situações vivenciadas por africanas e indígenas no período da colonização europeia na África e nas Américas.

Discorrer sobre essas contradições é importante para situar de qual feminismo estamos falando neste estudo, partindo de diálogos com o Ensino de História e com as experiências feministas e agroecológicas das mulheres da Associação de Mulheres Girassol (localizada no Assentamento Modelo II – João Câmara/RN). Assim, estamos falando sobre um Feminismo Camponês e Popular, que atravessa a luta pela terra, contestando as monocultoras dos latifúndios do saber, do poder e do ser. Um feminismo que reveste de significados os movimentos coletivos das mulheres do campo, das florestas, das águas, do Brasil e da América Latina. Mas é necessário, de acordo com Araújo (2020, p.86), salientar que:

> Não se pode supor que a luta das mulheres no campo brasileiro seja algo recente. Mesmo que não haja registro na história, as mulheres estavam à frente das lutas do seu tempo e, mesmo não se denominando feministas, elas estavam enfrentando as violências e escrevendo páginas de resistência, criatividade, esperanças e ensinamentos. É preciso resgatar e aprender com a luta das mulheres pela superação do sistema patriarcal, racista, classista e imperialista que destrói vidas, violenta e desumaniza as pessoas.

Partindo das colocações de Araújo, podemos perceber o quanto a escrita e o Ensino de História têm mantido essas mulheres longe das narrativas históricas e, consequentemente, da sala de aula. Também podemos ver que as lutas dessas mulheres dialogam com o Feminismo Negro, afinal, o campo também é atravessado pela questão da raça e pelo racismo como uma estrutura social e ideológica de dominação. Assim, nas experiências das mulheres negras durante a escravidão no Brasil, sejam nos quilombos, nos terreiros de candomblé ou em outros espaços, a terra foi, como ainda é, um elemento importante para pensar as relações sociais no Brasil no que se refere às mulheres situadas em contextos rurais. De acordo com Angela Figueiredo (2023, p. 148):

> O que definimos mais recentemente como feminismo negro é de fato uma experiência que se inicia muito antes da formulação do conceito. Trata-se de um conjunto de experiências trazidas pelas mulheres africanas que mobilizam um repertório cultural, religioso, linguístico, político e social para fazer frente às injustiças e à lógica escravista colonial, que considera africanos e africanas como não humanos.

Assim, o que hoje adjetivamos de Feminismo Camponês e Popular, e de Feminismo Negro começa a ser experimentado pelas mulheres muito antes das elaborações teóricas dos conceitos. Estes são necessários para que possamos compreender as diversidades que atravessam os movimentos de lutas das mulheres no Brasil e na América Latina, mas não incidem diretamente sobre as origens e a constituição das organizações coletivas em si. No que se refere às mulheres do campo, Araújo (2020, p. 86) ainda discorre que:

> As mulheres do campo, através dos seus movimentos, vão estabelecendo um conjunto de lutas contra as opressões e a exploração e se afirmando como feministas. Elas estão construindo o feminismo no campo e trazem junto a luta contra a violência dirigida às mulheres, a luta por novas relações entre homens e mulheres, pelo direito à participação e organização política, sem deixar de lutar contra a privatização das terras, a mercantilização da água e energia, privatização do petróleo e gás, das florestas, da biodiversidade e oxigênio, das sementes e dos alimentos pelas transnacionais que atuam sobre os recursos estratégicos em nosso país, na América Latina e no mundo.

A partir das questões postas por Araújo, algo que sempre me chama a atenção quando estou nas conversas com as mulheres do campo do meu território é o quanto elas também se mobilizam na construção de outras relações com seus companheiros, ainda que, na maioria das vezes, essas relações ainda sejam marcadas por diversas formas de violência. Outra característica é o quanto elas se organizam na defesa de um campo soberano, livre das monoculturas, na preservação de saberes ancestrais, na busca por soberania alimentar e por modos de plantar que lhes deem a possibilidade de cultivar e colher mundos possíveis.

Mas também é necessário dizer que o campo brasileiro é habitado por uma diversidade de mulheres, entre as quais podemos citar: agricultoras, trabalhadoras rurais, artesãs, curandeiras, quilombolas, pescadoras, indígenas, quebradeiras de coco, ribeirinhas, entre outras. Há também aquelas que estão diretamente ligadas ao agronegócio, às monoculturas do milho, da soja e a criação de gado, seguindo a lógica capitalista do “agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo[39]. Essas mulheres também fazem parte de uma estrutura que faz do campo um espaço de intensos conflitos por terra, o que mostra que as relações entre as mulheres do campo também são constituídas por contradições.

[39] Slogan da Rede Globo de Televisão veiculado em rede nacional, em uma campanha em prol do agronegócio.

No que tange aos movimentos de organizações sociais e políticas das mulheres do campo, eles começam a ser articulados no Brasil, na segunda metade do século XX, com o surgimento de movimentos como as Ligas Camponesas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Via Campesina, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE), entre outros. É importante lembrar que experiências coletivas de mulheres já existiam antes do século XX, um exemplo é a atuação das mulheres negras nos quilombos, nos espaços afro-religiosos e nas lutas pelo fim da escravidão no Brasil. Outro movimento importante para pensar a atuação das mulheres negras, indígenas e camponesas nos movimentos do campo, na constituição e no debate do Feminismo Camponês e Popular, é a Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC)[40]. Essa Coordenação se constitui como um movimento de articulação continental que une movimentos camponeses, negros, indígenas e trabalhadores rurais de toda a América Latina e do Caribe, sendo um importante ponto de intersecção na organização das mulheres do campo.

Sobre o Feminismo Camponês e Popular, tema central desde estudo, Almeida e Jesus (2020, p. 78) afirmam que:

> Feminismo Camponês e Popular é o respeito ao nosso modo de vida, baseado no projeto de agricultura camponesa e agroecológica e que busca construir as bases para uma sociedade sem classes, uma sociedade socialista e feminista. A luta por autonomia econômica e o reconhecimento do nosso trabalho, nesse sistema, são partes primordiais na construção do nosso feminismo e de nossa libertação. Portanto, embora tenhamos clareza de nosso horizonte socialista, também afirmamos fundamental a luta por direitos, reconhecimento e políticas públicas que possam melhorar as nossas vidas no campo via Estado.

Há nessa perspectiva de feminismo, uma clara vontade política, a partir da mobilização de diversas lutas, inclusive a luta antirracista e o respeito à diversidade sexual e de gênero, de construir uma sociedade sem hierarquias de classe, raça gênero. Apesar do horizonte socialista que atravessa as perspectivas do Feminismo Camponês e Popular, há uma luta constante por políticas públicas que possam garantir dignidade às pessoas do campo, em especial, às mulheres, como é o caso da luta pela Reforma Agrária, via Estado. A partir dessas perspectivas, sabemos que, isoladamente as mulheres não têm o poder de acabar com todas as opressões do mundo, mas sem a construção de modos de existência que coloquem na centralidade

[40] Mais informações acessar: https://cloc-viacampesina.net/. Acesso em 08 de jan. de 2026.

das relações sociais o respeito pela vida e a dignidade humana das mulheres, em toda a sua diversidade, não há como alcançar a equidade nas relações humanas.

O Feminismo Camponês e Popular se encontra articulado e em diálogo permanente com movimentos sociais do campo, como o MST e MMC, além de outros. Nesses movimentos, as mulheres vêm se articulando, nos últimos anos, para debater e construir um feminismo que consiga se aproximar de suas experiências enquanto mulheres camponesas, trabalhadoras rurais, indígenas, negras e de identidades de gênero e sexualidades diversas, além de ter o caráter popular como forma de educação, organização e participação coletivas.

E, nas caminhadas pelo campo brasileiro, não podemos esquecer de lideranças femininas importantes como Margarida Maria Alves, liderança camponesa paraibana, que foi a primeira mulher a assumir a presidência do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB). Teve uma atuação importante na luta pelos direitos das trabalhadoras e trabalhadores rurais, contrariando os interesses dos latifundiários locais. Em 12 de agosto de 1983, Margarida Alves teve sua vida ceifada com um tiro no rosto, em sua casa, na frente do seu marido e de filho. Mas sua luta não acabou com sua morte. Do campo, das florestas e das águas brotaram tantas outras margaridas que hoje, de quatro em quatro anos, se reúnem em Brasília na Marcha das Margaridas, reafirmando a força das mulheres do campo, afinal, como ela mesma dizia, “é melhor morrer na luta do que morrer de forme”.

Outra liderança importante para pensar a atuação das mulheres no campo é Elizabeth Teixeira, “a mulher marcada para viver”, que em 2025 completou cem anos. Elizabeth teve seu marido, João Pedro Teixeira, um dos líderes das Ligas Camponesas na Paraíba, assassinado no início da década de 1960. E, mesmo diante de perseguições, inclusive pela Ditadura Militar, ela continuou a luta na busca por um campo livre de violências e com direito à terra para trabalhar e à educação para as trabalhadoras e seus filhos.

As histórias dessas mulheres, que na época não se identificavam como feministas, devido a inúmeras questões, como as já apontadas neste texto, escrevem, nas páginas da história do Brasil, um outro Brasil que acontece no campo. Desafiando as lógicas de dominação, opressão e violências, essas mulheres são símbolos de resistência diante de um país em que nós, mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTQIAPN+ morremos pela ação ou omissão do Estado.

Na construção de um Ensino de História que conteste as narrativas tradicionais de que o campo é um lugar atrasado, com modos de vida que não acompanham “o progresso da sociedade”, mostrar essas outras narrativas, em sala de aula, é um ato potente e revolucionário no combate às histórias únicas. Trazer as mulheres do campo para o centro das discussões sobre os aspectos que envolvem as dinâmicas históricas e sociais que constituem nosso país é contribuir para tirar da invisibilidade e do apagamento essas sujeitas, que cotidianamente estão na linha de frente dos movimentos de resistência em seus territórios, por modos de vida que sejam dignos para todas as formas de vida.

E, nessas lutas por um campo livre de violências sistemáticas, a agroecologia aparece como uma aliada importante nas dinâmicas do Feminismo Camponês e Popular. Em tempos de crises ambientais que se intensificam com a atuação de um capitalismo predatório, as mulheres do campo seguem na contramão do mundo estabelecendo relações harmoniosas com a natureza e com a terra. São guardiãs de saberes ancestrais e tradicionais. São aquelas que estão em nossos territórios lutando contra as monoculturas das transnacionais, que ameaçam constantemente nossos modos de vida, e encontram na agroecologia uma forma de lutar por justiça social e climática. De acordo com Andrieoli e Castilho (2025, p. 02), a agroecologia:

> É uma prática transformadora que integra a luta pela sustentabilidade ambiental e de gênero, justiça social e valorização de saberes tradicionais, promovendo autonomia, empoderamento e valorização das mulheres camponesas por meio das práticas agrícolas sustentáveis com base em princípios ecológicos, biodiversidade, uso eficiente dos recursos naturais e resiliência dos sistemas agrícolas são impulsionados. Essas práticas contrastam com o modelo de agricultura convencional, que frequentemente leva à degradação dos recursos naturais.

Ou seja, a agroecologia oferece às mulheres do campo possibilidades de produzir alimentos livres de venenos e de desenvolver relações orgânicas com todas as vidas, pois, assim como nos lembra Nego Bispo, todas as vidas são necessárias. Elas estão na linha de frente na preservação dos recursos naturais, respeitando a biodiversidade de cada bioma. Essas ações, que são políticas, vão de encontro à degradação ambiental e social, que caracteriza as dinâmicas do capitalismo, que invade o campo através do latifúndio, do patriarcado e do racismo. Essas três opressões se fazem presentes no campo de maneira interseccionada, violando a existência das mulheres e destruindo a natureza com a exploração desenfreada de seus recursos naturais.

Importante salientar que a agroecologia tem um papel importante na busca por soberania e segurança alimentar, no combate à fome e na preservação de sistemas agroalimentares tradicionais. É uma forma de viver no campo de maneira econômica, socialmente justa e ambientalmente correta. Assim, para Rodrigues (2018, p. 37), “[...]a agroecologia é uma ciência e um conjunto de práticas que instrumentalizam e possibilitam uma verdadeira revolução no contexto da produção de alimentos e na preservação ambiental, considerando a complexidade dos contextos locais e culturais”.

Uma questão importante para pensar a agroecologia na história do Brasil, é a chamada Revolução Verde, que inseriu no campo um modelo de produção baseado no uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes e maquinários, com o objetivo de modernizar a agricultura. Esse período teve início no fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com uma estrutura que não abrangeu apenas a produção de alimentos, mas envolveu questões sociais, econômicas, políticas, culturais e técnicas que permitiram o desenvolvimento dessa revolução. Com o fim da Guerra, era necessário encontrar novos mercados para consumir as descobertas das indústrias químicas, que encontraram um terreno fértil com a elevação da ciência como uma fonte de validade do saber, frente aos saberes tradicionais das comunidades rurais, dos quilombos, dos territórios indígenas, entre outros. Para Santili (2009, p. 25),

> A Revolução Verde associa insumos químicos (adubos e agrotóxicos), insumos mecânicos (tratores colheitadeiras mecânicas etc.) e biológicas (variedades melhoradas) (...) Foram desenvolvidas variedades vegetais de alta produtividade que dependiam, entretanto, da adoção de um conjunto de práticas e insumos conhecido como “pacote tecnológico” da revolução verde (insumos químicos, agrotóxicos, irrigação, máquinas agrícolas etc.). Foi criada também uma estrutura de crédito rural subsidiado e, paralelamente, uma estrutura de ensino, pesquisa e extensão rural associadas a esse modelo agrícola. Com o apoio de órgãos governamentais e organizações internacionais, a revolução verde expandiu-se rapidamente pelo mundo promovendo uma intensa padronização das práticas agrícolas e artificialização do meio ambiente.

Esse “pacote tecnológico” foi disseminado no Brasil a partir da década de 1960, com forte apoio da Ditadura Militar, e tinha como promessa a erradicação da fome, a modernização do campo, o aumento da produção e do emprego, sendo visto como um viés importante para o desenvolvimento de países como o Brasil. É a partir desse projeto de modernização do campo, aliado a um país marcado pela concentração de terra e pelos grandes latifúndios, que começam a ser delineados os traços do que hoje conhecemos como agronegócio, com acentuada disseminação de tecnologias

agrícolas, fomentando intensivamente o uso de fertilizantes e agrotóxicos. De acordo com Lazzari e Souza (2017, p. 05):

> A Revolução Verde após ser inserida na agricultura do Brasil traz em seu seio inúmeras contradições. A promessa de emprego cai por terra, uma vez que as máquinas invadem o campo e a produção familiar diversificada passa a ser substituída por plantação de monocultura. O aumento da produção de alimentos para o mercado interno foi ínfimo, uma vez que os grandes campos de uma só cultura destinavam-se à exportação. O êxodo rural pautado no desemprego facilitou a solidificação do latifúndio e o surgimento da periferia na zona urbana. O alimento orgânico dá espaço ao alimento sem segurança alimentar. A terra fértil passa por processos de desertificação.

Nessa perspectiva, as sujeitas do campo não foram passivas diante da devastação dos recursos naturais e dos problemas que atravessaram seus modos de vida a partir da Revolução Verde. Nesse cenário, a agroecologia emerge como um modo de vida que tenta reconectar as pessoas à natureza e às suas possibilidades de oferecer uma vida digna para quem vive no campo.

Enquanto escrevo sobre essas questões, algumas memórias de minha infância vêm à tona para dialogar com essas modificações violentas que o campo vem sofrendo nos últimos séculos. Minhas avós, materna e paterna, sempre foram pessoas que lidaram com a terra, o que se estendeu para as vivências de meu pai e de minha mãe. Lembro-me do tambor na sala lá de casa em que eram guardadas as sementes de feijão da safra do ano para serem plantadas no ano seguinte. O milho geralmente era guardado em garrafas bem lacradas para ser conservado. Nunca vi minha mãe ou meu pai usarem veneno nos roçados, nos quais eu me divertia fazendo tranças nas espigas de milho, e como era gostoso o cuscuz feito com esse milho moído no moinho lá de casa. Fechar os olhos e direcionar meus sentidos para essas vivências de minha infância mobiliza territórios profundamente afetivos em mim.

Nessas vivências, eu também me lembro, quando chegou, na comunidade em que eu morava, um milho dado pelo governo para ser plantado, era um milho meio avermelhado, roxo, diferente, e diziam que era um milho resistente às pragas, mas que pragas? Claro que, na época, eu, pequena, não sabia o que era aquilo, nem de onde vinha ou quais eram as intenções do governo em distribuir aquelas sementes nas pequenas comunidades rurais. Na verdade, não sabia nem o que era governo. Mas hoje, eu percebo que aquele milho que chegou na minha casa, há mais de trinta anos, fazia parte desse “pacote tecnológico” introduzido no Brasil pela Revolução Verde. Mas, na contramão desses investimentos, lembro que as pessoas da minha comunidade não renunciaram às suas sementes nativas, crioulas para usar as que

vinham do governo, e aquelas pessoas que tentaram plantar não colheram muita coisa. Já no que se refere à vida das mulheres no campo diante da Revolução Verde, de acordo com Andrioli e Bassanezi (2021, p. 04):

> As mulheres do campo são os sujeitos que foram mais afetadas pela Revolução Verde, pois são elas as maiores responsáveis pela manutenção e preservação das sementes crioulas. Estas foram prejudicadas amplamente com a implantação de agrotóxicos, sementes transgênicas e tratadas que substituem as sementes crioulas fazendo com que deixem de ser cultivadas e perdendo inúmeras variedades. São as mulheres quem mais se importam com as causas ambientais e sociais, são elas que estão na linha de frente na preservação do meio ambiente e no cuidado com a família.

Apesar, como nos coloca Andrioli e Bassanezi, de as mulheres serem as sujeitas mais afetadas pela Revolução Verde no meio rural brasileiro, sofrendo inclusive o epistemicídio de seus saberes e modos de vida, elas não aceitaram passivamente essas situações e estão, de fato, na linha de frente na busca por estabelecer outras relações com a natureza e com as suas irmãs. E elas têm realizado ações extremamente importantes através de saberes agroecológicos como modo de se relacionar com a natureza e do Feminismo Camponês e Popular como via de organização social e política.

Partindo dessas perspectivas, não há como pensar a agroecologia sem levar em consideração a atuação das mulheres na elaboração e disseminação desses saberes. Essas questões me mostram, nos mostram, que o campo também não foi, e não é, esse lugar passivo, que aceitou a introdução dessas técnicas, introduzidas pela Revolução Verde, de bom grado. O campo resistiu e ainda resiste frente aos ataques de um capitalismo que é monocultural, agroexportador, racista e patriarcal, que empobrece cada vez mais a vida das agricultoras. E o protagonismo dessa resistência está nas mãos das mulheres, que coletivamente têm plantado sementes para colher mundos possíveis.

Ainda sobre a agroecologia, gostaria de trazer uma fala do nosso ancestral das confluências, Nego Bispo (1959 - 2023), na VII Jornada da Agroecologia da Bahia[41], em fevereiro de 2023, que coloca em evidência que a agroecologia também é um território de intensas disputas de narrativas. Em suas falas, ele destaca a importância da agroecologia hoje no Brasil, mas é enfático ao dizer que quem inventou as técnicas, hoje ditas agroecológicas, foram os quilombos e as aldeias, e que é preciso disputar

[41] Para ver essa fala de Nego Bispo, acessar: https://www.youtube.com/watch?v=Y1IxyrdNUeE. Acesso em 10 de jan. de 2026.

essa narrativa com uma academia que transforma os saberes desses povos em uma ciência sem conexão com nossos povos e territórios. A partir dessa perspectiva apresentada por Bispo, essas formas de convivência com a natureza (lembrando sempre que nós também somos natureza, somos parte dela, não estamos numa instância acima ou separada dela; assim, nossas relações com a natureza são de envolvimento e ancestralidade) são tão antigas quanto a agricultura. Quando os seres, ditos humanos, começaram a caminhar por essa terra e se relacionar com as demais formas de vida, essas relações com a natureza foram se desenvolvendo, e a terra foi ofertando alimentos e água, numa convivência harmoniosa. Essas relações vão se modificando com o passar do tempo, passando de harmoniosas para predatórias. Um exemplo são os processos de colonização europeia nas Américas, que se desdobraram em um ataque direto aos recursos naturais do continente, numa investida que tentou a todo custo destruir tanto a natureza como os modos de vida dos povos que aqui viviam. Ataques que até hoje continuam acontecendo.

E foram os saberes desses povos, junto aos saberes tradicionais vindos de África, através das pessoas que aqui chegaram como mercadorias para serem escravizadas, que tornaram possível o desenvolvimento de práticas e técnicas de produção de alimentos em relações harmoniosas com a natureza, respeitando seus ciclos e saberes.

E pensando nessas articulações entre o Feminismo Camponês e Popular e a agroecologia, que colocam as mulheres com protagonistas no tecer dessas outras relações no campo brasileiro, como podemos pensar o Ensino de História a partir dessas perspectivas? Como professora de História, gostaria de dizer inicialmente o quanto as reflexões sobre as nossas práticas pedagógicas, a história e o Ensino de História são necessários para compreender as nossas responsabilidades e posturas diante das nossas estudantes. Por muito tempo, eu fui aquela professora que não conseguia construir pontes entre a teoria e a prática, não conseguia estabelecer as relações entre história e as minhas vivências como mulher negra, como militante de movimentos feministas, como alguém que tem raízes no Território do Mato Grande. Não conseguia me encontrar na história, e acabei por reproduzir narrativas em sala de aula que reforçavam sistemas de opressão que mantêm outras sujeitas, como as mulheres, fora do protagonismo histórico e social do mundo.

Mudar as perspectivas não é tarefa fácil, exige constância, leituras, reflexões e assumir compromissos éticos e políticos diante da nossa profissão. Ou seja, qual

educação estamos dispostas a promover em nossas escolas? Um modo de educação que mantenha as opressões estruturais? Ou modos de educação comprometidas com práticas emancipatórias e de liberdade? Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (2000, p. 43-44), diz que: “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Assim, refletir criticamente nos possibilitará construir as rotas para mudanças necessárias na busca por outros marcos de sociabilidade, estruturados a partir da busca pela eliminação de todas as formas de opressão.

E, diante dessas buscas e reflexões, precisamos compreender qual educação estamos promovendo em nossas salas de aula. É sobre pensar em projetos de sociedade, que não vão se organizar sozinhos, mas sim através da organização coletiva e engajada daquelas pessoas que acreditam que reinventar mundos é um ato possível. Refletindo sobre essas questões, concordo com bell hooks quando ela diz que:

> Os professores progressistas que trabalham para transformar o currículo de tal modo que ele não reforce os sistemas de dominação nem reflita mais nenhuma parcialidade são, em geral, os indivíduos mais dispostos a correr os riscos acarretados pela pedagogia engajada e a fazer de sua prática de ensino um foco de resistência. (2017, p. 36)

A pedagogia engajada apresentada por hooks pode possibilitar às professoras de História caminhos possíveis para refletir sobre suas práticas, tendo em vista que, nessa pedagogia, a figura da professora tem papel central nas mudanças nas salas de aula. Uma das questões importantes colocadas nessa pedagogia é a busca pela autorrealização como uma prática de ensino; dessa forma, ao nos autorrealizarmos, seremos capazes de envolver as estudantes na busca por maneiras de viver profunda e plenamente. Eu sei que, em tempos de tanta desesperança, de um mundo que parece desmoronar a cada dia, falar sobre isso parece algo fora da nossa realidade. Mas ainda sou aquela pessoa que acredita no poder de esperançar, mesmo em tempos difíceis.

Pensar o Ensino de História a partir da reflexão das nossas práticas e da nossa autorrealização profissional é um tanto desafiador diante dos diversos problemas estruturais que enfrentamos e diante de um projeto de sociedade com alto teor autoritário e conservador. Mas essas reflexões são necessárias para romper com a lógica das histórias únicas e com a centralidade das narrativas históricas na figura de

“grandes homens” que dão sustentação a esses projetos de sociedade nos quais não cabe a diversidade de seres que existem no mundo.

Diante das perspectivas apresentadas, o Ensino de História precisa ser comprometido com a formação para o exercício da cidadania. Para isso, é necessário que as alunas possam desenvolver o pensamento crítico sobre as realidades em que vivem, com vistas a participar ativamente da sociedade através de princípios democráticos. No entanto, como nos alerta hooks (2020, p. 33), “Estudantes não se tornam pensadores críticos da noite para o dia. Primeiro, eles precisam aprender a aceitar a alegria e o poder do pensar propriamente dito”. E esse pensamento crítico é desenvolvido através da indissociabilidade entre a teoria e a prática, por meio de modos de ensinar História em que as estudantes aprendam de maneira concreta e significativa.

Desse modo, este estudo que apresento nas encruzilhadas do hoje, envolvendo uma proposta de Aula de Campo, tem a possibilidade de mobilizar aprendizagens históricas a partir de experiências teóricas e práticas, através de conceitos como feminismo camponês e popular, agroecologia e as experiências práticas das mulheres na Associação de Mulheres Girassol. Mas é importante salientar que as minhas experiências em outros espaços, além da academia e da sala de aula, como a Escola de Educadoras Feministas, as minhas vivências na infância, entre outras, foram importantes para a construção dessa proposta, mostrando que nós, professoras, temos repertórios de saberes necessários e que podem potencializar nossas práticas docentes.

2.2 Uma conversa sobre Feminismo Camponês e Popular e agroecologia na BNCC e no Referencial do Ensino Médio Potiguar[42]

Estou escrevendo essa dissertação em um mundo ainda muito difícil para as mulheres, suas diversidades e aquelas existências que não se “enquadram” nos padrões de sociabilidade ditos “normais”. Escrevo no início de um século em que a

[42] “O Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar fundamenta-se, legalmente, na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (LDB), no Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (2015-2025), na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018a) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM, 2018), como forma de concretização do direito inalienável à educação pública, gratuita, laica e de qualidade social, previsto em toda a legislação”. (Referencial, 2021, p. 11). Para acessar o documento completo acessar: http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/seec/DOC/DOC000000000278463.PDF.

desesperança tem sido constante diante de guerras, genocídios, e da destruição desenfreada da natureza, de um tempo em que o lucro e o poder estão acima de todas as vidas. Escrevo de um país em que a violência contra as mulheres e a comunidade LGBTQIAPN+ tem se intensificado de forma constante nos últimos anos, demonstrando uma das expressões mais perversas das desigualdades de gênero no Brasil. Escrevo de um país com dados alarmantes de feminicídio contra as mulheres, principalmente entre as mulheres negras, de acordo com dados do último Atlas da Violência[43]. Mas apesar de todas essas situações, também escrevo de um território (Território do Mato Grande, no semiárido potiguar) em que mulheres, através de experiências e da organização coletiva, têm encontrado rotas para reinventar o mundo.

Quando olho para essas conjunturas em que o direito à existência de todas as formas de vida se torna discursos e práticas de ódio por parte de determinados setores da sociedade, fico pensando nas alunas e nas tantas situações difíceis que enfrentam cotidianamente. Ainda me assusta percorrer algumas escolas do território em que moro e me deparar com situações de violências explícitas e sutis perpetradas contra os corpos e mentes de meninas e mulheres, que seguem silenciadas num lugar em que deveriam se sentir seguras.

Partindo dessas perspectivas e levando em consideração alguns dispositivos legais e o que eles inferem sobre direitos e educação, temos a Constituição Federal (CF) de 1988, que no inciso IV do Artigo 3º diz que é preciso “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Ou seja, é fundamento do Estado Democrático de Direito promover um país com instituições seguras, com garantias de direitos para todas as pessoas, independentemente de quem sejam. No entanto, na prática, essas questões estão longe de serem efetivadas, e a vida de muitas pessoas continua sendo construídas a partir de diversas formas de discriminação e de violência.

Sobre educação, o inciso I do Artigo 206 da CF diz que um dos princípios do ensino será a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Mas, pelo que tenho visto e sentido, o modelo de escola que temos ainda é um lugar que não é para todas as pessoas, para as diversidades e diferenças que atravessam as

[43] Para mais informações sobre o Atlas da Violência 2025, acessar: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes. Acesso e 12 de jan. de 2026.

existências humanas e não humanas. A escola ainda parece um lugar exclusivo, que tenta, a seus modos, manter certas estruturas de opressão em pleno funcionamento, seja através dos currículos, dos discursos ou das práticas pedagógicas. Mas, apesar de tudo, ainda acredito que a escola é um lugar possível para gestar transformações sociais importantes nesta sociedade.

No entanto, é necessário compreender que a educação é um campo estratégico movido por relações tensas e por disputas de poder entre grupos empresariais e políticos que querem perpetuar privilégios e opressões, em oposição à atuação daquelas que estão se movendo para contestar esses privilégios e lutar por direitos, como os movimentos de mulheres negras, indígenas, do campo, os movimentos LGBTQIAPN+, entre outros. Esses grupos seguem sendo esquecidos no que tange ao acesso e à permanência nos ambientes escolares, assim como nos currículos, em que suas contribuições para as ciências e para a produção de conhecimento têm sido apagadas. Assim, é importante salientar, como nos lembram Oliveira e Cordeiro (2024, p. 01), que:

> Pensar em educação, no contexto brasileiro, implica considerar que raça, etnia, gênero e classe social impactam o acesso e a permanência dos estudantes na escola e que a universalização da oferta da Educação Básica é algo recente em nossa história.

Apesar das contradições, essas relações não acontecem de forma tão dual, afinal, a escola é um lugar complexo, com relações dinâmicas, e, desse modo, questões de raça, classe, etnia e gênero têm conseguido, em alguns casos, abrir uma fresta nos muros desse sistema. É claro, que ainda há muita luta a ser travada, e as escolas ainda são lugares violentos para aquelas pessoas que estão na contramão do mundo e não seguem a aparente “ordem natural das coisas”[44].

No que se refere à Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LBD (Lei nº 9.394 de 1996), um dos instrumentos mais importantes do campo educacional brasileiro, não há menção nominal sobre às categorias de análise desse estudo: feminismo, agroecologia e mulheres do campo. Há, assim como na Constituição Federal, a prerrogativa da garantia do direito à educação para todas as pessoas, levando em consideração princípios, como:

> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

[44] Música do rapper e cantor brasileiro Emicida, com participação de Mc Tha, lançada em novembro de 2019. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=4cXOAqWOIcM. Acesso em 06 de jan. de 2026.

> III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
> IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
> XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Brasil, 1996).

Lembrando que alguns desses princípios foram modificados a partir da inclusão de outras leis, como é o caso do inciso XII, que trata da diversidade étnico-racial, incluído pela Lei nº 12.796, de 2013[45], demonstrando o quanto os terrenos das leis no Brasil são movidos por disputas, e essas seguem como uma possibilidade de conquistas de direitos por grupos sociais que historicamente foram oprimidos. Nessa mesma perspectiva, em 2024, a LDB teve uma outra alteração, com foco mais acentuado nas mulheres, com a Lei nº 14.986[46], que visa

> [...] incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. (Brasil, 2024).

Para um país como o Brasil, que é estruturalmente violento para as mulheres, essa lei traz contribuições importantes para pensar as mulheres e seus lugares na sociedade. No entanto, é preciso compreender que a categoria mulher não é universal, sendo necessário contestar o lugar das mulheres brancas, cis-heteronormativas, cristãs como protagonistas únicas na produção de conhecimento, em movimentos de resistência como o feminismo, na política, entre outros lugares. Tendo em vista os apagamentos e silenciamentos que outras mulheres sofrem nos currículos escolares, na academia, como é o caso das mulheres negras, indígenas, lésbicas, trans, com deficiência, que moram nas zonas rurais, entre outras, que ainda são pouco vistas como protagonistas das narrativas históricas do mundo.

Essas mudanças podem ser compreendidas como frestas que podemos abrir nos muros das escolas para construir com as nossas estudantes, com as nossas companheiras de trabalho, modos de educação que subvertam as lógicas das opressões postas. Isso levando em consideração que raça, etnia, gênero e classe são categorias sociais que impactam o acesso e a permanência de determinados grupos sociais nas escolas. Desse modo, os princípios citados acima e a lei que incide sobre a valorização das experiências femininas na história, podem ser aliados importantes

---

[45] Para mais informações acessar https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em 06 de jan. de 2026.

[46] Mais informações disponíveis em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14986.htm. Acesso em 06 de jan. de 2026.

na disputa por currículos e práticas pedagógicas mais diversas e inclusivas para meninas e mulheres.

No que se refere à agroecologia e suas relações com as legislações acima citadas (Constituição Federal e a LDB), podemos percebê-las a partir das temáticas que envolvem a Educação Ambiental (EA), que aparece na Constituição Federal como uma das estratégias necessárias para a garantia de direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. De acordo com o inciso VI do Artigo 225 da CF, é imprescindível "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente". Nessa perspectiva, em 1999 foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental através da Lei nº 9.795[47], que enfatiza em seu Artigo 2º que "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal". Ambos os dispositivos legais tratam da importância e da necessidade de incluir as temáticas da EA na educação nacional e seus sistemas de ensino, com o objetivo de que essas questões, que envolvem o nosso dia a dia, possam ser temas de discussões, elaborações de projetos e de análises críticas sobre as realidades que nos cercam.

Dessa maneira, uma das pontes que podem ser construídas para inserir a Educação Ambiental nos currículos e práticas pedagógicas do Ensino de História, é através dos princípios e saberes da agroecologia. Para Tostes *et.al* (2022, p. 02):

> [...] acredita-se que agroecologia possa ser utilizada como ferramenta da educação ambiental, e com isso, ser utilizada como um instrumento político-pedagógico, também de resistência, no sentido de incentivar práticas mais saudáveis, justas e sustentáveis, estreitando a relação homem-terra/ sociedade-natureza.

Dessa forma, a agroecologia pode fomentar abordagens e práticas pedagógicas críticas na valorização de saberes locais, na busca por relações sustentáveis nas zonas rurais e urbanas, além de promover ações em prol da produção de alimentos livres de agrotóxicos, da preservação dos ciclos naturais da terra e de sistemas agroalimentares sustentáveis. O que converge com uma atuação das mulheres do campo que têm, em várias regiões do país, utilizado os princípios da

[47] Mais informações disponíveis em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em 06 de jan. de 2026.

agroecologia como modo de vida e resistência na luta pelo bem viver e pela soberania alimentar e social.

No que se refere ao Ensino Médio, nas últimas duas décadas, temos visto intensos movimentos que incidiram sobre sua organização curricular, sobre seus objetivos, entre os quais podemos citar as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, as reformas, a BNCC, entre outros, que impactam diretamente o funcionamento e a organização das escolas e de seus sistemas de ensino. No Rio Grande do Norte, tivemos em 2021, a publicação do Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, objetivando orientar as práticas de ensino nas escolas do Estado. Partindo desses movimentos e mudanças, vamos analisar alguns aspectos da BNCC e do Referencial sobre diálogos possíveis com o Feminismo Camponês e Popular, a agroecologia e suas relações com a atuação das mulheres do campo no Ensino de História.

No que tange à BNCC do Ensino Médio, homologada em 2017, que se configura como documento orientador no estabelecimento de objetivos de aprendizagem para a construção dos currículos educacionais no Brasil, foram suprimidos os termos “gênero” e “orientação sexual” do seu texto final, o que vai refletir diretamente nas ausências das mulheres e da comunidade LGBTQIAPN+ diante de suas contribuições históricas e sociais nos currículos escolares. Numa evidente pressão de grupos conservadores ligados à ascensão da direita ultraconservadora no mundo, e, no Brasil, aos movimentos que culminaram com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, isso trouxe à tona um ataque direto às mulheres e a tudo que se refere às suas lutas por um mundo melhor. Nesse contexto, o currículo passa a ser algo que deveria ser ainda mais controlado e organizado, de modo a impedir que questões ditas doutrinárias chegassem até as estudantes. De acordo com Giovannetti e Sales (2022, p. 04):

> Para se combater o dito ensino doutrinário, uma das propostas de grupos conservadores e empresariais é estipular um currículo único, nacional e obrigatório, proibindo o ensino de temas polêmicos ou que fossem considerados “ideologizantes”. Visa-se, assim, controlar o currículo, propor mordaças às/aos docentes e criar um clima geral de desconfiança acerca dos trabalhos pedagógicos.

Assim, o currículo, que é um campo dinâmico e complexo, sempre foi alvo das disputas de projetos de sociedade, sejam eles de teor mais conservadores ou mais amplos. O fato é que essas questões incidem sobre o dia a dia da escola, e, a partir das minhas vivências como professora, percebo a negação e o desconforto de colegas de profissão quando o nome de determinados assuntos é levantado nas

discussões ou planejamentos pedagógicos, como violência contra as mulheres, questões de gênero, raça, entre outros. E esse desconforto também se estende às alunas.

Sendo assim, quais brechas podemos encontrar na BNCC para inserir nos currículos, nos planejamentos e nas práticas pedagógicas do Ensino de História as temáticas do Feminismo Camponês e Popular, da agroecologia e de suas relações com as mulheres que vivem nas zonas rurais? Um dos caminhos possíveis se dá através das Competências das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, nas quais a história está inserida. À vista disso, temos:

> Competência 1 - Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles. (BNCC, 2017, p. 559).
> Competência 3 - Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global. (BNCC, 2017, p. 562).
> Competência 5 - Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. (BNCC, 2017, p. 564).

Partindo das competências acima citadas e das habilidades que cada uma delas comporta, pode-se construir possibilidades de análises históricas sobre as atuações das mulheres que vivem nas zonas rurais brasileiras através do Feminismo Camponês e Popular e da agroecologia. Essas mulheres, que estão tecendo outras relações com a natureza, constituídas de forma coletiva, podem ser inseridas nas aulas de História a partir de várias perspectivas, entre as quais podemos citar a estruturação da agroecologia como uma resposta ao avanço da Revolução Verde no Brasil a partir da década de 1960, a constituição do Feminismo Camponês e Popular a partir das experiências de mulheres do campo que atuam em movimentos como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), entre outras.

Essas podem ser algumas possibilidades para pensar os currículos escolares a partir do diálogo entre o Feminismo Camponês e Popular, agroecologia e suas relações com as vivências das mulheres do campo, levando em consideração a valorização das suas experiências, dos seus saberes, identidades, culturas e potencialidades. Diante disso, de acordo com a BNCC (2017, p. 463):

> [...] cabe às escolas de Ensino Médio contribuir para a formação de jovens críticos e autônomos, entendendo a crítica como a compreensão informada dos fenômenos naturais e culturais, e a autonomia como a capacidade de

> tomar decisões fundamentadas e responsáveis. Para acolher as juventudes, as escolas devem proporcionar experiências e processos intencionais que lhes garantam as aprendizagens necessárias e promover situações nas quais o respeito à pessoa humana e aos seus direitos sejam permanentes.

E isso só é possível através de práticas pedagógicas que transgridam o controle, o conservadorismo e a violência que ainda imperam no dia a dia da escola. E, na construção dessas práticas, as professoras têm papel fundamental, tendo em vista que somos nós que tornamos os currículos escritos, que, na maioria das vezes, não são decididos por nós, uma realidade na sala de aula. É assumir uma postura política diante das escolhas sobre as abordagens e métodos que serão utilizados frente aos objetos do conhecimento a serem trabalhados.

No que se refere ao Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, publicado em 2021, articulado de acordo com as orientações da BNCC e visando atender às escolas do estado do Rio Grande do Norte, as questões relacionadas às mulheres, ao Feminismo Camponês e Popular e à agroecologia tendem a aparecer de forma mais evidente em seu texto. Mas, são necessárias atitudes críticas e propositivas por parte das professoras no momento de articular as habilidades, os objetos do conhecimento e as propostas de atividades. Quando se refere aos saberes das áreas de Sociologia, Filosofia, História e Geografia, esse documento diz que:

> Tais ciências possuem reflexões em comum: o estudo da humanidade em seus aspectos sociais e históricos, a organização coletiva, estruturas e relações sociais, a forma como é produzida e reproduzida a sociedade e os próprios sujeitos em suas diversidades, temporalidades, territorialidades e em suas múltiplas linguagens, incluindo os povos indígenas, camponeses, ribeirinhos, quilombolas, ciganos, como também a comunidade LGBTQIA+, dentre outros grupos e movimentos identitários; as interações (harmônicas e/ou predatórias) estabelecidas entre sociedade e natureza, bem como a apropriação desta por meio do desenvolvimento tecnológico e seus impactos sociais e/ou naturais. (2021, p. 317).

Desse modo, o próprio texto nomeia grupos socialmente excluídos, como a comunidade LGBTQIAPN+, ciganos, camponeses, entre outros, nos possibilitando refletir sobre categorias sociais que ainda são mantidas longe dos livros didáticos, das nossas formações, planejamentos e aulas. Partindo dessa abertura, as estudantes podem, através de aulas que instiguem análises críticas, diálogos e debates sobre realidades locais, globais, desenvolver atitudes éticas e de respeito por si e pelas outras pessoas. Sobre o Ensino de História, o Referencial nos coloca que:

> No ensino de História propomos ações pedagógicas-metodológicas que possibilitem aos estudantes refletirem, criticamente, sobre a realidade circundante e as experiências humanas. O objetivo é que conheçam e reflitam sobre a historicidade dos acontecimentos, analisem as relações entre o

> presente e o passado, bem como os vínculos dos sujeitos históricos com os contextos conjunturais e estruturais por eles vivenciados. (2021, p 323).

Essas ações pedagógicas-metodológicas apontadas acima dialogam com algumas habilidades e objetos do conhecimento apresentados no Referencial, que podem auxiliar as professoras na construção de suas aulas, promovendo diálogos sobre as relações que podemos tecer entre as vivências das mulheres rurais com o Feminismos Camponês e Popular e a agroecologia.

O Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar é organizado a partir de Eixos Integradores[48], que estabelecem as habilidades, os objetos de conhecimento e as propostas de atividades. O componente curricular de História, assim como os demais, está organizado a partir dos seguintes Eixos: Território e Temporalidade, Poder, Estado e Democracia, Indivíduo, Natureza e Sustentabilidade Ambiental, Trabalho, Desenvolvimento e Desigualdade e Cultura, Conhecimento e Tecnologia. Em todos esses Eixos, há a possibilidade de articular o protagonismo das mulheres nas narrativas históricas em âmbitos locais, nacionais e globais, dialogando com a alteração feita na LDB a partir da Lei nº 14.986, de 2024, que incide sobre a obrigatoriedade de inserir nos currículos escolares da Educação Básica temáticas que envolvam as experiências e as contribuições das mulheres para as ciências, e, nesse caso, para a história.

A partir desses Eixos, podemos construir análises, diálogos e debates sobre a atuação das mulheres do campo, tanto através dos Feminismo Camponês e Popular como da agroecologia, no Ensino de História. Um exemplo prático dessas relações são as mulheres da Associação de Mulheres Girassol, levando em consideração os seus movimentos de lutas e resistências pelo direito ao trabalho, ao reconhecimento como agricultoras, à reflexão sobre a dimensão do ser mulher do campo em suas experiências, ao combate à violência e ao feminicídio. Assim como, na elaboração e conquista de tecnologias de convivência como o semiárido, no plantar e colher alimentos livre de agrotóxicos, na busca de um meio rural soberano.

As experiências dessas mulheres podem ser localizadas espacial e temporalmente na história, mostrando como essas outras protagonistas estão,

---

[48] De acordo com o Referencial (2021, p. 320) “Vislumbrando, ao mesmo tempo, a garantia de aprendizagens essenciais, propomos uma organização curricular por **eixos integradores**, mediante os quais se possa articular efetivamente os componentes curriculares da área do conhecimento. A ideia dos eixos integradores permite aos professores, no âmbito de sua autonomia e liberdade de cátedra, tematizar e problematizar suas aulas e projetos, tendo em vista as especificidades dos territórios em que se encontram as escolas, privilegiando seus potenciais, suas culturas e suas histórias.”

também, movendo os ventos da história. A diferença é que suas narrativas, por muito tempo, não foram consideradas como perspectivas para estudos e análises históricas, e, hoje, essa situação não mudou muito. No entanto, como professoras de História comprometidas com a transgressão de verdades absolutas e histórias únicas, podemos encontrar brechas pelas quais os rios de outras histórias também podem reinventar escolas possíveis.

2.3 As mulheres no ProfHistória: entre ausências, apagamentos e possibilidades

Uma das questões que mais me emocionam nesta escrita é como os pontos que abordo se cruzam com tantos momentos das trajetórias da minha vida. Lembro de um curso de formação continuada que fiz entre 2013 e 2015, sobre História local e produção de material didático, ofertado pela UFRN para professoras de história que lecionavam nas escolas públicas sob jurisdição da 16ª DIREC[49] e de algumas secretarias municipais do Território do Mato Grande, sendo ofertado também em outro polo no Estado. Foi nesse curso que ouvi falar, pela primeira vez, sobre o mestrado em Ensino de História, voltado para professoras da educação básica, inclusive, no ano de 2014, estava com suas primeiras turmas em universidades do estado do Rio de Janeiro e algumas da região Sul do Brasil. Naquele momento, lembro que acendeu alguma coisa aqui dentro, e aquela informação e vontade ficaram em minha mente, mesmo que, por diversos motivos, eu não me visse na pós-graduação numa universidade federal, como a UFRN.

Os anos se passaram e, em 2016, quando me tornei professora efetiva da rede pública estadual do Rio Grande do Norte, participei da seleção para o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da UFRN, mas não obtive êxito no processo. Assim, deixei essa vontade um pouco de lado e voltei a tentar novamente em 2023, para a turma de 2024, tentativa essa que deu certo, e hoje estou construindo essa escrita dissertativa como uma oferenda analítica que coloco nas encruzilhadas epistêmicas do mundo, do território que me habita, do semiárido potiguar, na ancestralidade que me move e nas salas de aula por onde passo. Essa tem sido uma travessia necessária para pensar minha atuação como professora de História e minhas vivências como uma mulher negra deste território, do mundo.

---

[49] Diretoria Regional da Educação e da Cultura, ligada a Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Norte.

É partindo desses lugares que venho apresentar uma discussão historiográfica sobre as dissertações produzidas e defendidas no ProfHistória, desde suas primeiras turmas (a partir de 2014), que tenham como centralidade em seus estudos as mulheres na história, questões de gênero e feminismo. Penso essa discussão como uma oferenda historiográfica, por compreender que cada pessoa que escreve uma dissertação ou constrói um produto pedagógico, está ofertando, nas encruzilhadas da sociedade, possibilidades de pensar outros modos de educação, tendo em vista a diversidade histórica, social, cultural e geográfica dos nossos territórios, e país.

A escolha pela pesquisa com foco nas categorias mulheres na história, questões de gênero e feminismo se dá pela compreensão de que quando falamos em mulheres, necessariamente, não estamos nos referindo às questões de gênero em todas as suas complexidades, nem ao feminismo com todas as suas contradições. Além disso, não quis falar apenas sobre gênero, por ser essa uma categoria conceitual, como nos lembra Oyèrónké Oyewùmí (2025, p. 15), que “está em sua origem, constituição e expressão atrelada à cultura ocidental”, e, por isso, não é universal, assim como não é universal o feminismo e todas as perspectivas que envolvem seus conceitos e suas atuações no mundo. Dessa maneira, acredito que, para esta dissertação, fazer uma busca através dessas três categorias é uma escolha que fará sentido para as discussões aqui propostas e para o produto que foi desenvolvido para o Ensino de História, a partir das experiências das mulheres da Associação de Mulheres Girassol (Assentamento Modelo II – João Câmara/RN).

Partindo dessas perspectivas, uma das questões que a Prof. Margarida Dias sempre fala em nossas orientações é sobre a necessidade dessa discussão para a produção deste estudo (Gratidão, Professora, ter você como orientadora nessa trajetória tem fortalecido meus passos nessa caminhada na Pós-Graduação). Sobre o programa, de acordo com o site oficial:

> O ProfHistória é um programa de pós-graduação stricto sensu em Ensino de História voltado à formação continuada de professores da educação básica. Seu objetivo é qualificar docentes em exercício, por meio de uma dissertação voltada às práticas de ensino, promovendo a melhoria da docência em História. Com apoio da CAPES, o programa integra uma política nacional de valorização dos profissionais da escola básica. Sua missão é desenvolver competências críticas, criativas e comunicativas, ampliando a atuação docente em contextos escolares e não escolares. Em menos de uma década, o programa se expandiu para 39 instituições em todas as regiões do Brasil, alcançando professores de diversas realidades educacionais.

Aprovado em 2013, com início das atividades em 2014, envolvendo, inicialmente, 06 (seis) instituições do Rio de Janeiro e outras do Sul do Brasil, o

ProfHistória tem como área de concentração o Ensino de História e conta com quatro linhas de pesquisa, as quais são: Saberes históricos no espaço escolar; Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão; Saberes históricos em diferentes espaços de memória e Ensino de História e políticas públicas. Sendo, a última, específica do Doutorado. Lembrando que, em 2023, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) autorizou a criação do ProfHistória em nível de doutorado, contando agora com suas primeiras turmas em 2024. Atualmente, de acordo com dados apresentados no site oficial do ProfHistória Nacional, há 39 (trinta e nove) universidades participantes do programa espalhadas por todas as regiões do Brasil. O que demonstra que esse é um programa com muitas possibilidades de pensar o Ensino de História a partir de diversas realidades históricas, culturais e sociais, tendo em vista que se faz presente em todas as cinco regiões do país.

Desse modo, iremos apresentar um panorama, ou um estado da arte, sobre as dissertações do ProfHistória que tenham as mulheres, as questões de gênero e o feminismo como temas de suas pesquisas. A intenção dessas discussões é mostrar quais produções têm as mulheres do campo, agricultoras familiares, tema desta pesquisa, como assunto das produções do ProfHistória defendidas entre 2016 e dezembro de 2025. Para a construção dos dados, que apresento a seguir, foram realizadas pesquisas nos bancos de dissertações da CAPES, nos repositórios institucionais das universidades participantes do ProfHistória e no site oficial do programa. Assim, a tabela a seguir apresenta os números sobre essas produções por região brasileira. Temos, portanto:

Tabela 1 – Produções do ProfHistória por região

Nº	Região	Quant. de instituições ofertantes	Quant.de dissertações
01	Nordeste	12 universidades	655 dissertações
02	Norte	06 universidades	269 dissertações
03	Centro-Oeste	04 universidades	195 dissertações
04	Sudeste	09 universidades	427 dissertações
05	Sul	08 universidades	443 dissertações
	Total	**39**	**1.989**

Fonte: elaborada pela autora (2025).

De acordo com a tabela apresentada, a região Nordeste conta com o maior número de instituições que ofertam o Mestrado Profissional em Ensino de História, com um total de 12 (doze) instituições ofertantes, o que vai refletir na quantidade de

produções, sendo a região com o maior número de dissertações já defendidas até o momento. É importante salientar que as instituições do Nordeste, Norte e Centro-Oeste não participaram dos primeiros editais de seleção, passando a ofertar o curso a partir de 2016.

Esses dados vêm de encontro a um pensamento enraizado na cultura e na própria história do Brasil, de que somos uma região atrasada em todos os aspectos, inclusive na produção de conhecimento. Essas produções e toda a relevância que elas trazem para o Ensino de História reposicionam o Nordeste numa outra geopolítica de conhecimento[50], abrindo frestas nos muros coloniais, que têm colocado o eixo Sul-Sudeste como os grandes centros de produção de conhecimento do país, marcados pelo universalismo, racismo e sexismo, naquilo que chamo de monoculturas do pensamento, como nos ensina Geni Nunez. E concordo com Rufino (2019, p. 81) quando ele diz que: “Os esforços monoculturais, monorracionais, desvios ontológicos, epistemicídios, desarranjo das memórias, desmantelos e injustiças são reflexos da limitação, do inchaço e da arrogância de um saber que quer ser único”. Assim, o Nordeste vem mostrando por meio, não apenas desse programa de pós-graduação, mas de tantos outros, que somos uma região extremamente importante para este país no que diz respeito à produção de conhecimento. Estamos nos movimentando no sentido de rachar os muros do eurocentrismo, do colonialismo, ainda tão presentes em nossos espaços acadêmicos e sociais.

No que se refere às regiões Sul e Sudeste, os dados da tabela mostram que estão bem próximas tanto no número de instituições ofertantes (Sul com 09 e Sudeste com 08), quanto na produção das dissertações (Sul com 427 e Sudeste com 443). A região Norte fica em quarto lugar com 06 (seis) instituições que ofertam, e até o momento já foram defendidas 274 (duzentas e sessenta e quatro) dissertações. O Centro-Oeste segue com apenas quatro instituições ofertantes, e um total de 185 (cento e oitenta e cinco) dissertações defendidas até dezembro de 2025. É importante salientar que esses números refletem uma conquista imensa para a valorização das professoras da educação básica, tendo em vista a oportunidade da formação continuada, assim como é um aspecto importante para os planos de cargo e carreiras

[50] De acordo com Ribeiro (2023, p. 293) “O estudo da geopolítica do conhecimento tem tomado a experiência do colonialismo enquanto evento fundamental para a compreensão das assimetrias globais hoje experienciadas no campo das ciências sociais”.

dessas profissionais. Além das contribuições tão necessárias para pensar nossas salas de aulas, nossas alunas do Ensino Fundamental e Médio e nossos processos de construção das nossas vivências na docência a partir do Ensino de História.

Quando organizei os dados dessa tabela, fiquei pensando nas imensas possibilidades que essas produções nos oferecem enquanto professoras de História. São quase 2.000 (duas mil) possibilidades que podem ser adaptadas para as nossas aulas, produzidas por pessoas que sabem da realidade que enfrentamos em nossos cotidianos escolares. Afinal, quem está pesquisando, refletindo e construindo essas possibilidades epistemológicas e práticas são professoras da educação básica de vários contextos sociais e culturais do Brasil. E isso tem um peso enorme sobre esses estudos e suas proposições didáticas, pois há um diálogo extremamente ligado às experiências dessas profissionais. Essas vivências da educação básica, que são refletidas num programa de pós-graduação voltado para professoras, me fazem pensar na indissociabilidade entre teoria e prática, quebrando as hierarquias de saberes produzidos nos ambientes acadêmicos. Sobre isso, hooks (2017, p. 89) diz:

> É evidente que um dos muitos usos da teoria no ambiente acadêmico é a produção de uma hierarquia de classes intelectuais, onde as únicas obras consideradas realmente teóricas são altamente abstratas, escritas em jargão, difíceis de ler e com referências obscuras.

Essas palavras de hooks nos levam a refletir sobre o quanto essas hierarquias se fazem presentes na vida de boa parte das professoras desse país. E, quando falamos nas produções de mulheres negras, isso toma outros sentidos marcados, além do sexismo, pelo racismo que impera nas lógicas dessas produções acadêmicas. Somos sempre tomadas como “objetos” de estudos, mas ainda somos muito desacreditadas nesse lugar de intelectuais. Numa fala ao programa Mulheres com a Palavra, em 2021, a intelectual negra das epistemologias do sul, Carla Akotirene, nos diz que: “Pra nós, mulheres negras, não está autorizada a imagem de cientista, e sim da preta maluca, a nega maluca diz muito sobre isso. A nega maluca, a pessoa que está suja, rasgada, a pessoa que é raivosa”. Reivindicar esse lugar de intelectual é importante para que nós, mulheres negras, que escrevemos de outras lugares do mundo, desestruturemos essas hierarquias e a produção de conhecimento.

A seguir serão apresentados os dados referentes às produções de trabalhos de pesquisa no ProfHistória que têm como centralidade em seus temas as mulheres em vários contextos históricos, questões de gênero e feminismo. Os dados estão

organizados por região para que possamos ter uma visão mais ampla sobre onde essas dissertações estão sendo produzidas.

Tabela 2 – Produções sobre mulheres, questões de gênero e feminismo

Nº	Região	Quant. de produções sobre mulheres e questões de gênero
01	Nordeste	59 dissertações
02	Norte	25 dissertações
03	Centro-Oeste	26 dissertações
04	Sudeste	27 dissertações
05	Sul	59 dissertações
	Total	**196 dissertações**

Fonte: elaborada pela autora (2025).

De acordo com os dados acima, das 1.989 (um mil novecentas e oitenta e nove) dissertações defendidas até o momento no ProfHistória, apenas 196 (cento e noventa e seis) têm como temas de suas pesquisas e propostas de materiais didáticos as mulheres na história, questões de gênero e feminismo, o que não chega a 11% (onze porcento) do total dos trabalhos. Levando em consideração que somos mais da metade da população brasileira, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), e que estarmos inseridas nos mais variados contextos urbanos e rurais, ainda seguimos sendo apagadas e silenciadas nos ambientes acadêmicos, e não apenas com relação às nossas presenças nos bancos universitários, mas também como temas de estudo e pesquisa. Afinal, onde estão as mulheres no Ensino de História?

Essa é aquela pergunta que sempre está presente nos meus estudos e nas minhas práticas pedagógicas. E, para começar a entender como as mulheres, as questões de gênero e o feminismo foram, quando visto nos ambientes escolares, sendo colocados à margem das histórias oficiais, precisei compreender que estamos falando de relações de poder, dos lugares sociais a partir dos quais as mulheres, as questões de gênero e o próprio feminismo estão sendo escritos na história e por quem essas escritas são feitas. Para Colling e Tedeschi (2015, p. 205),

> Trabalhar com o ensino da história das mulheres ou o ensino da história do gênero é muito mais do que escrever a real história social de uma dada sociedade, porque essa categoria de análise é transdisciplinar, atravessando todos os campos, como a história econômica, a história política e, especialmente, a história cultural. A história das mulheres é uma história recente, porque desde que a História existe como disciplina científica, ou seja, desde o século XIX, o seu lugar dependeu das representações dos homens, que foram, por muito tempo, os únicos historiadores. Estes escreveram a história dos homens, apresentada como universal, e a história das mulheres desenvolveu-se à sua margem. Ao descreverem as mulheres, sendo seus

> porta-vozes, os historiadores ocultaram-nas como sujeitos, tornando-as invisíveis.

Desse modo, ainda não conseguimos (por meio das chamadas histórias oficiais que preenchem nossos currículos, que estão presentes em nossas formações iniciais e continuadas e em nossas salas de aulas) perceber as mulheres, as questões de gênero e o próprio feminismo como categorias de análise transdisciplinares que perpassam todos os contextos históricos de nossas sociedades. Nessas perspectivas, a escrita da história sempre esteve atrelada a esse gênero masculino, que, imbuído do patriarcado ocidental e colonial, foi apagando e silenciando as mulheres, as categorias de gênero e o feminismo dessa escrita histórica que chega até nós, nos textos que discutimos na universidade, nos cursos de pós-graduação e em outros ambientes, e isso vai moldando nossos pensamentos para essa suposta naturalização de que as mulheres e a população LGBTQIAPN+[51] não têm história. E quando tem, não é importante.

Voltando para os dados da tabela, a região Nordeste, apesar de ter mais instituições ofertantes e mais produções acadêmicas defendidas no ProfHistória, tem a mesma quantidade de dissertações que as universidades da região Sul no que se refere às pesquisas sobre mulheres, gênero e feminismo. Um dos pontos que pode contribuir para essa situação é que a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e a Universidade Federal do Ceará (UFCE) não apresentam, em suas produções dissertativas nenhum estudo com os temas em questão, o que reflete uma atuação desse patriarcado, que se organiza por meio do machismo, do sexismo e do racismo para organizar essas políticas epistêmicas de escassez. Na região Sudeste, é a Universidade Federal Fluminense (UFF) que não apresenta nenhuma dissertação defendida com essa temática até o presente momento.

Sobre as universidades que mais produziram dissertações sobre mulheres na história, gênero e feminismo, apresento a seguir a tabela com dados consultados nos repositórios institucionais das universidades ofertantes do ProfHistória, assim como nos bancos de dissertações da CAPES.

Tabela 3 – Universidades com mais dissertações sobre mulheres, questões de gênero e feminismo

[51] Sigla que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgênero, Quer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e demais identidades de gênero e orientações sexuais.

Nº	Região	Universidades	Quant. de dissertações defendidas	Quant. de produções sobre mulheres e questões de gênero
01	Nordeste	Universidade do Estado da Bahia (UESB)	71 dissertações entre 2018 e 2025	10 dissertações
02	Norte	Universidade Federal do Pará (UFPA)	101 dissertações entre 2018 e 2024	10 dissertações
03	Centro-Oeste	Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	89 dissertações entre 2018 e 2025	13 dissertações
04	Sudeste	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	28 dissertações entre 2018 e 2025	06 dissertações
05	Sul	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	53 dissertações entre 2019 e 2025	17 dissertações

Fonte: elaborada pela autora (2025).

De acordo com a tabela acima, o destaque vai para a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na região Sul do Brasil, com 17 (dezessete) dissertações que têm como tema as mulheres na história, gênero e feminismo, o que corresponde a cerca de 25% de suas produções dissertativas. O segundo lugar fica para a região Centro-Oeste, com 13 (treze) dissertações na Universidade Federal do Mato Grosso. As regiões Nordeste e Norte seguem empatadas com 10 (dez) dissertações cada (Universidade Estadual da Bahia e Universidade Federal do Pará), e, no Sudeste, a que mais produziu dissertações com essas temáticas foi a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com 06 (seis) trabalhos. A partir desse panorama, podemos perceber o quanto as mulheres, as questões de gênero e o feminismo seguem com pouca visibilidade nos processos de escrita e Ensino de História, levando em consideração que essas temáticas são transversais aos contextos de nossas sociedades. Nesse momento, me vem à mente aquela famosa frase do historiador Marc Bloch, de que “a história é a ciência dos homens no tempo”. As mulheres e a população LGBTQIAPN+ ficam onde na construção dessa ciência histórica no tempo?

Com relação aos contextos sociais nos quais essas dissertações abordam as mulheres, gênero e feminismo, os temas mais recorrentes são: questões de raça, com foco nas mulheres negras (intelectualidade, biografias, feminismo negro, literatura); violência contra as mulheres; violência de gênero em contextos escolares; gênero e sexualidade no currículo; mulheres no cangaço; no cordel; mulheres indígenas; feminismo; mulheres no contexto da ditadura militar no Brasil; as representações das

mulheres nos livros didáticos de história; mulheres e cinema; benzedeiras; quebradeiras de coco; catadoras de mangaba; direitos humanos e a população LGBTQIAPN+; trajetórias de professoras de história, mulheres e religiosidade afro-brasileira; mulheres na Educação de Jovens e Adultos, transfeminismo; entre outros. São temas que carregam as vozes, as histórias e as memórias, por tantas vezes silenciadas na escrita e no Ensino de História, e ainda seguem sendo apagadas dos nossos planejamentos e das nossas práticas pedagógicas cotidianas em sala de aula.

Sobre as mulheres que são temas do estudo que desenvolvo nesse mestrado - mulheres do campo, rurais, assentadas da Reforma Agrária, agricultoras familiares, que têm o feminismo e a agroecologia como modos de vivência no semiárido potiguar (as mulheres da Associação de Mulheres Girassol) - encontrei sete dissertações que colocam as mulheres em contextos não urbanos, como as mulheres em territórios indígenas, quebradeiras de coco babaçu, trajetórias de professoras da educação do campo, mulheres no semiárido alagoano e catadoras de mangaba. Mas não encontrei, nas pesquisas realizadas, dissertações que tenham como foco central as mulheres sobre as quais escrevo, o que demonstra que, se as mulheres dos centros e periferias urbanas são invisibilizadas na produção do conhecimento histórico, as mulheres que vivem nas zonas rurais desse país têm negado o direito à própria história. De acordo com Herrera (2016, p. 208):

> A situação de desigualdade de gênero no meio rural está relacionada com a naturalização do papel do homem e da mulher, que está vinculada à relação hierárquica dentro das famílias rurais, cuja base material se ancora na divisão sexual do trabalho. Essa diferenciação é condicionada socialmente através de vivências, símbolos e representações, e se reproduz no cotidiano da dinâmica familiar.

Nessas dinâmicas familiares, as mulheres no meio rural são vistas como aquelas que ocupam o papel de ajudantes de seus maridos, colocadas nesse lugar de cuidado com os outros, tendo seu trabalho reprodutivo naturalizado como algo que elas devem fazer por serem mulheres. Não são, na maioria das vezes, reconhecidas como agricultoras familiares, não tendo seus trabalhos remunerados financeiramente, e, em muitos casos, quando são remuneradas, a administração da renda fica a cargo dos homens da família. Essas mulheres e seus contextos não têm sido considerados na produção do conhecimento histórico no âmbito do ProfHistória, como demonstramos com os dados desta pesquisa, e quando são mencionadas, ficam nesse lugar de atraso, de pobreza, de lugares que parecem parados no tempo e que não são movimentados pelas ventanias de tantas histórias. Esse é um exemplo das

políticas de escassez, das monoculturas do pensamento, das histórias únicas e dos universalismos presentes nos ditos lugares autorizados a produzir conhecimento.

No entanto, esse é um estudo que tem como uma de suas bases as encruzilhadas e as possibilidades que elas nos ofertam para reflorestar as nossas mentes e confluenciar saberes. Trata-se de um estudo de fresta, e a possibilidade que apresento, como ponto de partida, jamais de chegada, é mostrar que, no semiárido potiguar, no Território do Mato Grande, as mulheres estão reinventando e reencantando o mundo, fazendo frente ao patriarcado, ao racismo e às múltiplas violências que atingem suas vidas. Essas mulheres são assentadas da Reforma Agrária, agricultoras, estão organizadas social e politicamente e, através de um pomar coletivo e de uma associação comunitária, acendendo fagulhas de revolução em mundo em que, a todo custo, tenta nos silenciar, nos matar, nos colocar como sujeitas que não produzem e que não tem direito à história. Aqui, as histórias são outras, os saberes são necessários, e o que faço é traduzi-los como uma possibilidade pedagógica para o Ensino de História.

Partindo dessas perspectivas, também gostaria de agradecer às 196 (cento e noventa e seis) pessoas, das quais mais de 90% (noventa por cento) são mulheres (levando em consideração o nome, o que necessariamente não reflete as identidades de gênero) pela sensibilidade e percepção de pautar, em suas dissertações, as mulheres, questões de gênero e feminismo. A meu ver, esses são temas urgentes e necessários se quisermos realmente construir sociedades justas e democráticas. Afinal, uma sociedade que segue apagando, silenciando e matando as mulheres e demais gêneros, que não seguem o padrão cis-heteronormativo, das mais variadas formas, é uma sociedade que já fracassou em praticamente todos os sentidos. Então, agradeço pelos caminhos abertos, pelas discussões e proposições pedagógicas que vocês elaboraram, contribuindo significativamente para mudanças em nossas formas de ser e estar em nossas salas de aula. Ouso dizer que essas produções são confluências que fortalecem os rios das nossas vidas e da história.

3 ASSOCIAÇÃO DE MULHERES GIRASSOL, experiências feministas e agroecológicas que gestam mundos possíveis no Território do Mato Grande

Escrevo esta seção desta escrita dissertativa com o coração aquecido pelas memórias afetivas que fui movimentando ao longo de cada palavra, de cada linha, de cada parágrafo. É fato que não sou uma historiadora de apenas um lugar, mas tenho meus pés firmes no chão deste território chamado Mato Grande. Eu sei quem sou e de onde venho, e, em tempos de discursos e narrativas tão rasas, saber de onde venho é algo potente para uma mulher negra como eu. É nesse lugar tão diverso, que vou caminhando pelos encontros, pelas gargalhadas que se transformam em instantes de resistência diante das durezas da vida, pelos abraços que acolhem e nos fazem sentir em casa. Escrever sobre as mulheres que fazem ventanias por aqui tem sido um exercício pelo qual eu tenho me sentido viva. E viver, em tempos tão complexos como os que vivemos, é algo poderoso.

Sim, eu escrevo com emoção, acredito que ciência também se faz assim. Aqui eu não sou uma cientista em um laboratório tentando manter distância do "objeto estudado". Eu sou um corpo-território que se fez, e se faz, na convivência com as mulheres do meu território, e com estudantes e professoras das escolas por onde andei. Nesta escrita, esse corpo também se faz texto, se faz presente na construção que eu poderia dizer tratar-se de uma escrita de nós, de uma escrevivência, da possibilidade de também existir nestas palavras. Assim como Conceição Evaristo (2005, p. 202) afirma:

> Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosia esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executou, é a senha pela qual eu acesso o mundo.

E acessar o mundo através da escrita tem sido uma ação que tem me libertado das dores impostas pelos silêncios, pela crença de que os meus saberes não eram importantes e que eu não sabia escrever. Se tem sido uma vingança escrever da forma como escrevo, pode-se dizer que sim, mas também é minha insistente teimosia em contar histórias. Histórias que me enchem de esperança de que um dia essas dores irão embora. Assim, escrever esta dissertação tem sido "[...] uma forma de transformar, pois aqui eu não sou a "outra", mas sim eu própria. Não sou objeto, mas sujeito. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita.

Escrever, portanto, emerge como um ato político" (Kilomba, 2019, p. 28). Desse modo, escrever sobre as mulheres do Território do Mato Grande também é escrever sobre mim, afinal elas são parte essencial da minha construção enquanto uma mulher negra do semiárido potiguar. Assim, como as estudantes e professoras com quem convivi ao longo de quase duas décadas também me fizeram ser Ana Paula, a professora de História.

Partindo dessas perspectivas, esta seção inicialmente irá apresentar o Território do Mato Grande a partir das experiências coletivas de mulheres (quilombolas, indígenas pescadoras, mulheres de religiões de matrizes afro-indígenas, agricultoras, assentadas da Reforma Agrária), mostrando que, a seus modos e de seus lugares, elas têm gestado mundos possíveis, apesar das opressões que atravessam suas existências. As análises mais aprofundadas se darão com relação à Associação de Mulheres Girassol, focando em três aspectos: apresentar a Associação de Mulheres Girassol através de alguns pontos marcantes de sua história; pensar o Feminismo Camponês e Popular e a agroecologia a partir de suas experiências coletivas e comunitárias; e discutir sobre os possíveis caminhos para uma Aula de Campo na Associação. Assim, a construção dessa seção se dará pensando a dimensão prática das análises teóricas realizadas na seção anterior, como Feminismo Camponês e Popular, agroecologia e Revolução Verde. E, assim, vamos construindo uma escrita acadêmica que também é sobre nós.

3.1 Deixe-me lhe apresentar o Mato Grande, território onde as mulheres constroem rotas de liberdade

Escrever sobre o Mato Grande é ter o privilégio de tecer uma escrita muito afetiva sobre o território que me fez e me faz ser a professora de História, a militante de movimentos de bases feministas, a mulher que hoje se reconhece negra; é sobre o lugar que eu chamo de casa. Aqui, os movimentos de mundo também acontecem todos os dias, com todas as suas contradições e possibilidades. Penso esse lugar como o concebe Milton Santos (1994, p. 16), para quem "O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinal de espaço humano, espaço habitado", e são nessas formas habitadas por objetos e ações humanas que venho aqui apresentar alguns exemplos de organizações de mulheres que, a seus modos, estão construindo experiências potentes e encontrando rotas de liberdade para si e para suas irmãs.

Mas essa também é uma escrita parida nas ausências do hoje, nos não ditos, não ensinados, não falados; é sobre as salas de aula por onde passei e sobre as alunas que quase nada sabiam sobre o território do qual fazem parte. Sempre foi comum ouvir respostas como: “Professora, eu nunca ouvi falar”; Professora, já ouvi falar algo, mas não sei muito”, e outras falas que sempre indicaram esse lugar da carência de conhecimento sobre o lugar em que habitam, sobre suas raízes. Essas questões me levam a pensar no princípio africano de Sankofa, um ideograma que pertence a um conjunto de símbolos gráficos de origem akan[52], denominados Adinkra[53]. Esse ideograma é representado por um pássaro que vira a cabeça para trás, com um ovo no bico. De acordo com o Professor E. Ablade Glover (1969) *apud* Nascimento (2008), o ideograma Sankofa significa:

> [...] “voltar e apanhar de novo aquilo que ficou para trás. Aprender do passado, construir sobre suas fundações. Em outras palavras, significa voltar às suas raízes e construir sobre elas o desenvolvimento, o progresso e a prosperidade de sua comunidade, em todos os aspectos da realização humana.

Esse é um princípio, um fundamento filosófico, epistemológico ancestral que nos fala sobre a necessidade urgente de um retorno à África para pensar os nossos passos desde a diáspora africana[54]. Mas, partindo dos saberes de encruzilhadas aqui pensados, Sankofa também é sobre a necessidade de olhar para o passado das nossas cidades e comunidades, para realidades que nos constituem como seres históricos e para compreender como passado e presente dialogam e movimentam o mundo. Desse modo, proporcionar às alunas situações em que possam pensar suas realidades criticamente é possibilitar a elas a oportunidade de também se reconhecerem como sujeitas históricas e, mais, quando sabemos de onde somos,

---

[52] “O povo Akan é um grupo Kwa que vive principalmente na atual Gana e em partes da Costa do Marfim e do Togo na África Ocidental”. Disponível em: https://www.etnomuseudigital.com.br/povo/akan-asante/ . Acesso: em 20 de ago. de 2025.

[53] No livro *A matriz africana no mundo,* Eliza Larkin Nascimento (2008, p. 31) diz que: “Adinkra significa “adeus”. Tradicionalmente, os adinkras aparecem estampados com tinta vegetal em tecido de algodão que as pessoas usam em ocasiões fúnebres ou em homenagens. O adinkra constitui uma arte nacional de Gana. São mais de oitenta símbolos, e cada um traz um conteúdo epistemológico simbólico”.

[54] De acordo com Brito e Miranda (2023, p. 118), a diáspora africana é “[...] resultado do tráfico transatlântico de africanos e africanas para o trabalho servil nas Américas na era moderna. O espalhamento de pessoas escravizadas de diferentes línguas, religiões e grupos étnicos da África nas Américas e também na Europa entre os séculos XVI e XIX, ficou registrado como uma das experiências dos povos africanos no mundo. Um caldeirão polissêmico que deu contornos a sociedades modernas, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista cultural nas Américas e na Europa.

nenhuma narrativa, por mais grandiosa ou fantasiosa que seja, determinará para onde iremos.

Sobre o Território do Mato Grande, lugar de onde se pensa a proposta deste estudo, de acordo com Silva e Azevedo (2024, p. 02-03), ele é composto:

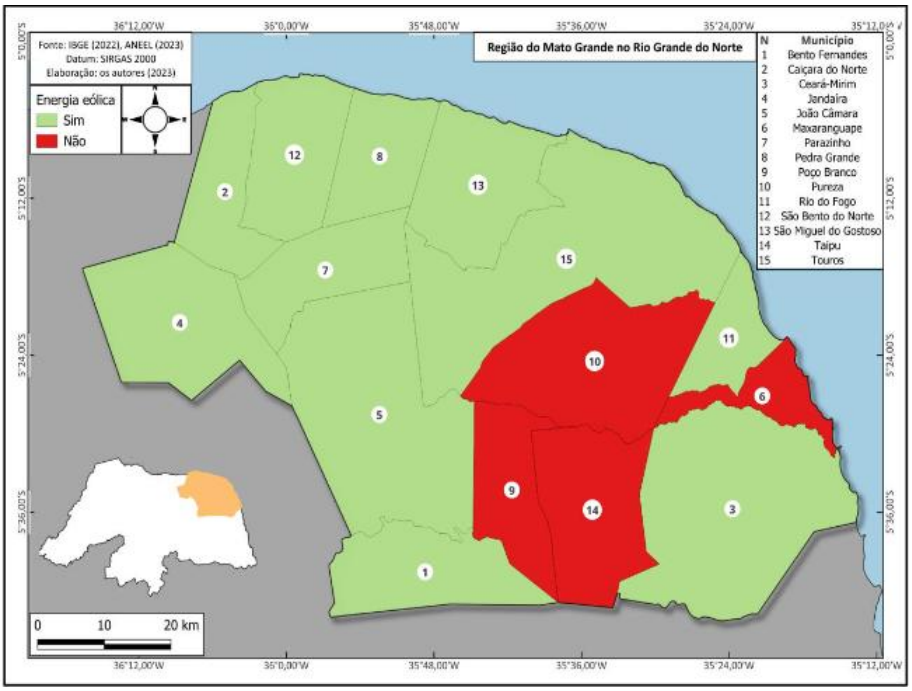
> [...] de 15 municípios: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros. Possui extensão territorial correspondente a 5.170,78 km², 9,79% do território potiguar, com população equivalente a 237.957 habitantes em 2022 (IBGE, 2022). Sua economia é composta pelo comércio (pequena e média escala), agricultura familiar e de sequeiro, pesca, turismo de sol e mar, apicultura e caprinovinocultura em alguns municípios (CGMA, 2015). Apresenta um número expressivo de comunidades rurais e de reforma agrária, litorâneas e indígenas (município de João Câmara).

É um território que transita entre o sertão e o litoral, com uma diversidade social, étnica, cultural e ambiental bastante expressiva, que acredito ser necessária para pensar um Ensino de História significativo para professoras e estudantes desse lugar. Para além das informações trazidas por Silva e Azevedo, esse é um território com quilombos, espaços de culto de religiões de matrizes africanas e indígenas, curandeiras, comunidades indígenas, agricultoras familiares e assentamentos de Reforma Agrária. É um lugar em que as mulheres têm, por meio de organizações sociais coletivas, construído um território, tecendo outras relações com a natureza e com a vida. É sobre essa diversidade que vamos dialogar um pouco nas próximas linhas.

No que tange às duas últimas décadas, as dinâmicas desse território têm sido profundamente modificadas, principalmente no cotidiano das comunidades rurais, devido à implantação de parques para exploração de energia eólica. São nesses lugares que os impactos socioambientais, provocados pela exploração dessa fonte de energia renovável, são vivenciados com maior intensidade por suas moradoras, afetando territórios pesqueiros e rurais. Esses impactos vão desde o ruído dos aerogeradores até conflitos diante dos arrendamentos das terras por parte das empresas, passando por impactos sobre a natureza, que acaba dificultando a produção de alimentos, a criação de pequenos animais, o acesso à água, às estradas e aos bens comuns, afetando a vida de homens e mulheres. A imagem abaixo mostra todos os municípios do Território do Mato Grande em relação à presença de parques de exploração de energia eólica em 2023, dos quais apenas quatro (Pureza,

Maxaranguape, Poço Branco e Taipu) ainda não possuem a presença desses empreendimentos.

Figura 2: Mapa do Território do Mato Grande (RN)



Fonte: Silva e Azevedo (2024, p. 03)

No entanto, apesar de toda essa presença, como nos mostra a imagem acima, essas situações são pouco visibilizadas, inclusive nas escolas, na tentativa de manter um discurso de que a produção de energias renováveis não tem causado dificuldades à vida das pessoas, nem gerado impactos significativos na natureza. Partindo dessas realidades, um dos exemplos de organizações, que atualmente está na linha de frente, questionando os modelos de implantação desses parques, assim como as formas de produção dessa energia, é o Coletivo de Mulheres Conquistando Autonomia, uma organização de mulheres da comunidade pesqueira de Enxu Queimado, localizada na cidade de Pedra Grande/RN[55]. O Coletivo é um dos exemplos que podemos citar de organizações de mulheres que, no Território do Mato Grande, têm se articulado na defesa dos territórios pesqueiros e rurais, mostrando que a transição energética não é apenas um assunto em nível nacional e global; ela está acontecendo a poucos quilômetros das nossas escolas e das nossas casas, causando impactos expressivos nos modos de viver dos seres que habitam, ou transitam, nesse território.

[55] De acordo com o último Censo (2022) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município de Pedra Grande possuía uma população de 3.618 pessoas. Está situado no litoral norte do Rio Grande do Norte, a cerca de 130 km da capital, Natal.

Um outro aspecto que se faz presente nesse território, mas que ainda não chega, com a seriedade epistemológica e social que deveria ter, nas escolas, é a diversidade étnico-racial, com um protagonismo acentuado das mulheres desse território. Seja nos quilombos, nas comunidades indígenas ou nos espaços de cultos de matrizes africanas e indígenas, elas vêm se movimentando no sentido da preservação dos saberes ancestrais de suas comunidades, na luta pela autonomia de seus territórios. São mulheres que, por meio de suas ações, vêm reinventando o mundo.

Nas minhas caminhadas pelo Mato Grande, hoje, estou professora na Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento, a primeira escola indígena estadual do Rio Grande do Norte, situada na Comunidade Indígena do Amarelão (João Câmara/RN). Posso dizer que transito no Território Mendonça Potiguara com mais afinco desde 2022, através da escola, mas conheço as lutas de Dona Neide, Tayse Campos e outras lideranças indígenas do Território desde quando comecei a fazer parte do Fórum Territorial do Mato Grande, um espaço de diálogo e proposição da sociedade civil e do poder público, fomentado pelo Programa Territórios da Cidadania[56], que foi sendo sucateado desde o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

Sobre a atuação das mulheres indígenas, a liderança Tayse Campos (2021, p. 08), nos diz que:

> [...] no Território Indígena Mendonça, das seis comunidades indígenas (Assentamento Marajó, Açucena, Serrote de São Bento, Amarelão, Assentamento Santa Terezinha e Cachoeira), cinco são lideradas por mulheres. Apenas no Assentamento Santa Terezinha encontramos uma liderança masculina.

O que demonstra a força e a articulação dessas mulheres na luta por seus modos de vida, pela demarcação das suas terras, na necessidade contínua de recriar mundos para existir e reexistir. Ainda de acordo com Tayse Campos (2021, p. 15-16),

> [...] as mulheres indígenas pautam, em suas lutas, demandas relacionadas ao bem viver de seu povo, contra a violência e a imposição colonial, e contra as práticas de opressão das mulheres que chegam às comunidades a partir da colonização.

[56] Com base no Art. 2º do Decreto de 25 de fevereiro de 2008: “O Programa Territórios da Cidadania tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável”.

Essas mulheres estão na contramão de um mundo que tenta, a todo custo, negar suas existências pois, por muito tempo, o discurso de que no Rio Grande do Norte não havia populações indígenas imperou, inclusive nos materiais didáticos e produções acadêmicas. E elas estão aqui, no Território do Mato Grande, e em outros, mostrando que, através de um matriarcado poderoso, elas têm criado estratégias para adiar o fim do mundo.[57]

Uma outra vivência extremamente importante para a manutenção e preservação das culturas, histórias e saberes ancestrais negros no Mato Grande são os quilombos. E sobre os quilombos, apesar de todas as investidas das últimas décadas pela implementação de uma educação para as relações étnico-raciais, ainda se mantém distante das realidades das escolas. Lembro de uma aula que estava dando para uma turma de Ensino Médio Integral, em 2024, numa escola em João Câmara/RN, sobre quilombos, e para o meu espanto, e acredito que das alunas também, a maioria dizia não se lembrar de que havia estudado algo sobre isso, apenas quando falei o nome de Zumbi dos Palmares[58], é que a turma se lembrou de algo, porém de informações e questões muito vagas.

No que se refere ao Território do Mato Grande, há uma expressiva presença de quilombos. O antropólogo Francisco Candido Júnior, em sua dissertação de mestrado defendida em 2020 pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFRN, intitulada “Lutas por terra em Queimadas, Taipu/RN”, apresenta um panorama dos quilombos nesse território. De acordo com os seus estudos, temos um total de seis comunidades quilombolas nesse território. São elas: Acauã (Poço Branco/RN), Primeira Lagoa e Coqueiros (Ceará-Mirim/RN), Geral e Baixa do Quinquim (Touros/RN) e Queimadas (Taipú/RN). Dessas, apenas o Quilombo de Acauã tem suas terras demarcadas; os demais ainda estão em seus processos de reconhecimento e demarcação pelo Estado Brasileiro.

Das comunidades quilombolas citadas, gostaria de destacar o Quilombo de Acauã, onde mulheres como Dona Francisca, Dona Nazaré e outras têm, através da escola, da cultura e da Associação, lutado pela manutenção dos saberes ancestrais, pela cultura e pelas histórias de seu povo. Uma das apresentações culturais mais

---

[57] Referência ao livro de Ailton Krenak, *Ideias para Adiar o fim do mundo*, publicado pela Companhia das Letras em 2020.

[58] Um dos nomes e lideranças mais conhecidas quando se fala no Quilombo dos Palmares (Serra da Barriga – Alagoas).

conhecidas que elas fazem é a Farinhada, uma mistura de dança e música que se faz numa grande roda, em que todas as pessoas podem participar. Sobre esse quilombo, Paulo Henrique (2024, p. 44) nos diz que,

> Em Acauã, há um trabalho dedicado à divulgação do movimento quilombola, perceptível nas marcas das crenças, da dança crioula, dos cânticos, da poesia e do coco de roda. Essas manifestações estão presentes no grupo de dança da farinhada das mulheres negras do quilombo de Acauã, cujas apresentações constantes promovem a cultura e a identidade de seu povo.

Figura 3: Mulheres de Acauã, Poço Branco/RN

Fonte: NEABI/IFRN/JC (2024)

A imagem acima mostra essas mulheres que vêm ressignificando o dia a dia da comunidade, levando para outros espaços a ancestralidade que vibra no seu lugar: no quilombo, nas relações comunitárias, no reencantamento de suas próprias existências. Sempre que penso na potência das comunidades quilombolas do território onde habito, lembro-me o que Beatriz Nascimento (2022, p. 130) fala sobre esses espaços, para ela:

> O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias de destruição".

De fato, sempre que vou ao quilombo tenho essa sensação de um lugar de possibilidades em um mundo que beira a destruição todos os dias. São feitos de histórias, memórias, movidos por ancestralidades e saberes que precisam, a meu ver,

fazer parte da escola, seja por meio do Ensino de História ou de outros componentes curriculares. O fato é que não dá para pensar a história do Brasil e desse território sem levar em consideração as dinâmicas sociais dos quilombos, pois, como bem nos lembra Nego Bispo, não são os quilombos que estão nas cidades, são as cidades que estão nos quilombos. E ouso dizer que, assim como as mulheres de Acauã, não dá para pensar a história dos quilombos sem levar em consideração o papel central das mulheres negras nessas organizações.

Pensando nas ancestralidades que movem este território, não poderia deixar de mencionar outro movimento que cruza o universo do sagrado dos cultos e religiões. Assim, esse é um território em que as religiões de matrizes africanas e indígenas também se fazem presentes de forma expressiva, ao todo são oito espaços de cultos na cidade de João Câmara/RN, um de Umbanda[59] e sete de Jurema[60]. Inclusive um desses espaços se encontra na Comunidade Indígena do Amarelão (Território Mendonça Potiguara), mostrando como as nossas raízes indígenas e africanas se juntam para manter vivos nossos saberes sagrados. A imagem abaixo mostra uma festa de Umbanda realizada em João Câmara/RN.

Figura 4: Festa no Ilê Axé Rainha de Sabá (João Câmara/RN)

[59] De acordo com a Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana de Nei Lopes (2011), a Umbanda é "Religião brasileira de base africana, resultante da assimilação de diversos elementos, fundamentando-se em cultos bantos aos ancestrais e na religião dos orixás jejes-iorubanos. Segundo alguns de seus teóricos, sincretizou-se com o hinduísmo, dele aceitando as leis que envolvem carma, evolução e reencarnação; com o cristianismo, seguindo principalmente suas normas de fraternidade e caridade; além de receber influências da religiosidade ameríndia."

[60] De acordo com Fábio de Oliveira (2023, p. 09) "A Jurema (Yurema em tupi), por um viés botânico, é um vegetal típico do agreste e da caatinga. [...] Da Jurema também se prepara a bebida e o rapé, os quais são feitos a partir de raízes e cascas que são utilizadas em diversos momentos dos rituais de Jurema." E complemente com as palavras de Angélico (2016, p. 21), que para além de uma religião, a jurema é um culto. Tendo em vista, como Oliveira (2023, p. 09), enfatiza, que "Antes de quaisquer intervenções coloniais nossos povos já realizavam práticas ritualísticas, tendo como base elementos da natureza para medicinas e conjurações de entidades da mata".

Fonte: Acervo pessoal (2015).

Sobre a atuação das mulheres nesses espaços, há apenas duas lideranças religiosas do gênero masculino, sendo uma delas homossexual; as demais lideranças são exercidas por mulheres negras, que, mesmo a contragosto do mundo, também reencantam a vida através de saberes sagrados e ancestrais. De acordo com Nogueira (2023, p. 137),

> As religiões afro-brasileiras em geral e os terreiros de candomblé e umbanda especificamente são territórios em que a presença feminina e homossexual em papéis de liderança é extremamente valorizada. A discussão em torno do poder religioso atribuído ao elemento feminino ajuda a explicar a grande presença de líderes mulheres e homossexuais como pais e mães de santo nos terreiros.

Na dinâmica da realidade à qual nos referimos, essa presença feminina também se dá na Jurema, revelando a atuação de um matriarcado potente na manutenção da religiosidade, dos cultos e da ancestralidade, mesmo diante de realidades ainda tão marcadas pela intolerância e pelo racismo religioso[61]. E esse racismo tem impedido que a história dessas mulheres e desses espaços possa fazer parte dos modos de educar nas escolas, apagando e silenciando uma parte fundamental de nossa história, tendo em vista as contribuições extremamente significativas que essas religiões deram e dão à história desse país. É importante

[61] Para Sidney Nogueira (2020, p. 39), “A expressão “intolerância Religiosa” tem sido utilizada para descrever um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças, rituais e práticas religiosas consideradas não hegemônicas. Práticas estas que, somadas à falta de habilidade ou a vontade em reconhecer e respeitar diferentes crenças de terceiros podem ser consideradas crimes de ódio que fere a liberdade e a dignidade humanas.

mencionar que a cidade de Ceará-Mirim também tem vários espaços de cultos afro-indígenas, mas não tive acesso à quantidade nem ao gênero das suas lideranças.

Transitando pelo universo rural do Território do Mato Grande e suas dinâmicas, algumas questões sempre me marcaram bastante; o primeiro é o lugar de minha infância, dos meus primeiros anos escolares, do plantio do feijão, do milho, das enchentes do rio, da fartura dos peixes que não tinham dono, lugar de minhas contínuas aprendizagens sociais e acadêmicas. E foi nesse espaço rural que iniciei minhas andanças pelos movimentos de mulheres, feministas de modos de plantar e colher, intermediados por saberes das nossas mais velhas.

Esse é um território marcado pela atuação das mulheres na agricultura, na agroecologia, na construção e participação de movimentos sociais. E para falar sobre esses aspectos, que são essenciais para este estudo, não poderia deixar de falar do Comitê de Mulheres do Mato Grande, do qual participei da constituição e da diretoria. De acordo com Gomes, Knox e Farias (2023, p. 199):

> O comitê foi nomeado Dona Zizi, em homenagem e exaltação a uma senhora, mulher rural, apicultora e artesã, já falecida, nascida na cidade de Araruna, na Paraíba, porém residente na comunidade de Lagoa dos Negros, no município de João Câmara/RN, região do semiárido potiguar. Dona Zizi era envolvida com as lutas femininas do território e participava ativamente das feiras agroecológicas do Mato Grande, das atividades da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), das associações e dos fóruns locais, colaborando para o desenvolvimento social e econômico do território.

Falar desse Comitê, nessa escrita, é mobilizar todos os meus sentidos através de memórias que fortalecem a minha trajetória nesses 36 (trinte e seis) anos de existência. Meu coração se aquece ao lembrar de Dona Zizi, que chamávamos carinhosamente de “Tia Zizi”, e toda a alegria que envolviam os abraços, as gargalhadas, os afetos a cada encontro. Assim como ela, outras também já se tornaram ancestrais; a elas, minha gratidão por tanto que nos ofereceram e lutaram por um território soberano para mulheres e homens.

Esse Comitê foi diminuindo suas atividades, a partir de 2016, quando a Presidenta Dilma Rousseff sofreu um golpe que a retirou da presidência da República. Tendo em vista que dependíamos de recursos financeiros para transporte e alimentação para que as mulheres pudessem participar dos encontros, eventos e formações promovidos pelo Comitê em articulação com outras instituições e movimentos sociais, como a Marcha Mundial das Mulheres[62], a Marcha das

[62] De acordo com informações em seu site oficial, a Marcha Mundial das Mulheres surgiu a partir de uma manifestação realizada em 1995 em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200

Margaridas[63], a Associação de Apoio às Comunidades do Campo (AACC)[64], entre outras. A imagem abaixo foi um dos últimos grandes eventos que realizamos em setembro de 2015, a 1ª Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres do Mato Grande, um momento de grande mobilização em nosso território que foi organizado pelo Comitê em parceria com outras instituições públicas e sociais.

Figura 5: Encerramento da Conferência de Mulheres – Mato Grande

Fonte: Acervo pessoal (2015).

Hoje, além das memórias e aprendizados, o Comitê existe apenas de forma virtual através de um grupo numa rede social, mas nossas mulheres seguem movimentando suas comunidades, seus espaços de atuação. Importante salientar que nesse espaço também havia presença de mulheres da zona urbana das cidades do Mato Grande, algumas de órgãos públicos, como secretarias e outras que

km pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”. No final desta ação, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. No Brasil, está presente em 20 estados através de Comitês e Núcleos, uma de suas grandes utopias é a construção de um feminismo anticapitalista. Disponível em: https://marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/#quemsomos. Acesso em 05 de dez. de 2025.

[63] Com base em informações em seu site oficial a “Marcha das Margaridas é uma ampla ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas, promovida pela Contag, Federações e Sindicatos que se consolidou na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR e das organizações parceiras (movimentos e organizações feministas e de mulheres trabalhadoras), Centrais Sindicais e organizações internacionais que articulam e mobilizam ações de mulheres no Brasil e na América Latina”. Disponível em: https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=oquee. Acesso em 05 de dez. de 2025.

[64] Instituída em 1985, tem como missão contribuir para a autodeterminação de mulheres e homens do campo do nordeste brasileiro. Com sede em Natal/RN.

desenvolviam atividades diversas, como artesãs, agricultoras familiares e mulheres de religiões de matrizes africanas.

Através do Comitê eu pude conhecer mais de perto a realidade das mulheres das comunidades rurais e pesqueiras do Mato Grande. Foi assim que fui conhecendo Dona Rita e as mulheres da Associação de Mulheres Girassol, do Assentamento Modelo II, e todo o movimento que faziam, e fazem, em torno da Associação, da produção de base agroecológica e de seus modos de relações com as outras mulheres. Conheci Katiane Barbosa, uma liderança importante das mulheres no Assentamento Arizona, no município de São Miguel do Gostoso/RN, com forte atuação no Movimento dos Trabalhadores Sem terra e da Marcha Mundial das Mulheres. Conheci Leonete Roseno, que hoje está na linha de frente articulando mulheres e homens na defesa dos territórios pesqueiros e rurais de Pedra Grande/RN e cidades vizinhas, frente ao avanço da exploração das energias renováveis que têm ameaçado os modos de vida dessas comunidades. As marisqueiras de Rio do Fogo/RN, que têm, a muito custo, lutado por melhores condições de vida e pelo reconhecimento de sua profissão. Foi o lugar em que conheci Gildete, de Touros, que me apresentou a Escola Feminista do Movimento da Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE), em Caruaru (PE). As mulheres indígenas e quilombolas também sempre se fizeram presentes nesse espaço, contribuindo com as lutas, as pautas, com projetos e ações que gestaram mundos possíveis para todas nós.

De acordo com os estudos de Bezerra, Miller e Oliveira (2021), nas cidades de João Câmara e Parazinho, quase 70% (setenta por cento) das atividades da agricultura são realizadas por mulheres, uma dinâmica que se repete nos demais municípios do território. Essa questão se dá, em parte, porque os homens vão em busca de trabalho nas cidades e na capital, enquanto as mulheres e os filhos ficam cuidando das pequenas propriedades e suas atividades. Acredito que outra questão que contribui para essa atuação das mulheres no meio rural foram os incentivos dados através de alguns projetos e programas, como os Quintais Produtivos[65], o PRONAF

[65] Criado pelo Governo Federal em 2023 (Decreto Nº 11.642/2023), com o objetivo de promover a autonomia econômica das mulheres rurais. Mais informações disponíveis em: https://www.gov.br/mda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/quintais-produtivos. Acesso em 06 de dez. de 2025.

Mulher[66], ATER Mulheres[67], Mulheres Mil[68], além das atuações de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e da Igreja Católica. Ressalta-se que, entre 2016 e 2022, esses programas e projetos fomentados pelo poder público federal e estadual foram seriamente comprometidos em razão das dinâmicas políticas desse período, no qual os direitos das mulheres foram severamente atacados, apesar de que, hoje, a situação não está tão favorável para nós.

Dito isto, existem muitas outras dinâmicas nas quais as mulheres têm um protagonismo acentuado aqui no Território do Mato Grande, que ficarão para outras escritas, para outras histórias. O que eu quis mostrar, por meio dessas linhas que cruzam o chão semiárido deste território, é que aqui, através da história dessas e de tantas outras mulheres, há imensas possibilidades para as professoras de História trabalharem muitas perspectivas históricas, sejam locais, regionais, nacionais ou globais. Sim, aqui as mulheres têm construído rotas potentes de liberdade, e é sobre isso que gostaria de falar neste estudo.

3.2 Pensando um Feminismo Camponês e Popular e a agroecologia a partir das experiências coletivas na Associação de Mulheres Girassol

Para discorrer sobre a Associação Girassol, levando em consideração suas relações com a agroecologia e com o Feminismo Camponês e Popular, foram mobilizadas algumas fontes históricas para compreender a temporalidade dos acontecimentos que culminaram na criação e manutenção da Associação. Desse

---

[66] É uma linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, exclusiva para mulheres agricultoras com taxar de juros reduzidas e prazos mais longos para a quitação do empréstimo.

[67] O Programa ATER Mulheres Rurais, Autonomia, Alimentação e Vidas Saudáveis teve início em 2023 e já alcançou mais de 9 mil mulheres em 21 estados e no Distrito Federal. O objetivo é promover a superação das desigualdades de gênero e raça para alavancar a autonomia econômica, a cidadania e o bem viver das mulheres rurais. São beneficiárias as assentadas da reforma agrária, agriculturas, familiares, extrativistas, pescadoras artesanais e aquicultoras, as mulheres dos povos e das comunidades indígenas, das comunidades quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais que desenvolvem atividades agrícolas em áreas urbanas e periurbanas. Mais informações disponíveis em: https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/04/ater-mulheres-para-producao-de-alimentos-autonomia-e-vidas-saudaveis-no-campo-nas-aguas-e-nas-florestas. Acesso em 06 de dez. de 2025.

[68] O Programa Mulheres Mil tem como pilar estruturante o respeito às diferenças constitutivas das mulheres e de suas interseccionalidades raciais, étnicas, de orientação sexual e de identidade de gênero, das pessoas com deficiência, geracionais, regionais e de territórios. Destaca, dessa forma, as mulheres pertencentes a grupos que sofreram injustiças históricas e sofrem impactos dessas injustiças praticadas no passado pela escravização, como as mulheres indígenas, negras (pretas e pardas) e quilombolas. Sendo relançado através da Portaria 725 de 13 de abril de 2023. Mais informações consultar: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/ept/mulheres-mil. Acesso em 06 de dez. de 2025.

modo, para a construção desta narrativa sobre a Associação, serão usadas fontes documentais, como a Ata de Fundação da Associação, datada de 2001, e uma edição do Boletim Informativo o Candeeiro da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), de 2014. Algumas fotografias também serão utilizadas para promover diálogos entre as análises a serem realizadas ao longo das discussões.

E não menos importante, a oralidade será uma fonte que permitirá a elaboração de algumas narrativas sobre momentos relevantes para as mulheres Girassol. Nesses diálogos, não há como não se envolver, sob diversas perspectivas, como as emoções das palavras, dos gestos e das memórias coletivas de mulheres que dialogam com momentos importantes da nossa história. Dentre eles, podemos citar: os conflitos de terras e a luta por Reforma Agrária; a luta das mulheres pelo reconhecimento de seus trabalhos produtivos e reprodutivos no campo; a resistência frente ao machismo e ao racismo; e a resistência de um campo em manter seus modos de vida a partir da preservação da natureza, entre outros. Partindo dessas perspectivas Duarte, Freire e Jucá (2020, p. 7) nos dizem que:

> A história oral nos desafia a compreender além do que se fala, representações da linguagem, concepções de vida, as lembranças e os silêncios. O silêncio, por longos tempos, foi — e, muitas vezes, ainda é — o nosso companheiro, uma vez que tivemos que silenciar a nossa existência. Porém, não por um tempo indeterminado, embora ainda nos dias atuais muitas de nós permaneçam marginalizadas, perpetuando o processo de desvalorização e sendo consideradas propriedades masculinas.

De fato, ouvir essas mulheres e produzir conhecimento histórico a partir de suas experiências é romper com uma lógica que silencia e apaga as mulheres do campo das narrativas históricas, principalmente daquelas que chegam às escolas da Educação Básica. É também romper com a violência de uma história centrada nas figuras masculinas, nos grandes feitos e nos mitos das origens. É trazer para perto aquilo que foi mantido longe por muito tempo; é gritar a existência de mulheres que têm performado coreografias do impossível cotidianamente em nossos territórios.

As discussões a seguir abordam alguns aspectos importantes para as mulheres Girassol, entre os quais podemos citar: a conquista do lote coletivo; a criação da Associação; as práticas agroecológicas e feministas que desenvolvem a partir da Associação e do Pomar Coletivo; além das conquistas que tiveram ao longo de mais de duas décadas de história. Para que as análises e reflexões tivessem como referência a realidade delas, foram realizados alguns diálogos com cinco dessas mulheres, que estão no grupo antes mesmo da fundação da Associação. Essas

mulheres são agricultoras, assentadas da Reforma Agrária, mães, esposas, funcionárias públicas, aposentadas, donas de casa e, como elas dizem, são feministas e jamais fogem da luta. A partir de suas vozes, iremos conhecer um pouco sobre como elas criam seus próprios movimentos de mundo a partir de vivências que estão ligadas diretamente à terra, à natureza e à luta cotidiana de quem sonha um campo soberano e livre de todas as formas de opressão.

Ainda sobre elas, é importante dizer que os diálogos resultantes desses momentos foram reproduzidos respeitando seus modos de fala. Pois, a meu ver, não seria válido reproduzir essas falas de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, negando a riqueza de sentidos e saberes que estão presentes nos seus marcadores linguísticos e repertórios discursivos. Desse modo, ao ler esses recortes das falas, é necessário educar-se para perceber o quanto nossa língua é diversa. E como diz Nêgo Bispo (2023),

> Quando nós falamos tagarelando / E escrevemos mal ortografado / Quando nós cantamos desafinando / E dançamos descompassado / Quando nós pintamos borrando / E desenhamos enviesado / Não é por que estamos errando / É porque não fomos colonizados.

E nesse “falar tagarelando” e escrever “mal ortografado”, há no caso específico da fala dessas mulheres, uma substituição muito forte da letra “L” pela “R”, uma das características de que aqui, como nos lembra Lélia Gonzales, a gente não fala português, a gente fala é pretuguês. E para organizar os discursos no texto as mulheres serão identificadas como Girassol 01, Girassol 02, e assim por diante.

Para iniciar nossos diálogos sobre a Associação de Mulheres Girassol, é necessário, primeiro, fazer uma contextualização sobre o lugar em que habitam: o Assentamento Modelo II, uma referência na luta pela Reforma Agrária no Rio Grande do Norte.

Figura 6: Entrada do Assentamento Modelo II (João Câmara/RN)

Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Esse contexto remete ao pioneirismo do município de João Câmara/RN frente às primeiras ocupações de terra no Estado, a partir do fim da década de 1980, o que contribuiu significativamente para a consolidação do MST no RN. De acordo com Maxione Segundo (2017, p. 79):

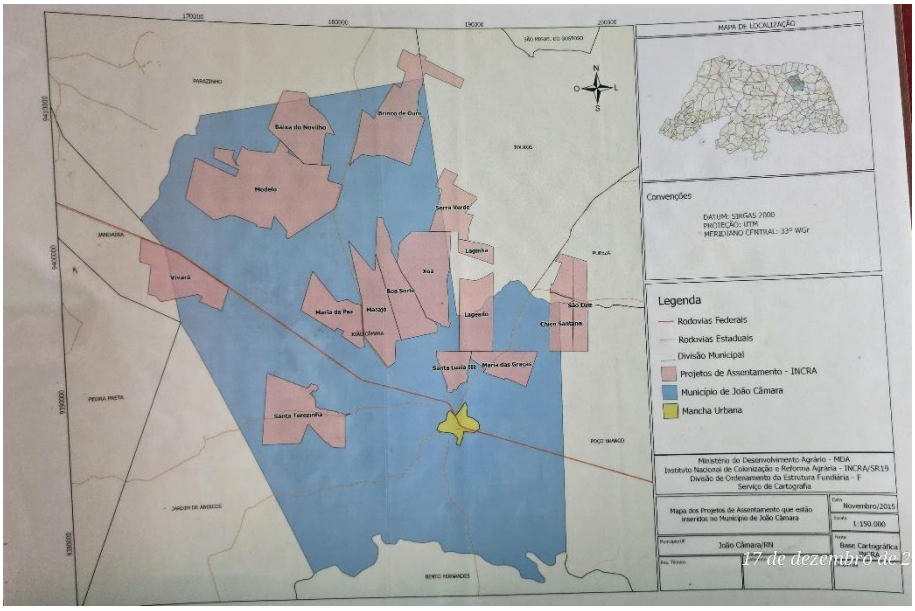
> No município de João Câmara, destacamos a implantação do PA Marajó, ocupando 1.562 ha, possibilitando o assentamento de 52 duas famílias. Mesmo com pouca capacidade é significativo na representação da luta pela reforma agrária, primeiramente por ser oriundo da primeira ocupação de terra realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado.

Essa primeira ocupação data do ano de 1990; inclusive o Assentamento Marajó é uma das comunidades indígenas do Território Mendonça Potiguara e de grande relevância para a história e as memórias de resistência das agricultoras e trabalhadoras rurais do Estado. Nessas lutas pelo acesso à terra, as mulheres desempenharam, e desempenham, papéis importantes de liderança e articulação. Alguns Assentamentos levam seus nomes, como o Assentamento Maria da Paz e Maria das Graças, que ficam próximos aos demais já citados. Não tenho muitas informações sobre elas, mas suas histórias merecem ser contadas nas escolas e em outros espaços; essas memórias precisam ser uma continuidade e referência para nossa história.

O mapa abaixo, disponível no Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de João Câmara/RN, mostra a distribuição dos Assentamentos rurais do

município no ano de 2015. Essas são dinâmicas que mudam constantemente, a partir de novas ocupações ou da conquista da posse da terra por meio do INCRA.

Figura 7: Mapa dos Assentamentos Rurais de João Câmara/RN



Fonte: Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de João Câmara/RN (2015).

As mulheres da Associação de Mulheres Girassol tiveram participação bastante ativa nos processos de ocupação da Fazenda Modelo, que posteriormente deu origem a dois Projetos de Assentamentos: Modelo I e Modelo II. De acordo com o Boletim Informativo O Candeeiro (2014):

> Foi no dia 29 de agosto de 1994 que seiscentas famílias ocuparam aquelas terras e montaram acampamento, que foi organizado e coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, no qual as mulheres também estão organizadas. Depois de onze meses vivendo nas barracas de lona conquistaram a emissão da posse no dia 29 de junho de 95.

Assim, o Assentamento Modelo II, hoje com trinta anos de história, nasce na efervescência dessas outras ocupações que estavam ocorrendo em João Câmara e em outros municípios do RN na época. Essas ocupações não se deram de forma pacífica. Em conversas com as mulheres e outras pessoas, elas recordam as tentativas de desapropriação, inclusive com o uso da força militar, e os momentos de violência e medo que enfrentaram. Trata-se de um lembrete do quanto os conflitos de terras no Brasil ainda são recorrentes e podem acontecer, muitas vezes, próximos a nós. Essas são outras histórias que também não têm chegado às nossas escolas com a sistematicidade que deveriam.

Figura 8: Acampados na Fazenda Modelo, 1994.

Fonte: Redes sociais do Assentamento Modelo II (2016).

A imagem acima data do período em que ainda estavam nos processos de acampamento[69] na Fazenda Modelo, antes da conquista da posse da terra. Nas conversas com as mulheres Girassol, elas falam bastante sobre esses momentos, recordando quando moravam nas barracas de lona, dos desafios para o acesso à água e a alimentação, e dos momentos de decisões nos quais, na maioria das vezes, não tinham nem vez, nem voz. Recordam dos trabalhos coletivos que desenvolviam na alfabetização das crianças e no plantio de hortas. E, apesar das barreiras impostas, a seu modo, elas estavam desafiando o patriarcado e o machismo que se faziam presentes no dia a dia, principalmente nos lugares de decisão e de fala, que muitas vezes eram negados a elas.

Após seis anos de Assentamento, as mulheres enfrentavam muitas situações em que não tinham direito à terra para trabalhar e sempre eram mantidas de fora dos espaços de decisão, como da diretoria da Associação do Assentamento, em que os homens estavam sempre à frente. Sobre isso, uma das mulheres da Associação fala que:

> **Girassol 01**: Nós era um grupo de muler tudo, já tinha trabalho coletivo, que nós fizemos um trabalho coletivo na área dos homi, ali perto de um barreiro, incrusive nós limpemo até esse barreiro, fizemo um sivição pra medonho, e prantemo uma roça, a gente tinha essa roça pra quando tivesse já pronta a gente fazer uma farinhada. Ai quando a roça já tinha crescido bem, que já tava quase na época de fazer, foram uns companheiro daqui mesmo do Assentamento soltaram o gado dentro e ficaram mais pastorando, e nos tinha cercado de arame. Nós tivemo o trabalho de cavar buraco pra enfincar

[69] Acampamentos: são montados no início da mobilização para a posse da terra; Assentamento: a terra ocupada já foi regularizada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

> estaca, tudo isso nós tivemo trabalho, ele cortaram o arame e colocaram os bicho dento, que serviço de mué não tinha futuro. E ainda hoje tem gente aqui no Assentamento que tem mardade. Quando foi agora teve um probrema ai do lote, incrusive, disseram até que o nosso ia sair pra dar pro povo que não tinha lote. (Fragmento de uma conversa/entrevista realizada em janeiro de 2026 no alpendre de Dona Rita, Assentamento Modelo II – João Câmara/RN).

A partir do relato acima, percebe-se o quanto as relações entre homens e mulheres no campo são marcadas por tensões, situações de violência e tentativas de silenciamento e invisibilização das atividades produtivas e reprodutivas que elas realizam. A invasão do espaço de trabalho dessas mulheres demonstra uma das formas pelas quais o machismo e a violência também operam dentro das relações sociais em contextos rurais. A frase “serviço de mué não tem futuro” pode ser relacionada com à divisão sexual do trabalho em que os homens, dentro da estrutura patriarcal, operam nas atividades ditas produtivas, enquanto as mulheres ficam a cargo das atividades reprodutivas e dos cuidados com a casa e a família, no chamado serviço doméstico; como se ambos, trabalho produtivo e reprodutivo, não fossem dependentes um do outro. Para Conte, Calaça e Taborda (2020, p. 128):

> As mulheres e homens no campo trabalham muito. Em se tratando de mulheres, esse trabalho é ainda mais complexo, porque a mistura do dentro e fora de casa é constante. Em relação à produção para a renda, a imbricação entre o que se vende, doa, troca e consome, envolve mais tempo e dedicação das mulheres. Esse trabalho é invisibilizado. Porém, quando essa produção se torna a renda principal da unidade de produção, é considerado trabalho de mulheres e homens. E muito mais, fica delegado aos homens quando se refere à renda. Assim, a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo é uma separação artificial e que não considera a realidade como uma totalidade.

Desse modo, quando as mulheres romperam a lógica do trabalho doméstico e foram plantar mandioca para fazer uma farinhada, atuando na busca de uma renda para elas e suas famílias, alguns companheiros do Assentamento se acharam no direito de violar e destruir o espaço de trabalho delas. A partir dessa situação, elas, que já vinham se organizando de forma coletiva, se reuniram e foram em busca de seus direitos; em busca de um pedaço de terra para plantar e colher, um espaço que lhes desse autonomia política e econômica para elas. Sobre isso, elas falam que:

> **Girassol 01:** Nós briguemo tanto por essa associação, nos fizemo tanta reunião, tanta reunião na vida, era reunião por cima de reunião, nos chegava a se reunir duas, três vez no dia, pranejava tanto como era que a gente ia conseguir, como era que a gente ir arranjar um espaço para trabalhar coletivo, foi ai que surgiu a ideia desse lote, que ficou três sendo pra comunidade trabalhar coletivo e ele tava desocupado. Aí nos fumo lá, fizemo o ofício, escrito na mão e fumo entregar pessoalmente a superintendente do INCA que era doutora Graça Arruda, nessa época. Então foi muita decisão. E Quando a gente ganhemo esse lote, era só na mata, não tinha, como é que se diz, não tinha roçado, não tinha cerca, nos fumo destocar, como era 25 hectara, nos fizemo disso, vamo fazer 07 hectara, que é só o que nós damo conta, o

> resto nós vamo preservar para o meio ambiente, vamo cercar, que a gente não dar conta disso tudo, vamo fazer só o que nós damo conta. A gente junto com os marido, tiremos as estaca e cavamo os buraco.
> **Girassol 02:** "O INCA aceitou nossa proposta de nós querer um lote pra nós trabalhar, e fiquemo com esse lote, quando cheguemo aqui tivemo muitos probrema com o povo, o povo não queria ceder esse lote, mas como era uma decisão do INCA" (Fragmentos de uma conversa/entrevista realizada em janeiro de 2026 no alpendre de Dona Rita, Assentamento Modelo II – João Câmara/RN).

Diante dos discursos acima, algumas questões ficam evidentes para pensar a dimensão das lutas das mulheres do campo em busca de autonomia e espaços de atuação coletiva. Pois foi a partir da organização coletiva que elas foram em busca do lote 119 para poder trabalhar, demonstrando o quanto a dimensão do trabalho é algo extremamente significativo para elas e para tantas outras mulheres que moram em contextos rurais.

A conquista do lote, como mostra a Girassol 02, não garantiu de imediato a posse da terra, tendo em vista a resistência de algumas pessoas frente à "audácia" daquelas mulheres, de sair do Assentamento e ir à sede do INCRA solicitar terra para trabalhar. Em um órgão, que na estrutura de sociedade em que vivemos ainda, é majoritariamente masculino, elas romperam as cercas das opressões e foram tecendo suas rotas de liberdade. O fato da superintendente do INCRA na época ser uma mulher pode ter contribuído para a conquista da terra; mas essa é uma percepção minha, o que não significa que não existam mulheres em cargos de poder e decisão que também mantenham estruturas de opressão e dominação. Afinal, as nossas relações sociais são constituídas a partir de muitas contradições.

A imagem abaixo mostra um dos momentos no pomar coletivo organizado no lote de 25 hectares[70] conquistado por elas. De acordo com informações da rede social em que a foto está disponível, ela data dos anos de 2001 ou 2002; nela, dá para notar que homens, provavelmente companheiros dessas mulheres, também participaram da estruturação do lote, como demonstra a fala da Girassol 01 acima. Desse modo, essas mulheres também estão lutando pelo estabelecimento de outras relações com seus maridos e com seus filhos, tendo na lida com a terra uma possibilidade de desenvolvimento de relações que tenham como base o respeito e a dignidade delas.

Figura 9: Plantio no lote 119 – Associação de Mulheres Girassol (2001,2002)

[70] Um hectare equivale a 10.000 m² - dez mil metros quadrados.

Fonte: Redes sociais do Assentamento Modelo II (2016).

Diante dos processos de organização coletiva que já vinham construindo desde o momento de ocupação da terra, essas mulheres decidiram constituir uma Associação Comunitária que as representasse; que fosse um espaço em que teriam vez e voz, onde se sentiriam seguras para lutar por seus ideais. De acordo com o Boletim Informativo O Candeeiro (2014):

> A associação surgiu por causa da dificuldade que as mulheres estavam enfrentando de participar dos espaços políticos juntamente com os homens. Elas dizem que enfrentavam muita discriminação e machismo, pois os homens diziam que aquele espaço não era para as mulheres. Por isso, se uniram para formar a associação de mulheres Girassol. Elas dizem que escolheram esse nome numa referência a flor que não para de girar em busca do sol, em busca de condições para sobreviver, sempre em movimento.

Assim, em 19 de setembro de 2001, foi constituída a Associação de Mulheres Girassol, com vinte e uma mulheres do Assentamento. Na ocasião foram eleitas as membras da diretoria, assim como foi aprovado o Estatuto Social, de acordo com informações da Ata da Assembleia de fundação da Associação. Hoje, a Associação conta com vinte e duas associadas, mas já houve momentos em sua história com mais de quarenta mulheres sócias. Inclusive, enquanto escrevo esta dissertação, a Associação está passando pelo processo de eleição de sua nova diretoria. No que se refere à organização da Associação, as mulheres falam que:

> **Girassol 02:** primeiro foi a batalha pelo lote, mas isso já tava, quando foi ao INCRA fazer o pedido, já tava construído o grupo de mulheres, já tinha sido construído um grupo de mulheres né? Que incrusive esse grupinho de mulheres permaneceram e permanece muita delas até hoje, umas deus já levou, outas já foram embora aqui da nossa comunidade, mas a maoria tá desde o início, tem muita gente aqui desde o início da construção do lote. Mas assim, quando a gente foi pra INCRA né, foi um grupinho né lá no INCRA

> fazer o pedido, levar o ofício em mão, já se tinha uma lista né, dessas mulheres. A gente já tinha esse grupinho de mulheres desde quando a gente chegou aqui, quando a terra foi liberada, disseram assim a terra já é de vocês, a gente já tinha na mente de construir um grupo de mulheres. Por que desde o tempo de acampamento nós já tinha um grupo de mulheres. Só que acampamento o quê que acontece? Não tinha onde a gente trabalhar, aí a gente trabalhava fazendo, a irmã arrumava tecidos e modos, eu acho que é mais ou menos isso que se chamava, mudelos né? E ensinava a gente a recortar, fazer a roupa, sabe? Fazer camisetas, fazer calção, ela arrumou umas máquinas também de costura. Aí pronto, o grupo já começou por aí, desde o acampamento, mas era mais esse outro ponto sem ser trabalhar na roça, entendeu? Era fazer, pegar retalhos e construir alguma coisa, alguma roupa, algum tapete.
>
> **Girassol 03:** Ana Paula a associação foi organizada pela irmã. O grupo começou se organizando e dento dessa organização, a irmã foi lutando. Na verdade diz que a associação foi fundada em 2001, mas acho que enquanto o lote, mas antes já vinha a irmã na luta.
>
> **Girassol 04:** primeiro foi o lote, segundo a associação, a gente gerou a associação por que nós não tinha vez de trabalhar junto com os home né. A gente queria um pedaço para nós, só que a gente conseguiu o lote, aí se organizemo, fizemo muita reunião, aí depois a gente fez a associação. Ai no começo parece que era quarenta mulher, não me lembro bem direito, aí foi indo, foi indo, foi saindo, outas foram embora, aí a gente ficou. (Fragmentos de uma conversa/entrevista realizada em janeiro de 2026 no alpendre de Dona Rita, Assentamento Modelo II – João Câmara/RN).

Nas narrativas acima, as mulheres Girassol discorrem sobre os motivos que as levaram a organizar uma Associação, partindo da perspectiva de que já tinham um grupo organizado atuando de forma coletiva desde a ocupação inicial da terra. A questão do direito ao trabalho se fez, e se faz, fundamental em suas relações e nas constantes lutas por um espaço que fosse seu. Quando a Girassol 04 diz que elas não tinham vez de trabalhar com os homens, ela traz à tona uma das faces das relações sociais no campo, em que as mulheres, muitas vezes, têm o direito de trabalhar fora de casa negado ou considerado de menor importância. A fala da Girassol 01, traz um recorte temporal a partir de 1994 com relação à busca constante dessas mulheres por outras ocupações que não fossem apenas o domínio da casa e do trabalho doméstico. Seja costurando, plantando roça ou lutando por um pedaço de terra, elas não sucumbiram aos atos e desejos machistas impostos por alguns homens do Assentamento.

A Girassol 02 discorre sobre uma irmã (freira) que morou muito tempo no Assentamento, ligada a congregações religiosas católicas. Essa irmã, pelos relatos acima e por outras conversas que já tive com elas, foi fundamental para a organização e estruturação do grupo de mulheres que permanece até hoje. Segundo relatos, foi essa irmã que fez o ofício[71] escrito à mão, entregue ao INCRA, solicitando o lote. Ela

[71] Infelizmente as mulheres não encontraram o ofício em questão.

sempre esteve em busca de maneiras que pudessem auxiliar aquelas mulheres a terem acesso ao trabalho e a uma vida digna, como o fornecimento de tecidos e as máquinas de costura, como fala a Girassol 02. Partindo dessas questões, Butto (2014, p. 93) nos diz que:

> A constituição das mulheres como sujeito político resulta também da reflexão sobre a importância da autonomia pessoal, econômica e política, que inclui o resgate e construção de sua auto-estima, além do fortalecimento de sua organização coletiva em grupos produtivos.

Diante disso, a construção dessas mulheres enquanto sujeitas históricas, no contexto da Associação de Mulheres Girassol, também é forjada pelas lutas do MST. Assim, a militância e as formas de organização política, social, coletiva e produtiva começaram a fazer parte de suas existências quando ocuparam a terra. A identidade Sem Terra é uma dimensão importante para pensar as lutas das mulheres Girassol por emancipação e autonomia pessoal, econômica e política, que incide na conquista pelo direito de trabalhar e viver dignamente. Desse modo:

> A construção de processos emancipatórios das mulheres Sem Terra encontra inúmeros desafios. São as experiências cotidianas e históricas de organização das mulheres que permitem avançar conjuntamente. Dentre os desafios estruturais está o enfrentamento a todas as formas de violência e destruição da natureza, enfrentar o racismo, os preconceitos, a LGBTfobia, o patriarcado, a divisão sexual do trabalho e todas as formas de opressão produzidas pela sociedade capitalista são tarefas coletivas, que buscam construir espaços de participação política, social e econômica das mulheres na perspectiva emancipatória. (Sagaz, 2024, p.33).

Partindo das perspectivas apresentadas acima e das narrativas das mulheres Girassol, apesar dos desafios e das estruturas de opressão, a organização coletiva tem sido fundamental na luta por espaços de participação política, social e econômica. Por meio de seus movimentos de mundo, essas mulheres conquistaram o direito à terra, ao trabalho produtivo, e à autonomia política através de uma Associação comunitária. No chão desse território, elas têm plantado sonhos e estão colhendo mundos possíveis no Assentamento Modelo II (João Câmara/RN).

E esses mundos possíveis que elas vêm colhendo não ficam restritos apenas à dimensão da Associação, seus frutos também são compartilhados com a comunidade em que vivem. Por meio da Associação, elas conseguiram construir um salão comunitário que serve como lugar para atendimento médico e para os eventos do Assentamento e da Associação, entre outros. De acordo com informações fornecidas pelas mulheres Girassol, os recursos para a construção desse salão foram conseguidos pela da irmã junto a familiares dela.

Figura 10: Salão comunitário da Associação de Mulheres Girassol

Fonte: Arquivo pessoal (2026).

Além do salão, outra conquista importante foi a perfuração de um poço no lote, o que possibilitou o acesso à água e a manutenção dos trabalhos produtivos no pomar coletivo. Vale lembrar que o Assentamento Modelo II está localizado no Semiárido Potiguar e que é necessário o uso de tecnologias sociais, como poços e cisternas, para a convivência com os períodos de seca.

Figura 11: Poço no Lote da Associação de Mulheres Girassol

Fonte: Arquivo pessoal da Autora, 2026.

A perfuração desse poço, de acordo com relatos, ocorreu entre 2001 e 2002, e só foi possível por meio da atuação da irmã, que levantou os recursos financeiros necessários junto a uma congregação no Rio Grande do Sul e com familiares. Com acesso à água, a irmã também conseguiu recursos para construir uma lavanderia coletiva em 2005, O que proporcionou às mulheres um espaço com água para realizar um trabalho que massivamente fica a seu cargo das (lavar roupa).

Figura 12: Lavanderia coletiva da Associação de Mulheres Girassol

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2026).

O acesso à água e à lavanderia diminuiu distâncias e otimizou o tempo dessas mulheres, que precisavam percorrer longos trajetos para lavar roupa e desenvolver outras atividades que dependem do uso da água. Além disso, estreitou os laços entre elas, que passavam a conviver em um espaço onde poderiam compartilhar as alegrias e os pesares da vida; esses diálogos com nossas irmãs são potentes no sentido de que a luta política também se dá através dos afetos e das gargalhadas. Isso não quer dizer que os conflitos não existiam, mas que aquela lavanderia, assim como o pomar, era um lugar seguro para elas.

Em 2013, por meio de um projeto do RN Sustentável[72], do Governo do Estado do RN, elas conseguiram uma fábrica de beneficiamento de polpa de fruta (despolpadeira), com o objetivo de beneficiar as frutas do pomar coletivo. Na época,

[72] Para mais informações acessar: https://www.governocidadao.rn.gov.br/?pg=sobre_o_projeto. Acesso em 17 de jan. de 2026.

havia uma imensa plantação de fruteiras como acerola, mamão, goiaba e banana, entre outras, chegando a fornecer, por um período, frutas para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)[73] de João Câmara/RN.

Figura 13: Casa de Beneficiamento de Polpa de Fruta (Despolpadeira)

Fonte: Arquivo pessoal (2026).

No entanto, em 2014, de acordo com relatos das mulheres, houve um assalto e levaram todos os equipamentos; uma perda para a comunidade e para a autonomia econômica das mulheres. Hoje, o prédio serve para outras funcionalidades, como cozinha em dias de eventos na Associação, entre outras. Essas são conquistas importantes para a Associação e para toda a comunidade, fruto da luta e das articulações de mulheres que acreditam no sonho possível do bem viver, de trabalhar e de serem reconhecidas como sujeitas de direitos. A figura da irmã (freira) perpassa por vários dos momentos descritos acima, o que demonstra a importância dela para a organização do grupo de mulheres.

Com relação às práticas agroecológicas, essa é uma das questões que mais se destaca na Associação, constituindo-se como uma identidade dessas mulheres que pensam em uma produção de alimentos a partir de relações mais harmoniosas com a natureza e com elas mesmas. Sobre esse aspecto, elas falam que:

> **Girassol 01**: derna do início pra não trabalhar com agrotóxico, trabalhar com adubo orgânico, e nós sempre trabalhamo, nossas pranta nós sempre mantém a cobertura morta.

[73] Para mais informações acessar: https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa. Acesso em 17 de jan. de 2025.

> **Girassol 03**: a agroecologia é assim uma maneira de se trabalhar os produtos sem agrotóxico, assim bem natural, e sempre foi dento do grupo orientada a isso, né? Trabalhar a questão de ser um produto bem natural, bem limpo, sem muita exploração, sem usar produtos agressivos.
> **Girassol 04**: nós trabalhamo sem agredir a terra, né? Porque nós não queimamos o resíduo da terra, e nós não trabalhamo com veneno, a meta é essa, não agredir a terra, não trabaiar com agrotóxico.
> **Girassol 05:** referente a agroecologia que a gente decidiu trabalhar, é porque é assim: é um alimento mais saudável pra saúde, né? Um alimento que não vem veneno, nem agrotóxico, que faz bem pra saúde. (Fragmentos de uma conversa/entrevista realizada em janeiro de 2026 no alpendre de Dona Rita, Assentamento Modelo II – João Câmara/RN).

Um ponto convergente nos discursos acima é a preocupação delas em não usar veneno no manejo com a terra, assim como na produção dos alimentos. A Girassol 01 discorre sobre algumas técnicas agroecológicas que usam no dia a dia, como o adubo orgânico e a questão da cobertura morta da terra. A Girassol 03 fala que a produção de base agroecológica sempre foi orientada no grupo de mulheres, mostrando como essa é uma construção coletiva dentro da Associação. As Girassóis 04 e 05 dialogam sobre uma produção de alimentos que não agrida a terra com venenos, e como esse alimento é importante para a saúde. De acordo com Silva, Jalil, et al (2021, p. 2),

> As mulheres produzem e possuem saberes que se materializam nas práticas cotidianas, nos processos de transição agroecológicos, nos seus quintais produtivos, no manejo da fauna e flora, no cultivo de espécies vegetais, no cultivo e uso de plantas medicinais ou na criação de determinada espécie animal. Elas conhecem suas diferenças de usos, elas experimentam receitas, e revertem esses saberes em alimentação e saúde para suas famílias, para os vizinhos nas comunidades e nos territórios que vivem e reproduzem seus modos de viver e existir.

De fato, as mulheres Girassol têm produzido modos de viver e existir, também, por meio do envolvimento em práticas cotidianas de produção alimentar que têm como base a agroecologia, estabelecendo, assim, relações mais harmoniosas com a natureza, na luta por um campo com soberania alimentar, que preserve os sistemas agroalimentares tradicionais e a biodiversidade. Além de estarem construindo rotas possíveis para modos de plantar que sejam sustentáveis a partir de suas experiências coletivas, elas estão indo na contramão de um campo que foi sendo invadido por uma agricultura baseada na monocultura, na agressão à natureza e no uso excessivo de insumos agrícolas, como fertilizantes e agrotóxicos. Desse modo, de acordo com Andrioli e Castilho (2025, p. 5):

> [...] a Agroecologia é mais do que um conjunto permanente de práticas agrícolas, é uma abordagem que busca uma transformação mais profunda na forma de concepção e prática da agricultura. A produção agroecológica é uma alternativa que pode ser viável economicamente, socialmente

> justa e ambientalmente correta. A implementação de sistemas agroecológicos pode gerar empregos e renda, fortalecer a agricultura familiar e promover a soberania alimentar.

A fala de Andrioli e Castilho dialoga com o que as mulheres Girassol discorreram nas narrativas acima no que se refere às práticas agroecológicas no fortalecimento das suas produções. A partir disso, podemos pensar em uma dimensão da agroecologia que se envolve diretamente a com as experiências das mulheres do campo, tendo em vista, como nos diz Siliprandi (2015, p. 27), que:

> A agroecologia é um movimento relativamente novo no Brasil, e há estudos que mostram que, muitas vezes, são as mulheres quem iniciam a "conversão" da propriedade para sistemas sustentáveis, por estarem mais envolvidas com as propostas que tratam da saúde e da alimentação das famílias.

Ousaria dizer que a agroecologia é nova no que se refere à sistematização do conceito utilizado nas políticas públicas, na academia e em movimentos sociais, o que se dá a partir da década de 1960 com o desenvolvimento da Revolução Verde no Brasil, impactando profundamente as relações sociais, políticas e econômicas no cenário rural. No entanto, essas práticas que envolvem a agroecologia , que são diversas e se fazem presentes no campo, nas florestas e nas águas, partem de sabedorias ancestrais dos nossos povos indígenas e das pessoas que vieram sequestradas de África por nações europeias a partir do século XVI. O que essas mulheres fazem em suas propriedades familiares e em espaços de produção coletiva parte das experiências e sabedorias das mais velhas, apesar de hoje, por meio das universidades e das assistências técnicas, elas também terem acesso a alguns conhecimentos sobre agroecologia.

Partindo dessas questões, a agroecologia tece diálogos importantes com uma perspectiva de feminismo que parte das experiências dessas mulheres. No entanto, é preciso compreender que esse campo também é diverso com relação à vivência dessas mulheres, assim como são diversos os feminismos performados por mulheres que têm transformado o campo brasileiro num lugar de possibilidades, diante de um mundo marcado por crises climáticas, pela fome, por guerras e pela exploração do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres. Elas estão na linha de frente, plantando e colhendo mundos possíveis nos solos férteis dos nossos territórios. E, pensando na relação do feminismo com a agroecologia, a Carta Política do III Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em 2014 em Juazeiro (BA), diz que:

> "sem feminismo não há agroecologia" por compreenderem que a construção da agroecologia prima por uma visão ética de justiça social e ambiental que pressupõe o compartilhamento do trabalho doméstico e de

> cuidados e da gestão da produção, uma vida sem violência, regida pelo respeito e pela igualdade. Isso implica a garantia do direito das mulheres à plena participação na vida social e política em suas comunidades, bem como a garantia de seu acesso à terra, à água, às sementes e às condições de produção e comercialização com autonomia e liberdade. (p. 7).

Levando em consideração as experiências e as narrativas apresentadas pelas mulheres da Associação de Mulheres Girassol, há, de fato, uma relação muito significativa entre as práticas agroecológicas que elas desenvolvem no pomar coletivo e as vivências de luta social e política que elas travam desde o momento da ocupação da terra e mobilização para a estruturação do Assentamento, assim como na constituição da Associação. Desse modo, dentro da Associação, a agroecologia se torna possível por meio de um feminismo que parte das experiências práticas e coletivas dessas mulheres. No que se refere a esse feminismo, elas discorrem que:

> **Girassol 02:** sobre a pergunta que você fez Ana Paula, sobre se a gente se considera assim feminista, eu creio que sim, porque eu vejo que nós muleres podemos conquistar todo espaço que a gente imagina, que esteja ao nosso alcance, que seja do nosso interesse. E também que a gente pode sempre lutar, né? Por esse espaço, de nós muleres em qualquer profissão, em qualquer lugar e mostra sim para os homens que nós somos capazes, que nós temos capacidade de enfrentar qualquer coisa que seja do interesse da gente, que não seja homem cutucando a agente, a você só vai fazer isso, fazer aquilo, por que mulher não pode fazer isso, não pode fazer aquilo, que é o que a gente tem até hoje em dia por aqui, machismo. A gente tem que mostrar pra eles que é diferente, que esse tempo de homens das cavernas acabou há muitos e muitos anos. Que nós podemos sim, fazer qualquer coisa. (Fragmentos de uma conversa/entrevista realizada em janeiro de 2026 no alpendre de Dona Rita, Assentamento Modelo II – João Câmara/RN).

Na fala da Girassol 02, é perceptível o quanto ela dá ênfase na mulher como ser capaz, como uma pessoa que pode conquistar objetivos e que pode fazer qualquer coisa. Ela também faz críticas à postura de homens que se sentem no direito de determinar a vida e as escolhas das mulheres e, a partir dessas questões, ela se coloca como uma mulher feminista nessa constância de lutas por um mundo em que as mulheres tenham espaço para realizar seus sonhos e desejos. Na continuação dos diálogos sobre feminismo, elas falam que:

> **Girassol 03**: Eu particularmente me sinto feminista, né? Porque diante das dificuldades que nós mulheres sente na sociedade da gente conseguir as nossas conquistas, eu me sinto feminista, porque na hora de ir para a luta, eu vou mesmo.
> **Girassol 04**: pra mim, é poderamento, né? A muler ter poderamento, e através da Associação vei muitos projeto pra gente, a gente conquistou muito projeto, a gente teve a liberdade de ir pra muitos congresso por aí, a gente foi pra muita reunião em muito município aí, viu? E pra mim é uma marca das mulher, né? Delas não baxarem a cabeça e não ser manda poros home.
> **Girassol 05:** Eu sim, me acho feminista, por que assim a feminista é uma liderança social, né? Política, essas coisas assim. E foi por isso que a gente conseguiu aquele lote pra trabalhar por causa do machismo, aí nós, feminista,

> resolvemo conseguir aquele lote para trabalhar. (Fragmentos de uma conversa/entrevista realizada em janeiro de 2026 no alpendre de Dona Rita, Assentamento Modelo II – João Câmara/RN).

Nas falas acima, o feminismo aparece como uma resposta às dificuldades enfrentadas pelas mulheres na sociedade, como um instrumento de empoderamento, liberdade e de oportunidade de participação em espaços públicos, como congressos e reuniões, onde a fala se torna uma possibilidade política concreta. Elas também argumentam que a conquista do lote foi uma resposta desse feminismo frente ao machismo que sofriam na comunidade, e trazem a percepção da feminista como uma liderança social e política.

Assim, diante das narrativas das mulheres Girassol sobre feminismo, é importante refletir sobre quais feminismos elas discorrem, assim como sobre as práticas feministas que vivenciam em seu dia a dia. Falo isso não no sentido de ter que encaixá-las em alguma onda ou conceito feminista, como se elas não tivessem autonomia política, inclusive para rejeitar o conceito, mas para entender como essas mulheres do Território do Mato Grande também participam de movimentos históricos importantes para o mundo.

Nos diálogos tecidos nesse estudo sobre a luta das mulheres do campo por autonomia, emancipação política e liberdade, o Feminismo Camponês e Popular é uma perspectiva feminista que pode se aproximar das realidades das mulheres Girassol. Apesar do conceito estar sendo debatido com mais ênfase a partir da última década, com o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Feminismo Camponês e Popular parte justamente das experiências de mulheres que, a seu modo, estão organizadas na luta constante por um campo livre de opressões. Para Andrioli e Castilho (2025, p. 7)

> A teoria do Feminismo Camponês e Popular surge como uma categoria específica dentro do movimento feminista, direcionando-se para compreender as realidades das mulheres que vivem em áreas rurais e populares. [...] O feminismo Camponês e Popular busca, então, dar voz e visibilidade a essas mulheres, reconhecendo suas demandas específicas e promovendo a igualdade de gênero dentro de um contexto mais amplo de luta por justiça social e ambiental.

Nesse sentido, a partir dos diálogos das mulheres Girassol, o Feminismo Camponês e Popular pode ser uma categoria utilizada para compreender suas realidades, tendo em vista que esse feminismo tende a ser um instrumento político importante no reconhecimento das demandas específicas dessas mulheres como sujeitas que vivem no contexto de assentamento de Reforma Agrária, localizado no

semiárido potiguar, tendo o associativismo como uma forma de organizar politicamente suas relações e a agroecologia como maneira de produzir alimentos e relações com a natureza que se insere no contexto das lutas das mulheres por justiça social e ambiental.

Um dos espaços em que a agroecologia, as práticas feministas e a questão da organização associativa das mulheres girassol se cruzam é a Feira Agroecológica, que elas, e outras mulheres do Assentamento, realizam, geralmente na última quinta-feira ou sexta-feira de cada mês. É um espaço para expor e comercializar os produtos oriundos das hortas do pomar coletivo da Associação, assim, como de projetos como os Quintais Produtivos da comunidade. Sobre a Feira, as mulheres girassol pontuam que:

> **Girassol 02:** A feira começou através da Associação de mulheres, e segundo os quintais. Na roda de conversa, né, as mulheres decidiu fazer essa feira para vender os produtos que tinha, tanto na Associação, quanto nos quintais, né? Botar os produtos que era feito através do trabalho das mulheres. Aí se botava um bolo, é, um suco de acelora, suco de produtos que tinha nos quintais, e que era produzido com a gente, né?
> **Girassol 03**: Essa feira é de uma importância muito grande. É que dentro da feira é apresentado os produtos produzidos, né? Os produtos que é produzido dentro da comunidade, não só produtos agrícolas, como também artesanato, doce, outras coisas que as mulheres produz aqui, tudo isso é apresentado na feira. (Fragmentos de uma conversa/entrevista realizada em janeiro de 2026 no alpendre de Dona Rita, Assentamento Modelo II – João Câmara/RN).

A partir das falas das girassóis acima, pode-se perceber a dinâmica coletiva e participativa que envolveu as primeiras iniciativas para organização, assim, como os arranjos dos produtos a serem comercializados na Feira Agroecológica por elas organizada. É um momento para mostrar para a comunidade, e, também para o público externo, o que elas vêm produzindo a partir de lógicas que envolve a agroecologia, o trabalho coletivo, e práticas feministas que partem de suas experiências, enquanto mulheres do campo, assentadas da Reforma Agrária, do semiárido potiguar. Segundo Câmara, Maia, Souza e Soares (2023, p 8-9):

> [...] as feiras possuem um relevante papel na conquista da autonomia financeira daquelas que produzem nos moldes da agricultura familiar, uma vez que corroboram a mudança de eixo nas atividades das mulheres rurais, passando do âmbito estritamente doméstico/reprodutivo para o trabalho remunerado.

Além da conquista da autonomia financeira, as feiras agroecológicas incidem sobre segurança alimentar com produtos livre de agrotóxicos, e no caso das mulheres do campo fortalecem seus laços de cooperação e autonomia política e social. Através de práticas e saberes locais esses espaços vão modificando as dinâmicas territoriais,

econômicas, ambientais e pedagógicas, colocando as mulheres como protagonistas desses movimentos e das mudanças por ele provocadas.

Ainda sobre a Feira Agroecológica da Associação, em diálogos com as mulheres, ela não é realizada desde agosto de 2025 devido o período prolongado da seca, que tem impactado profundamente na produção de alimento no pomar e nos Quintais Produtivos. Apesar de disporem de um poço com água em abundância, no momento elas não dispõem do material necessário para fazer a irrigação das suas plantações. Essas situações nos mostram como as dinâmicas ambientais, financeiras, entre outras, tem relação direta com o funcionamento e autonomia da Associação. Mas, elas têm se mantido firmes, e esperam o inverno desse ano para plantar e colher seus mundos possíveis.

A partir das reflexões aqui tecidas, a Associação de Mulheres Girassol se configura como um espaço importante para as mulheres do campo no Território do Mato Grande. Por meio das lutas pela conquista do lote, pela criação da Associação, do uso da agroecologia como forma de produzir alimentos, de um feminismo como forma de organização social, e de uma Feira Agroecológica elas têm produzido capítulos importantes na nossa História. É sobre histórias que, muitas vezes, a História não conta. Desse modo, construir pontes entre o conhecimento histórico apresentado às nossas estudantes na educação básica e as experiências dessas mulheres pode contribuir significativamente para uma aprendizagem histórica que parta de outros referenciais, para pensar narrativas históricas em que as mulheres do campo aparecem como protagonistas de revoluções do mundo. Assim, fazem-se necessários olhares críticos diante da escrita de uma história que se pensa universal e neutra, mas que, na verdade, está reforçando os paradigmas das histórias únicas e as opressões sobre as mulheres.

3.3 Associação de Mulheres Girassol, caminhos possíveis para uma Aula de Campo no Ensino de História

Nas reflexões sobre a dimensão propositiva a ser apresentada ao ProfHistória, muitas ideias e outros temas me vieram à mente, mas eu queria produzir algo que tivesse relação direta com as experiências coletivas e comunitárias das mulheres do Território do Mato Grande. No entanto, ainda precisava fazer alguns recortes sobre qual seria essa experiência e o que, a partir dela, iria apresentar como produto educacional; afinal, há uma diversidade de mulheres e vivências nesse território que

daria para produzir vários materiais didáticos. Diante dessas encruzilhadas de possibilidades e escolhas, fui fazendo o exercício de rememorar momentos em que estive com algumas dessas mulheres. Nesses exercícios, encontrei uma memória do ano de 2010, quando estive pela primeira vez na Associação de Mulheres Girassol (Assentamento Modelo II – João Câmara/RN) para uma aula de campo.

Na época eu era aluna do curso Técnico em Cooperativismo do IFRN[74], *Campus* João Câmara/RN, e, em uma das disciplinas, o professor nos levou para conhecer as experiências dessas mulheres, que por meio de uma associação e de um lote de terra, estavam construindo práticas de base agroecológica em um pomar coletivo. Lembro o quanto foi marcante ver como elas tinham histórias tão significativas sobre as quais eu nunca tinha ouvido falar.

Tempos depois, em 2013, reencontrei essas mulheres no Fórum Territorial do Mato Grande[75] e, por meio do Comitê de Mulheres Tia Zizi[76], os laços foram se estreitando, assim como as aprendizagens se tornaram cada vez mais significativas. Até que, em 2023, tive a oportunidade de ser professora da Educação de Jovens e Adultos (EJA - Ensino Médio) no Assentamento Modelo II, onde a maioria das estudantes integrava a Associação. Foi uma das experiências mais marcantes que tive enquanto professora, diante da oportunidade de aprender mais sobre a história delas, da Associação e do Assentamento. Nessas aulas, sempre me inquietava pensar o quanto seria potente o encontro dessas mulheres com as alunas do território. Quantas experiências poderiam ser compartilhadas e o quanto essas mulheres teriam para ofertar à educação, e, mais especificamente, ao Ensino de História, através de suas narrativas, memórias e das práticas comunitárias que exercem em seus cotidianos. A imagem abaixo é de uma dessas aulas; na ocasião, apresentei algumas referências do Feminismo Negro e, a partir de algumas reflexões, elas foram compartilhando detalhes de suas vidas, suas histórias e lutas. Essa é aquela memória que aquece profundamente meu coração; foi uma das aulas mais emocionantes que tive em quase vinte anos de docência.

---

[74] Quando o IFRN, *Campus* João Câmara foi inaugurado, em setembro de 2009, foram ofertados dois cursos técnicos de nível subsequente, Informática e Cooperativismo. Hoje, o curso de Cooperativismo não existe mais no *Campus*, foi substituído pelo de Administração, tanto na modalidade integrada quanto na subsequente.

[75] Criado a partir de 2005 através do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), sendo um colegiado que vai compor o programa Territórios da Cidadania.

[76] Uma câmara técnica do Fórum Territorial do Mato Grande – FOMAG.

Figura 14: Aula na escola do Assentamento Modelo II

Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Caminhando pelas trajetórias de minha vida, em 2025, concluí um curso de Especialização em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido, também pelo IFRN, *Campus* João Câmara/RN. Nas reflexões sobre as temáticas para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), as narrativas das mulheres deste território sempre apareceram como uma possibilidade a partir da qual eu poderia pensar o Semiárido Potiguar no Território do Mato Grande. Em conversas com meu orientador, Professor Dr. Cleyton Lopes, apresentei uma proposta sobre as mulheres da Associação Girassol, e assim nasceu o TCC intitulado: “SEM FEMINISMOS NÃO HÁ AGROECOLOGIA, narrativas de vivências na Associação de Mulheres Girassol (Assentamento Modelo II - João Câmara/RN)”, defendido em março de 2025. Nesse estudo, apresento uma discussão articulando algumas perspectivas do feminismo e da agroecologia a partir das vivências dessas mulheres na Associação e no pomar coletivo. Foi um texto construído por meio de estudos que mobilizaram muitas memórias afetivas, potencializaram encontros, abraços, gargalhadas; um texto produzido, também, a partir dessas emoções. Acredito que ciência também se produz com emoção.

As narrativas acima, que caminham por alguns momentos de minha vida acadêmica, profissional e de militância, se entrelaçam com muitos momentos vivenciados com as mulheres Girassol. Desse modo, gostaria de apresentar uma dimensão propositiva em que as estudantes pudessem ter contato com elas e com suas práticas. Seria interessante levá-las à escola para falarem sobre suas experiências, mas acredito que a vivência no terreno de suas existências possibilitará uma aprendizagem mais significativa para as estudantes. Assim, nasceu a ideia de apresentar uma proposta de roteiro para uma Aula de Campo na Associação, por meio

de um Caderno de Orientações intitulado: “Mulheres que plantam colhem mundos possíveis, uma proposta de Aula de Campo no Ensino de história para estudantes do Ensino Médio”, direcionado a professoras de História do Ensino Médio. O material, pode ser adaptado para outras áreas do conhecimento, bem como para escolas em outros contextos sociais. Ele está disponível na 3ª seção desta escrita dissertativa.

Inserir Aulas de Campo em nossos planejamentos é sempre um desafio diante das estruturas materiais e financeiras que temos em nossas escolas, dentre as quais a falta de transporte é uma das principais barreiras. No entanto, acredito que, se ficarmos sempre nesse lugar de não tentar, os resultados serão sempre os mesmos; como nos lembra Paulo Freire (1996, p. 85): “Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível”. Nessa busca, podemos tentar fazer da Aula de Campo algo concreto em nossas práticas pedagógicas no Ensino de História. Assim, de acordo com Zoratto e Hornes (2014, p. 3), a Aula de Campo:

> [...] além de aproximar a teoria da realidade, vincula a leitura e a observação, situações e ações que, associadas à problematização e à contextualização encaminhadas pelo docente, ampliam a construção do conhecimento pelo aluno. Essas possibilidades permitem ao discente experimentar e desenvolver outras inteligências que nem sempre são contempladas e incentivadas na sala de aula.

É necessário, portanto, que, ao propor uma Aula de Campo, a professora compreenda que suas dinâmicas não se dão apenas na vivência do espaço em si. A Aula de Campo começa na primeira ideia, a partir da qual todo o itinerário é construído, perpassando por todos os momentos: o antes, o durante e o depois da vivência. Nesse percurso, a participação ativa das estudantes é fundamental. E como afirmam Zoratto e Hornes (2014), essa ferramenta didática tem uma contribuição importante para a superação da dicotomia entre teoria e prática, pois, nesse tipo de aula, ambas dialogam, propondo possibilidades concretas de oferecer às estudantes e professoras aprendizagens significativas e acesso a outras inteligências em qualquer área do conhecimento. No entanto, é necessário que a realidade a ser vivenciada seja problematizada e contextualizada durante todo o processo de planejamento e execução das aulas.

Partindo do contexto no qual a Aula de Campo que proponho é pensada, acredito que ela seja um instrumento importante para contribuir com a superação de várias questões que impactam as práticas pedagógicas no Ensino de História, dentre as quais podemos citar: a distância entre a teoria e a prática; o desânimo e a desmotivação das estudantes frente a um Ensino de História ainda muito marcado

pela prioridade da leitura e escrita em sala de aula; o pouco contato com a realidade na qual as estudantes estão inseridas; a percepção de produção do conhecimento histórico apenas a partir das narrativas de “grandes homens e grandes civilizações”, entre outras.

Dessa maneira, as Aulas de Campo podem aproximar os temas discutidos na sala de aula de contextos locais, nacionais e globais, pensando um Ensino de História que ofereça instrumentos didático-pedagógicos para o desenvolvimento da reflexão crítica e da autonomia das estudantes. Assim, as questões que apresento no Caderno de Orientações têm a intenção de possibilitar às estudantes a compreensão das continuidades e das permanências de processos históricos bem como tratar da invisibilidade e do apagamento das mulheres do campo das narrativas históricas que chegam às escolas da Educação Básica; a participação das mulheres do campo na Revolução Verde através de movimentos sociais e da agroecologia; e como essas experiências permitem a constituição de um feminismo que se relacione com os modos de vida das mulheres camponesas do Brasil e da América Latina. A partir dessas questões, a visita à Associação de Mulheres Girassol tem a intenção de compreender como as mulheres do Território do Mato Grande também participam desses processos através de práticas coletivas e agroecológicas, aproximando as teorias vistas em sala de aula das realidades vivenciadas pelas estudantes. Nessa perspectiva, para Araujo, Aquino e Lima (2024, p. 1962):

> [...] a aula de campo é uma ferramenta de grande valia no ensino da Geografia e História, pois possibilita que o processo de ensino e aprendizagem dos alunos se torne mais efetivo. Visto que na maioria das vezes os estudantes se sentem atraídos por esse tipo de aula, pelo fato de saírem da rotina e explorarem variados ambientes. Logo, a aula de campo enriquece o conhecimento prático do alunado.

Desse modo, a vivência na Associação também pode contribuir para a quebra de rotina na sala de aula, que muitas vezes desmotiva até as professoras. Nesse contexto, é importante salientar que, para a elaboração do Caderno de Orientações com a proposta de roteiro da Aula de Campo, foi necessário consultar e analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, assim como o Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, tendo em vista a necessidade de refletir e fazer escolhas diante dos objetos de conhecimento a serem abordados e quais competências e habilidades seriam mobilizadas durante as aulas. O processo também foi construído a partir das minhas inquietações diante das realidades que

venho vivenciando enquanto professora e da participação ativa das mulheres da Associação.

Diante disso, se bem planejada e articulada, a Aula de Campo pode oferecer imensas possibilidades de ensino e aprendizagem para as professoras de História. Na busca pela ampliação do conhecimento e do desenvolvimento de outras inteligências e formas de aprender, que nem sempre são possíveis em sala de aula, esse tipo de aula possibilita o envolvimento e a mobilização de todos os sentidos para vivenciar a experiência, contestando o império da visão como o sentido humano mais importante. Assim, para pensar os sentidos e sensações da Aula de Campo, trago o conceito da cosmopercepção, sobre o qual Oyèrònké Oyewùmí discorre:

> O termo “cosmopercepção” é uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais. (...) usada ao descrever os povos iorubás ou outras culturas que podem privilegiar sentidos que não sejam o visual ou, até mesmo, uma combinação de sentidos. (2021, p. 29).

Assim, as estudantes podem ser instigadas a perceber os lugares e os espaços a partir da convergência de todos os sentidos (tato, olfato, paladar, visão e audição), além de questões que possam envolver experiências extrassensoriais, como a espiritualidade e ancestralidade. Para turmas que tenham estudantes com deficiência, a cosmopercepção contribui para que elas possam ter uma experiência mais inclusiva em uma Aula de Campo, ou em qualquer outra aula, potencializando a experiência a partir de outros referenciais que não sejam apenas a visão. No entanto, é necessário compreender que para tornar essas experiências possíveis não depende apenas da figura da professora; nós não temos o poder de mudar o mundo sozinhas. É importante o engajamento de toda a equipe escolar (coordenadoras, professoras de Educação Especial, cuidadoras) e, não menos importante, da turma, tendo em vista que uma escola inclusiva não pode centralizar o discurso ou as práticas apenas nas estudantes com deficiência; essa é uma caminhada que se faz coletivamente. Ainda de acordo com Zoratto e Hornes (2014, p. 8)

> É perceptível que a Aula de Campo favorece maior proximidade entre alunos e educador, isso se viabilizando através de conversas durante a caminhada, relatos sobre observações, curiosidades por parte dos alunos, intervenções realizadas pelo docente. O ambiente distinto da sala de aula também contribui para a superação de estereótipos entre os envolvidos, pois é possível que os alunos consigam perceber um professor mais acessível, humano, assim como alunos melhor se revelarem ao grupo; por vezes alunos introvertidos ou mais resistentes a participar da aula se apresentam mais leves, abertos ao diálogo, e o professor encontra aí uma oportunidade de se aproximar, criar algum vínculo, uma via de comunicação embasada no respeito e na confiança, via que poderá depois se fortalecer em sala de aula.

Na elaboração e na prática da Aula de Campo, a professora é um ser envolvente em todos os sentidos possíveis, tendo em vista que é a pessoa responsável - mas não sozinha - por planejar, por articular e fazer, de fato, a aula acontecer. Nesses processos, também há a oportunidade de se aproximar mais das estudantes. Eu sei que nossas relações em salas de aulas nem sempre são amistosas; afinal, estamos lidando com seres humanos que são contraditórios e controversos, o que requer de nós uma postura crítica, madura e flexível, características que também não são fáceis diante dessas realidades. Mas, como colocam Zoratto e Hornes (2014), Aulas de Campo podem estreitar vínculos, promover diálogos e nos permitir conhecer nossas turmas por outras perspectivas que apenas a sala de aula não tem como nos oferecer.

Partindo das perspectivas apresentadas e discutidas anteriormente, o Caderno de Orientações contém, inicialmente, algumas discussões teóricas sobre os temas que serão abordados ao longo das aulas, lembrando que a Aula de Campo é a junção de todos os momentos, e não apenas da vivência da aula em si. Nessas discussões, são analisados os conceitos de Feminismo Camponês e Popular, Agroecologia e sua relação com a atuação das mulheres na Revolução Verde, a partir da década de 1960, no Brasil. Também há uma discussão sobre a Aula de Campo como um instrumento pedagógico importante para o Ensino de História diante dos contextos tão complexos que vivenciamos em sala de aula.

Para a construção do roteiro em si, lembrando que é uma proposta e não é algo fixo e definitivo, foi necessário seguir alguns passos, os quais podem ser descritos da seguinte forma: o planejamento, que precisa ser um movimento presente em todos os processos, mas que inicialmente envolve a organização das aulas teóricas, os procedimentos para a questão do transporte, autorizações, informações sobre a Associação, as competências e habilidades a serem articuladas nas aulas, algumas sequências didáticas, a questão da inclusão e acessibilidade, e orientações para as atividades que serão desenvolvidas nas aula seguintes. Esse planejamento é fundamental para que as estudantes possam compreender, de fato, quais são os objetivos da aula e construir as pontes entre as discussões teóricas e as experiências vivenciadas na Aula de Campo. Lembrando que é importante, se possível, que esses passos sejam construídos coletivamente.

Ainda sobre o planejamento, o roteiro discute a importância de uma visita prévia ao lugar, diante da necessidade de compreender as dinâmicas das aulas e do espaço

para, assim, organizar o percurso da melhor forma possível, levando em consideração a realidade da turma. No meu caso, já estive algumas vezes na Associação visitando ou desenvolvendo estudos, mas, para a construção desse roteiro especificamente, senti que precisava conversar com as mulheres com o objetivo de sentir e perceber o lugar a partir das leituras que já tinha feito e das experiências com minhas turmas, e refletindo com elas as melhores formas de executar a aula.

Figura 15: Alpendre de Dona Rita – Assentamento Modelo II

Fonte: Arquivo pessoal (2026).

A imagem acima mostra um dos momentos no alpendre de Dona Rita em que estávamos discutindo sobre a realização da Aula de Campo. Conversamos sobre qual seria o melhor percurso e quais aspectos da Associação poderiam ser abordados a partir das experiências dela. Encontrar essas mulheres é sempre um momento de muito afeto, de gargalhadas que contagiam, de abraços que acolhem e de conversas que nos fortalecem. Essas sensações também são aprendizados fundamentais para tornar as nossas aulas um lugar de movimentos de vida possíveis. O corpo dessas mulheres é território ancestral que se transformam em formas de gestar o impossível a partir da terra, do plantio e da colheita. São possibilidades de também compreender o passado através de suas experiências. Um Ensino de História que consiga mobilizar essas cosmopercepções entre teoria e prática está abrindo uma fresta nos muros de uma educação que precisa de movimento, de circularidade, de vida.

Figura 16: Visita ao pomar coletivo da Associação de Mulheres Girassol

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2026).

Aproveitando o momento, fomos ao pomar da Associação para conversar sobre os percursos a serem realizados nesse espaço. Atualmente, não há quase nenhuma produção em função do período de poucas chuvas que estamos enfrentando; apesar do poço que tem água em abundância e poderia ser usado para a irrigação, a falta de alguns equipamentos impactam a concretização desses processos. Mas é fato que, sempre que vou a esse lugar, me sinto renovada; a mata e aquelas mulheres são de uma encantaria que renova a vida.

Assim, pude construir com mais senso de realidade o roteiro que apresento no Caderno. Desse modo, o próximo passo é a vivência da Aula de Campo, que na proposta contém questões como horário de saída, o percurso a ser realizado na Associação e o retorno, lembrando que tudo foi construído levando em consideração a minha realidade de professora na cidade de João Câmara/RN. Isso requer que professoras de outros municípios se organizem diante de seus contextos.

Após a vivência da Aula de Campo, o próximo passo é compartilhar os saberes e conhecimentos adquiridos e avaliar os processos. Assim, as estudantes, a partir de orientações prévias, irão dialogar sobre as conexões que conseguiram estabelecer entre as discussões teóricas em sala de aula e a vivência prática na Associação. Na proposta, apresento algumas possíveis atividades que podem ser desenvolvidas, mas

podem ser propostas outras dependendo do contexto da turma. Por último, mas não menos importante, é necessário organizar um momento para a avaliação de todo o percurso das aulas; é imprescindível que as estudantes participem ativamente dessa ocasião, o que oportunizará a elaboração de críticas que irão contribuir para a melhoria de experiências futuras.

Partindo dessas perspectivas, o roteiro é um instrumento indispensável à organização da Aula de Campo, tendo entre os seus objetivos: organizar o tempo das atividades a serem realizadas; direcionar os objetivos da aula para que as estudantes compreendam os processos; possibilitar a conexão entre teoria e prática; além de garantir que a atividade não seja apenas um passeio. No caso específico do roteiro apresentado como dimensão propositiva deste estudo, ele está inserido dentro de um Caderno de Orientações para facilitar a compreensão por parte das professoras quanto à sua dimensão pedagógica, suas bases epistemológicas e suas possibilidades práticas. Mas, como já mencionado anteriormente, ele é um convite à reflexão e não uma proposta fechada em si.

Na elaboração das questões que apresento, tanto no Caderno de Orientações quanto nesta escrita dissertativa, alguns pontos sempre estiveram presentes. Dentre eles estão o pensamento de um Ensino de História que leve em consideração o pensamento crítico e reflexivo, e que possibilite o exercício de modos de educação em que a prática da liberdade seja constante em seus processos. Diante dessas perspectivas, a pedagogia engajada de bell hooks pode ser um caminho possível para a prática da reflexão, da crítica e da liberdade, compreendendo que o ensino não é um espaço neutro; afinal, educar é um ato político, de escolhas e de silenciamentos. De acordo com hooks (2017, p. 28):

> A educação progressiva e holística, a “pedagogia engajada” é mais exigente do que a pedagogia crítica ou feminista convencional. Ao contrário dessas duas, ela dá ênfase ao bem-estar. Isso significa que os professores devem ter o compromisso vivo com um processo de autoatualização que promova seu próprio bem-estar. Só assim poderão ensinar de modo a fortalecer e capacitar os alunos.

Desse modo, precisamos ser professoras que pensem sobre nossas práticas na busca pela autoatualização, assim como nos lembra Freire (1996, p. 43): “Ensinar exige reflexão”. As professoras de História precisam levar em consideração as dinâmicas do tempo presente e as opressões estruturais da nossa sociedade, como racismo, machismo, desigualdades sociais e capacitismo, entre outras. Essas questões estruturais que atravessam as nossas salas de aula, se não forem refletidas

criticamente, acabam por reforçar os sistemas de dominação existentes, minando as possibilidades de uma educação como prática da liberdade. Para hooks (2017, p. 35):

> Quando a educação é prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo. Esse fortalecimento não ocorrerá se nos recusarmos a nos abrir ao mesmo tempo em que encorajamos os alunos a correr riscos.

Em tempos de tantas opressões e complexidades, a educação como prática da liberdade parece um sonho distante que se perde nos horizontes de nossas práticas pedagógicas. Mas precisamos recuperar as nossas vontades e esperançar um mundo melhor, apesar de tudo. Nessa perspectiva, as Aulas de Campo podem ser um caminho possível para contribuir como esse processo de libertação, de romper com a dicotomia entre teoria e prática e de contar outras histórias. É uma forma de possibilitar que outras histórias sejam contadas, rompendo as cercas do império das histórias únicas e ensinando a transgredir as regras da produção de um conhecimento histórico em que somos praticamente esquecidas. Para isso, é necessário que as professoras sejam transgressoras dos sistemas de dominação vigentes, construindo práticas pedagógicas que façam frente a essas estruturas, plantando sonhos no solo fértil dos mundos possíveis.

4 DIMENSÃO PROPOSITIVA: Mulheres que plantam colhem mundos possíveis, uma proposta de Aula de Campo no Ensino de História para estudantes do Ensino Médio

Nesta seção da dissertação, apresentaremos o Caderno de Orientações intitulado “Mulheres que plantam colhem mundos possíveis, uma proposta de Aula de Campo no Ensino de História para estudantes do Ensino Médio”. Esse material é oriundo de muitas reflexões, incômodos, indagações e esperanças de uma professora negra que tem encontrado, no Ensino de História, possibilidades para práticas pedagógicas que dialoguem com as experiências coletivas de mulheres do Território do Mato Grande. O Caderno tem a intenção de oferecer caminhos teóricos-metodológicos para professoras de História no desenvolvimento de uma Aula de Campo na Associação de Mulheres Girassol (Assentamento Modelo II, João Câmara/RN), com o objetivo de construir diálogos entre as experiências de luta dessas mulheres, o Feminismo Camponês e Popular e a agroecologia. A partir desses diálogos, faz uma relação com os desdobramentos da Revolução Verde, que, desde a década de 1960, vem modificando profundamente o cenário rural brasileiro. Desse modo, espera-se que as alunas possam construir análises sobre como as mulheres do campo possuem histórias potentes para contar e como essas histórias são frequentemente invisibilizadas no Ensino de História.

Gostaria de ressaltar que a escolha deste Caderno como dimensão propositiva não foi minha primeira opção, apesar de as temáticas que o envolvem serem praticamente as mesmas. No entanto, sempre que refletia sobre essa escolha, sentia a necessidade de construir uma possibilidade pedagógica em que tanto as professoras quanto as alunas pudessem transpor os muros da escola. Que seus sentidos fossem mobilizados em todas as suas dimensões para sentir a experiência a ser vivida e que pudessem construir relações mais próximas com o lugar em que vivem. A Associação de Mulheres Girassol é um lugar para ser sentido, seja pelas palavras corajosas e fortes de Dona Rita e Dona Nenê, pelos abraços que acolhem, pelas ventanias que ressoam no pomar, seja no chão da Associação, que guarda os passos fortes de mulheres que desafiam as opressões, reencantando o mundo com suas existências.

Importante salientar que, assim como as dinâmicas pessoais e sociais, essas mulheres também têm suas contradições, afinal, a vida em si é contraditória, e a

proposição da Aula de Campo também parte desse entendimento. É sobre possibilitar às estudantes a oportunidade de construir análises críticas diante das realidades em que estão inseridas, além de perceber como os objetos do conhecimento, que foram mobilizados como tema das aulas teóricas, dialogam ou não com a realidade dessas mulheres. A partir desse processo, construir aprendizagens históricas significativas.

Inicialmente, esse Caderno foi pensado para as professoras de História das escolas do Território do Mato Grande que estão sob a jurisdição da 16ª DIREC[77]. Segundo dados do Monitoramento da Educação da Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Norte[78], a 16ª DIREC teve, em 2025, um total de 4.828 (quatro mil, oitocentos e vinte e oito) estudantes matriculadas, distribuídas em 17 (dezessete) escolas, localizadas nos municípios de João Câmara, Poço Branco, Bento Fernandes, Jardim de Angicos, Pedra Preta, Jandaíra, Parazinho, Pedra Grande, São Bento do Norte e Caiçara do Norte; todos pertencentes ao Território do Mato Grande.

Dessas escolas, apenas uma oferece somente o Ensino Fundamental - Anos Iniciais. As demais ofertam Ensino Fundamental - Anos Finais (regular e Educação de Jovens e Adultos), Ensino Médio (regular, integral, profissionalizante e Educação de Jovens e Adultos). A rede também conta com turmas da alfabetização ao Ensino Médio em espaços não escolares[79], como em associações, residências localizadas em comunidades rurais e assentamentos da Reforma Agrária. Sobre as professoras, os dados mostram que, em 2025, havia um total de 367 (trezentas e sessenta e sete) professoras distribuídas no Ensino Fundamental e Médio, entre as quais se encontram as professoras de História.

Diante dos dados apresentados acima, observa-se que em praticamente todas as escolas há oferta do Ensino Médio. Assim, o Caderno de Orientações apresenta amplas possibilidades de se constituir como um aliado nos planejamentos e práticas pedagógicas das professoras de História desses espaços. No entanto, é importante destacar que apesar de haver um direcionamento sobre o tema da Aula de Campo,

---

[77] A 16ª Diretoria Regional de Educação e Cultura é um órgão da Secretaria do Estado da Educação, e do Lazer – SEEC, com sede da cidade de João Câmara/RN. É responsável por acompanhar, orientar e apoiar as escolas da sua jurisdição.

[78] Para saber mais consultar: https://sigeduc.rn.gov.br/sigeduc/public/transparencia/pages/home/portal.jsf. Acesso em 07 de jan. de 2026.

[79] A Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de descentralizar a educação e oferecer mais ofertas de matrículas para atender outros espaços que não sejam apenas as escolas, utiliza espaços não escolares como centros comunitários, sistemas prisionais, espaços culturais, em zonas urbanas e rurais com foco na Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio.

sua proposta para o roteiro pode ser adaptada às realidades de escolas públicas e privadas de todo o país.

Para a construção deste Caderno de Orientações, utilizou-se o site *Canva*, que oferece funcionalidades interessantes para que professoras possam produzir materiais didáticos. Além do site, há disponibilização de aplicativos para dispositivos móveis (notebook, celular, tablet), facilitando o acesso, o que facilita o acesso tanto às funcionalidades quanto à elaboração dos materiais. Para professoras que comprovarem vínculo institucional, há o *Canva Education*[80], com todas as funcionalidades disponibilizadas gratuitamente.

O Caderno de Orientações conta com algumas discussões sobre a participação das mulheres na Revolução Verde (a partir da década de 1960 no Brasil), sobre a agroecologia, sobre o Feminismo Camponês e Popular e sobre a metodologia de Aula de Campo. O roteiro para a Aula de Campo foi construído de forma coletiva com as mulheres da Associação de Mulheres Girassol, tendo em vista que a aula é sobre o lugar em que habitam, e, nesse estudo, elas aparecem, também, como produtoras de conhecimentos e saberes. O roteiro foi pensado a partir de alguns pontos considerados essenciais, os quais são: planejamento, execução da Aula de Campo, compartilhamento de saberes e aprendizagens e avaliação, considerando os momentos antes, durante e depois da aula em si.

No planejamento estão incluídas informações que vão desde os objetivos até os planos de aula pensados para os momentos anteriores à visita à Associação. Na execução, foram incluídas questões que envolvem o percurso da Aula de Campo em si. Os dois pontos posteriores, que são o compartilhamento de saberes e a avaliação, são indispensáveis para completar o ciclo iniciado desde a primeira ideia de realização da aula. Esse material ficará disponível virtualmente, em formato de *ebook*, no *site* oficial do ProfHistória[81], assim como no Repositório Institucional da UFRN[82], para que possa ser acessado com maior facilidade pelas professoras de História e de outras áreas do conhecimento. Além disso, será encaminhada uma cópia para as escolas acima citadas, como uma forma de fazer o conhecimento produzido circular e chegar

[80] Mais informações disponíveis em: https://www.canva.com/pt_br/educacao/. Acesso em 11 de jan. de 2026.

[81] Mais informações disponíveis em: https://site.profhistoria.com.br/. Acesso e 11 de jan. de 2026.

[82] Mais informações disponíveis em: https://repositorio.ufrn.br/collections/208c2f37-81f9-44b5-a33e-79d18e33fa63. Acesso em 11 de jan. de 2026.

às escolas da Educação Básica. Chegar a quem de fato essa dimensão propositiva se destina, não faz sentido produzir um material didático se ele vai ficar apenas nos domínios da academia. As pontes precisam ser construídas entre a universidade e a escola, mas não como se a universidade fosse o único lugar de produção de conhecimentos, mas como espaços que podem dialogar para a produção de outras epistemologias possíveis, que impactem positivamente a vida de estudantes e professoras.

Essa dimensão propositiva, que apresento nas encruzilhadas epistêmicas do tempo presente, não tem a pretensão de resolver sozinha as opressões de gênero, raça, classe e outros marcadores que atravessam a vida das mulheres do campo, a produção de conhecimento nas universidades e as nossas práticas pedagógicas em sala de aula. É muita estrutura para esta escrita, que sopra ventanias de esperança, dar conta. Aqui lanço um convite à inquietação, à reflexão e ao ato de sonhar sonhos possíveis, plantando sementes nos roçados de nossas teorias e práticas no Ensino de História. É sobre uma geração neta que está escrevendo outras histórias sobre vozes que foram caladas, que permanecem engasgadas nas gargantas, como nos fala Conceição Evaristo. É a esperança de quem sonha mundos possíveis a partir de seu reencantamento e de sua reinvenção. E sonhos potentes a gente sonha coletivamente. Então se achegue... Venha sonhar comigo também.

PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Mulheres que plantam colhem mundos possíveis, uma proposta de Aula de Campo no Ensino de História para estudantes do Ensino Médio

Prof. Ana Paula de Lima Silva
Prof. Orientadora: Margarida Maria Dias de Oliveira

CADERDO DE ORIENTAÇÕES

Dimensão propositiva (produto educacional) para a obtenção do título de Mestra em Ensino de História

Mestranda: Ana Paula de Lima Silva
Orientadora: Drª Margarida Maria Dias de Oliveira
Edição: Ana Paula de Lima Silva
Recurso de edição: Canva
Imagens da capa: Elizabeth Teixeira e Margarida Alves

Mulheres que plantam colhem mundos possíveis, uma proposta de aula de campo no Ensino de história para estudantes do Ensino Médio

Natal/RN
2026

PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

Ana Paula de Lima Silva

Mulheres que plantam colhem mundos possíveis, uma proposta de aula de campo no Ensino de História para estudantes do Ensino Médio

Dimensão propositiva (produto educacional) apresentada a Banca de Defesa do Programa de Pós--Graduação a nível de Mestrado em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito obrigatório para a obtenção do título em Mestra em Ensino de História.

Área de Concentração: Ensino de História

Orientadora: Drª Maragarida Maria Dias de Oliveira

Natal/RN

2026

APRESENTAÇÃO

Primeiramente, peço a benção às minhas mais velhas e licença às mais novas para apresentar, com muito afeto e imbuída de uma vontade política e amorosa, o Caderno de Orientações "Mulheres que plantam colhem mundos possíveis, uma proposta de Aula de Campo no Ensino de História para estudantes do Ensino Médio". Este caderno é apresentado como a dimensão propositiva - uma colheita dos estudos plantados e cuidados no Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - como parte essencial da dissertação "Mulheres que plantam colhem mundos possíveis: uma proposta de Aula de Campo para o Ensino de História na Associação de Mulheres Girassol (Assentamento Modelo II – João Câmara/RN)", sob orientação da Professora Drª Margarida Maria Dias de Oliveira. Este é um material construído para as professoras de História do Ensino Médio, no entanto, suas proposições podem ser adaptadas para os Anos Finais do Ensino Fundamental e para a Educação de Jovens e Adultos, assim como para outras áreas do conhecimento.

Também gostaria de frisar que este é um material que tem a pretensão de construir diálogos possíveis entre um Ensino de História que discuta as relações entre a atuação das mulheres na Revolução Verde, a agroecologia e o Feminismo Camponês e Popular, numa proposição de atividades e um roteiro de Aula de Campo pensada para ser vivenciada na Associação de Mulheres Girassol, localizada no Assentamento Modelo II, na cidade de João Câmara/RN. É um material que pode ser adaptado para outros contextos em que as mulheres rurais - do campo, das águas, das florestas, dos mares, das periferias, dos territórios desse país - estão gestando mundos possíveis através da organização coletiva e da luta contra as opressões que atravessam seus corpos e adoecem suas mentes. Estão na luta por um campo livre e soberano, sendo a contramão de um mundo que tenta a todo custo negar as suas existências.

Nessa perspectiva, este Caderno de Orientações apresenta possibilidades pedagógicas para que as professoras possam ter acesso a caminhos possíveis para um Ensino de História comprometido com o antissexismo, com o antirracismo e com o combate às opressões que atravessam a vida das mulheres que vivem nas zonas rurais. Essa é uma forma de mostrar como elas também estão sendo protagonistas das revoluções do mundo; seja através de uma Associação, de um pomar coletivo ou de uma feira agroecológica, elas têm contribuições relevantes para nossas estudantes e para o Ensino de História.

SUMÁRIO

1. **Feminismo Camponês e Popular, Agroecologia e Ensino de História, caminhos possíveis para contar histórias de mulheres do campo**.....06

2. **Aula de Campo no Ensino de História, diálogos possíveis entre teoria e prática**.....15

3. **Trajetórias possíveis para uma Aula de Campo na Associação de Mulheres Girassol**.....18

4. **Compartilhando saberes e aprendizagens**.....35

5. **É momento de avaliar**.....38

6. **Plantando sonhos para colher mundos possíveis**.....39

7. **Referências**.....40

Feminismo Camponês e Popular, Agroecologia e Ensino de História, caminhos possíveis para contar histórias de mulheres do campo

As imagens que estão na capa deste Caderno de Orientações são de duas grandes mulheres paraibanas, nordestinas, do campo. Margarida Maria Alves, trabalhadora rural e sindicalista, teve sua vida ceifada pelas mãos violentas de latifundiários da região onde morava, em Alagoa Grande/PB, na porta de sua casa, na frente do seu marido e filho, em agosto de 1983. Margarida tornou-se símbolo de luta das mulheres do campo, das florestas, das águas e das periferias. Não imaginavam que tantas Margaridas brotariam em um país em que as vidas das mulheres, principalmente negras e aquelas que não estão nos centros hegemônicos de poder, são atravessadas por tanta violência, silenciamento e epistemicídio dos seus saberes. Margarida vive em cada mulher que se levanta e luta; como ela mesma gostava de dizer "é melhor morrer na luta do que morrer de fome". Sua história está intrinsecamente ligada a movimentos de resistência frente aos conflitos de terra que ainda tornam o campo, no Brasil, um lugar violento para homens e mulheres.

A Marcha das Margaridas teve sua primeira edição em agosto do ano 2000, e acontece a cada 04 anos reunindo mulheres de todas as regiões do Brasil e de alguns países da América Latina. A última edição foi em 2023, que contou inclusive com participação de vários países do mundo. As mobilizações para a próxima Marcha, que se realizará em agosto de 2027, já foram iniciadas. Para mais informações, acessar: https://www.marchadasmargaridas.org.br/.

Cartaz de divulgação da Marcha das Margaridas 2023.
Fonte: Google imagens (2026).

A outra mulher é Elizabeth Teixeira, "a mulher marcada para viver", que em 2025 completou cem anos de vida. Símbolo de resistência e de luta pela terra, fundou, juntamente com seu marido João Pedro Teixeira, a Liga Camponesa de Sapé (Paraíba) na década de 1950, movimento que se tornou um marco na luta pela Reforma Agrária no Brasil. Teve seu marido morto, também, pelas mãos de latifundiários da região em 1961, mas decidiu continuar a luta. Mesmo perseguida pela Ditadura Militar e separada de suas filhas, não abandonou os sonhos de um campo livre, com direito à terra para trabalhar, com educação e sem violência. Elizabeth é símbolo de resistência e continuidade; é esperança que se mantém viva em seus olhos mesmo depois de tantos desafios enfrentados. Assim, Elizabeth vive em cada camponesa, em cada trabalhadora rural agricultora que luta por Reforma Agrária nesse país.

Cartaz do filme: Cabra marcado para morrer
Fonte: Google imagens (2026).

Cabra marcado para morrer é um filme de Eduardo Coutinho, de 1984. Narra a vida de João Pedro Teixeira, líder da Liga Camponesa de Sapé, que foi assassinado em 1962. O filme teve suas gravações iniciadas em 1964, mas foi interrompido devido a repressão da Ditadura Militar, sendo retomado durante os processos de redemocratização do Brasil, a partir da década de 1980. A figura de Elizabeth Teixeira é central e costura todo o enredo do filme. Filme disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DAPs2Jw6R3k.

Trouxe ambas, Margarida Alves e Elizabeth Teixeira, para iniciar essa conversa pensando em suas ausências em minhas formações. Não as conheci durante o ensino básico, assim como na graduação em História, e por muito tempo não as reconheci em minhas práticas pedagógicas como professora de História. Isso fala muito sobre como as sujeitas históricas que estão situadas em contextos rurais são apagadas e silenciadas nos conhecimentos e saberes acadêmicos que atravessam as nossas formações e chegam, através de nossas práticas pedagógicas, às escolas. Começo a conhecê-las nas caminhadas das lutas feministas do meu território, com outras mulheres que têm histórias tão potentes quanto as delas, com narrativas que não chegam às escolas e não têm chegado com a força necessária às universidades.

Assim, o conhecimento acadêmico, por muito tempo, privilegiou, e ainda privilegia, um tipo de saber que não considera pessoas como Margarida e Elizabeth produtoras ou protagonistas de narrativas que dialogam com a história do nosso país e do mundo. O que acaba repercutindo na construção dos currículos e dos conteúdos do Ensino de História na Educação básica. Ou seja, apesar das imensas contribuições para a história do Brasil, suas narrativas não couberam na escrita e nem no ensino de uma história tão marcada pelo racismo, pelo sexismo, entre outros marcadores de opressão.

E, pensando em minhas trajetórias, nas formas como compreendo minha escrita, e numa necessidade política e afetuosa de contribuir para a construção de narrativas contra hegemônicas que coloquem as mulheres nos centros dos debates e análises históricas, este Caderno de Orientações está sendo escrito numa linguagem feminina. Assim, quando eu me referir à professora, à estudante ou à aluna no feminino, estou, na verdade, fazendo um convite aos demais gêneros, ou àquelas pessoas que não se identificam com nenhum gênero, a pensar a linguagem de outras formas. Eu sou uma mulher negra que tem compreendido a responsabilidade de se reconhecer nesse lugar; as nossas buscas e anseios são por outros marcos de sociabilidade, e a linguagem, portanto, também precisa ser questionada nesse lugar da suposta neutralidade e universalidade. Sobre isso, Angela Figueiredo nos diz que:

> [...] cabe destacar a emergência de um novo vocabulário que questiona as regras gramaticais, em que o sujeito neutro é masculino, e que adota o neologismo como uma prática cotidiana de resistência e ressignificação da experiência. Desse modo é que sujeitas mulheres negras emergem no contexto atual, subvertendo regras [...]. (2023, p. 151).

É subvertendo um pouco as regras que escrevo dessa forma. Minha intenção não é substituir uma opressão por outra; sei que ainda precisaremos de muitas transformações na Língua Portuguesa para que ela, de fato, caiba a todes. É uma das maneiras pelas quais questiono essa estrutura, afinal, quando falamos sobre linguagem, estamos falando sobre relações de poder. Desse modo, é uma escolha política, pois minha escrita não é, nem tem a pretensão de ser, neutra ou universal. É apenas uma das maneiras pelas quais sinto o mundo. Assim, estou, através dessa escrita, lhe convidando a sentir o mundo de outras formas também

Capa do livro Ensinando a Transgredir da bell hooks
Fonte: Google imagens (2026).

Uma dica de leitura para pensar a dimensão da língua e da linguagem a partir dos contextos em vivemos temos o capítulo II (A língua) do livro Ensinando a transgredir: Educação como prática da liberdade, da bell hooks, publicado no Brasil pela editora WMF Martins Fontes (2017).

A outra dica para refletir sobre a linguagem dentro dos processos de colonizações europeias, é o capítulo I (A linguagem e o negro) do livro Pele Negra, Máscaras Brancas, de Franz Fanon, publicado pela editora Ubu (2020).

Capa do livro Pelo negra, máscaras pretas de Franz Fanon
Fonte: Google imagens (2026).

E, pensando na construção de práticas pedagógicas no Ensino de História que possam contribuir para olhares diversos sobre a produção historiográfica, contestando esse lugar das grandes narrativas, trago o Feminismo Camponês e Popular e a agroecologia como possibilidades de análises e discussões sobre o protagonismo, estruturalmente negado, das mulheres do campo frente às mudanças provocadas pela Revolução Verde no Brasil. Assim, para a proposta deste Caderno, que tem como finalidades apresentar orientações para uma Aula de Campo na Associação de Mulheres Girassol (Assentamento Modelo II - João Câmara/RN), estou pensando nas mulheres do campo - aquelas que não se encontram nos centros urbanos, que muitas vezes não têm a oportunidade de chegar aos bancos das universidades. São mulheres para quem as violências de gênero e raça são mais perversas diante dos silenciamentos impetrados pelo patriarcado e pelo racismo no campo, mas que estão, a seus modos, plantando sonhos no campo e colhendo mundos possíveis.

La Via Campesina
Fonte: Google imagens (2026).

No que se refere ao Feminismo Camponês e Popular, a sua construção enquanto conceito e movimento organizado de mulheres se dá entre os anos de 2009 e 2010, a partir da atuação de mulheres negras, indígenas e camponesas na Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC). A CLOC é uma rede continental que faz parte da Via Campesina e representa os movimentos camponeses, operários, indígenas e afrodescendentes, com mais de 30 anos de atuação na América Latina e Caribe. No Brasil, o Feminismo Camponês e Popular começa a ser gestado através do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) por volta de 2015, quando o MMC inicia as discussões sobre um feminismo que dialogasse com as vivências e a diversidade de mulheres que o compõem (pescadoras, trabalhadoras rurais, sem-terra, agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, atingidas por barragens e outros povos e comunidades tradicionais, com modos de vida diversos). Mas é a partir de 2017 que essas mulheres começam a utilizar o termo Feminismo Camponês e Popular com mais firmeza. Assim, de acordo com Michela Calaça (2023, p. 22) esse feminismo,

> [...] surgiu da junção de muitas camponesas que têm ampla participação política em seus países: mulheres que representam outras mulheres que, às vezes, nunca saíram de suas comunidades; mulheres que viajam o mundo lutando para que todas possam participar da construção do seu próprio destino. Esse feminismo constrói seu sentido quando as mulheres participam das lutas, das direções das ações e das organizações, da construção coletiva das formas de pensar e dos projetos dos movimentos.

Desse modo, o Feminismo Camponês e Popular é uma construção coletiva, uma experiência comunitária de mulheres em permanente discussão, tendo em vista a diversidade de mulheres que se encontram no campo e seus modos de vida. No entanto, como enfatiza Calaça, a participação política dessas mulheres foi e é fundamental para que esse feminismo possa dar sentido às suas lutas.

No que tange à vivência do Feminismo Camponês e Popular, de acordo com Almeida e Jesus (2020, p. 76), ele está relacionado:

> [...] com as nossas próprias vidas no campo, nosso trabalho nas especificidades em ser do campo. Por isso sustentamos que Feminismo Camponês e Popular é o respeito ao nosso modo de vida, baseado no projeto de agricultura camponesa e agroecológica e que busca construir as bases para uma sociedade sem classes, uma sociedade

> socialista e feminista. A luta por autonomia econômica e o reconhecimento do nosso trabalho, nesse sistema, são partes primordiais na construção do nosso feminismo e de nossa libertação.

A dimensão do trabalho é algo importante para o Feminismo Camponês e Popular. Dessa maneira, o respeito pelos modos de vida no campo é imprescindível, sendo a agricultura camponesa e a agroecologia instrumentos fundamentais na busca pela autonomia econômica e pelo reconhecimento do trabalho das mulheres no espaço rural. Outra questão importante, quando se fala sobre essa perspectiva feminista, é que a elaboração do conceito em si não surge do vazio, mas das experiências comunitárias dessas mulheres, que há muito tempo vêm lutando pela manutenção e pelo respeito aos seus saberes ancestrais e tradicionais na lida com a terra, com a natureza e com suas irmãs. Assim, o Feminismo Camponês e Popular, que é recente em nossa literatura, parte da diversidade de lutas e práticas de mulheres que fazem do campo um modo de existência há muito tempo.

Capa do livro Feminismo Camponês e Popular
Fonte: Google imagens (2026).

O livro Feminismo Camponês e Popular: reflexões a partir do Movimento de Mulheres camponesas, resultado do esforço coletivo de militantes e estudiosas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), é uma excelente leitura para compreender a construção coletiva do Feminismo Camponês e Popular. Composto por vários textos, procura analisar e refletir sobre a construção histórica do MMC e dessa perspectiva feminista a partir das vozes das mulheres do campo. Obra completa, disponível em: https://expressaopopular.com.br/livraria/9786587389028feminismo-campones-popular-reflexoes-a-partir-de-experiencias-no-movimento-de-mulheres-camponesas/.

A partir dessas perspectivas, estamos apresentando uma outra possibilidade de análise histórica que dialoga com o Feminismo Camponês e Popular e com as vivências das mulheres do campo, que é a agroecologia, e como ela se relaciona com as lutas e resistências dessas mulheres. Desse modo, as relações que elas estabelecem com a natureza e seus modos de produção são elementos importantes para que possamos compreender que essas mulheres também estão nas disputas de narrativas, discursos e práticas por um campo soberano e livre para todas as pessoas. Sobre a agroecologia, Vivian Mota (2021, p. 12) nos aponta que:

> A agroecologia é um sistema formado por outros sistemas que possuem entre si uma relação interseccional. Cultura, justiça, religião, ciência, política, economia, meio ambiente, relações sociais (inserindo as afetividades) são alguns dos sistemas que compõem a agroecologia, em um processo sistêmico, não harmônico, hierárquico e conflituoso. A grande utopia da agroecologia é a busca pela harmonia e pela não hierarquização em todas as intersecções que a compõem.

> Tais desarmonias são ocasionadas pela permanência das opressões e desigualdades (raça, classe, gênero, orientação sexual, geracional, territorial, dentre outras), perpetuando a violência dentro do espaço agroecológico. A inserção de princípios como o Bem Viver, Antirracismo, Feminismos, reparação e ressignificação histórica, e luta contra a LGBTfobia são estratégias contra-hegemônicas e decoloniais que buscam a plena harmonia e desmontam os processos de opressões e violência de concentração de poder. É só a partir de tais caminhos que a utopia agroecológica se materializará como realidade cotidiana na vida de todas, todos e todes.

Partindo das perspectivas apresentadas acima, a agroecologia também pode ser compreendida a partir de modos de vida que buscam outras formas de sociabilidades contra hegemônicas, que levem em consideração outros aspectos para além do cultivo e da produção em si. Dessa maneira, as mulheres que utilizam seus princípios estão, de fato, dentro de suas possibilidades e contradições, assumindo um compromisso político e social de luta contra várias formas de opressão, como as de raça, gênero, classe, orientação sexual, geracional, entre outras.

Sem feminismo, não há agroecologia....

Feminismo e agroecologia
Fonte: Google imagens (2026).

E, a partir da agroecologia, também podemos pensar na atuação das mulheres na Revolução Verde, que chega ao Brasil na década de 1960, impulsionada pelas descobertas das indústrias químicas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que precisavam encontrar mercado para a venda de suas mercadorias. O objetivo era "modernizar" o campo através de maquinários e insumos agrícolas com amplo apoio dos governos da época. Dessa maneira, para Lazzari e Souza (2017, p. 04):

> A Revolução Verde irrompe no Brasil com a promessa de modernização do campo, de erradicação da fome, de aumento da produção, e, sobretudo como a nova era da agricultura e a busca de desenvolvimento aos países subdesenvolvidos. É aqui que começam a ser delineados os bem pensados traços do agronegócio com a difusão de tecnologias agrícolas que, como anteriormente citado, procuravam espaço no mercado de consumo como os agrotóxicos e fertilizantes químicos

Mas a promessa de um campo moderno e com suas mazelas sociais erradicadas não se concretiza. Pelo contrário: há a intensificação dos conflitos pela posse de terra e o aumento do desemprego, tendo em vista que as máquinas começam a substituir o trabalho no campo, acentuando o êxodo rural e gerando impactos negativos sobre os modos de vida e saberes tradicionais das pessoas do campo. Nesse contexto, a agroecologia, praticada pelas mulheres, emerge como uma possibilidade de contestar esse modelo de dominação e a exploração dos recursos naturais e implementação das monoculturas de soja e milho para a exportação.

São essas mulheres que, através de suas experiências coletivas, constroem outras relações com a natureza, que não sejam de exploração nem de dominação, causando o mínimo de impacto possível na produção de sistemas agroalimentares sustentáveis. E assim vão construindo as bases para o que hoje conhecemos como Feminismo Camponês e Popular. Importante salientar que, por mais que a Revolução Verde pareça algo que ficou no passado, ela continua seu curso de outras formas, com outras roupagens, mas está presente no campo como uma perspectiva importante do agronegócio e com amplo apoio parlamentar. E, nesse contexto, ainda são as mulheres que, organizadas coletivamente, estão contestando esses modelos de produção que exploram e violentam o campo e seus modos de vida.

Mulheres indígenas e camponesas na luta pelo bem-viver
Fonte: Google imagens (2026).

Assim, diante das considerações feitas sobre o Feminismo Camponês e Popular, a agroecologia e a atuação das mulheres na Revolução Verde, é importante refletir sobre os apagamentos e silenciamentos das mulheres no campo do Ensino de História. Tendo em vista que nesse cenário há algo que não podemos esquecer: educar é um ato político; não há neutralidade na educação, na escrita ou no Ensino de História. Trata-se de alguém que escolhe o que escrever, como escrever e qual projeto de mundo sua escrita irá refletir e construir. Nessa perspectiva, Suelen Gerlane (2024, p. 44), em sua dissertação de mestrado, nos diz que:

> Num país onde a estruturação social foi composta por padrões patriarcais, escravocrata e classista é perceptível uma história composta por grandes heróis nacionais, pelo enaltecimento de homens no jogo político e numa história que foi escrita por homens brancos que ocultaram ou distorceram fatos com intuito de silenciar e apagar sujeitos “Outros” para manutenção de poder. Portanto, toda essa

> ausência do pensamento feminino, ou sobre as questões de gênero, é fruto de um sistema de dominação, uma ideologia, que muitas vezes é encontrada em produções midiáticas, materiais, em jogos de futebol e até mesmo em propagação de fake news como presenciamos nos jogos políticos recentes.

Dessa forma, o Ensino de História, em diálogo com o Feminismo Camponês e Popular e a agroecologia, pode inserir em seus currículos a história dessas mulheres, seja no contexto da Revolução Verde ou outros, em cenários locais e globais. É necessário, como nos ensina Conceição Evaristo, estilhaçar as máscaras do silenciamento que têm apagado dos ambientes escolares e materiais didáticos a participação efetiva de pessoas negras, indígenas, das matas, das florestas, das águas, das periferias e das mulheres que transformam o campo num lugar de existências possíveis a partir da organização coletiva.

Sei que não é tarefa fácil sair dos lugares cômodos que esse modelo, dito neutro e universal da história, nos coloca diante das nossas formações e currículos escolares. No entanto, como educadora comprometida com uma educação que se paute no sonho prático de liberdade, emancipação social e política para todos os corpos, mentes e povos, é necessário refletir criticamente sobre quais histórias estamos levando para as nossas aulas, compreendendo as ausências e possibilidades que o Ensino de História nos oferece. De acordo com Juliana Alves (2021, p. 16):

> O Ensino de História encontra-se numa encruzilhada epistemológica. O lugar de cruzamento é um campo de possibilidade e potência. Nele todas as opções se atravessam, dialogam, se entroncam e se contaminam. (...) O Ensino de História como lugar de encruzilhadas é romper com a linearidade e os cursos únicos e reconhecer os múltiplos saberes que se atravessam, coexistem e pluralizam as experiências e suas respectivas práticas de saber.

E pensar sobre isso é nos ver nesse lugar de aprender, de pesquisar, de produzir conhecimento, de olhar para as nossas realidades e percebê-las como lugares onde a história acontece a todo momento, onde vários saberes coexistem e são necessários. Desse modo, é importante compreender e problematizar o Ensino de História e as possibilidades de aprendizagens históricas, também, a partir de nossas vivências. Assim, de acordo com Costa (2020, p. 40): “A construção do saber histórico escolar parte da premissa de que o conhecimento não ocorre somente no ambiente acadêmico ou na sala de aula, mas está arraigado em todo tecido social e nas inter-relações dos ambientes e dos tipos de conhecimento”.

E partindo dessas relações que são próximas, mas que também são amplas, é que pensamos na construção de um roteiro para uma Aula de Campo numa associação de mulheres no Território do Mato Grande (uma das regiões do Estado do Rio Grande do Norte). Na Associação de Mulheres Girassol, situada a 20 quilômetros da zona urbana da cidade de João Câmara/RN, onde mulheres como Dona Rita, Dona Nenê, Dona Neide e Rosa, a contragosto de um sistema inteiro, fundaram em 2001 uma organização feita e pensada por mulheres, imbuídas pelo desejo de trabalhar, de plantar e de ter na terra uma possibilidade de serem reconhecidas como agricultoras.

Foto no lote coletivo da Associação de Mulheres Girassol
Fonte: Arquivo pessoal (2026).

Atualmente em funcionamento, a Associação conta com 22 duas mulheres associadas, uma sede e um lote com 27 hectares de terra, dos quais 07 são destinados a produção de frutas, hortaliças e verduras de base agroecológica, no que elas chamam afetuosamente de pomar. Os demais 20 hectares de terra são destinados à preservação da fauna e flora nativa. Essas mulheres também realizam uma vez por mês uma feira agroecológica com o que colhem do pomar e de outras produções do Assentamento oriundas de projetos como os Quintais Produtivos. Assim, através da proposta da Aula de Campo e suas dinâmicas, estamos oferecendo nas encruzilhadas do Ensino de História um diálogo possível e potente de narrativas e vivências, mostrando que também é possível contar histórias das mulheres do campo na escola.

Boletim Informativo O Candeeiro
Fonte: Google imagens (2026).

O Boletim Informativo da Articulação do Semiárido Brasileiro, O Candeeiro publicou em 2014 uma edição falando sobre a Associação de Mulheres Girassol. Um material que pode ser utilizado como fonte histórica, assim como apara saber mais sobre a vida e as lutas dessas mulheres.

Disponível em: https://issuu.com/articulacaosemiarido/docs/374-candeeiro_1945_rn.

Aula de Campo no Ensino de História, diálogos possíveis entre teoria e prática

Sala de aula
Fonte: Google imagens (2026).

Eu sei que os desafios em nossas salas de aulas são complexos. Estamos diante de um sistema que parece sufocar nossos sonhos e lutas por um mundo melhor; mas, acredito que, apesar de tudo, ainda arde em você a vontade de tornar suas aulas significativas para suas alunas. Lembre-se de que somos frutos dos sonhos potentes daquelas que vieram antes de nós, que nossos passos vêm de longe e que a educação, como prática da liberdade, é um lugar possível. Sobre isso, hooks (2017, p. 25) nos diz que:

> A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e íntimo.

E isso incide muito sobre as nossas práticas pedagógicas, sobre como tornar as condições de aprendizagens possíveis para nossas alunas. Sempre que penso nesse aspecto, lembro da nossa necessidade e do desafio de não dissociar teoria e prática, de pensar em modos de ensinar História em que as alunas, além de se sentirem parte dos processos de ensino e aprendizagem, possam construir pontes entre a teoria e a prática a partir dos temas abordados em sala de aula. Uma das formas de tornar esse caminho possível é através do pensamento feminista negro:

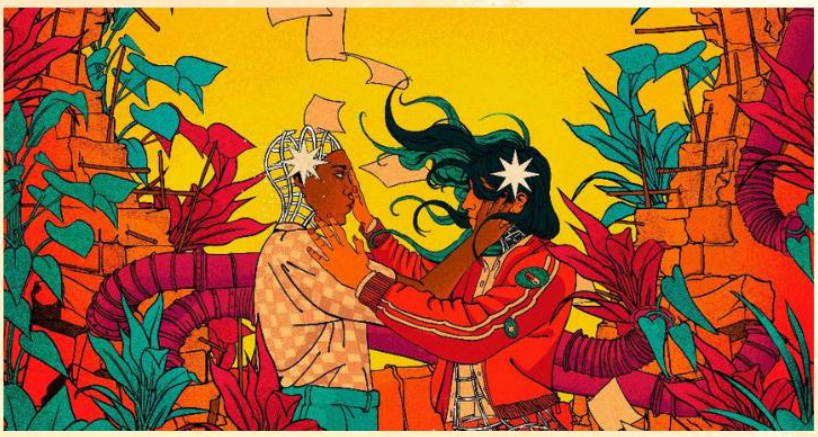
> [...] para quem uma educação fundamentada nessa perspectiva não admite a sobreposição de teoria pela prática, ou vice-versa. Parte-se do pressuposto de que uma só existe em função da outra, não há prática sem teoria, nem teoria sem prática, e sim uma relação de tensão mútua. (Pinho, 2022, p. 27)

Partindo dessas relações de tensionamento mútuo, oferecemos como possibilidade prática e teórica para o Ensino de História uma Aula de Campo, que não se constitui apenas do momento da visita a algum espaço, mas da mobilização de saberes teóricos que deverão se conectar com a prática da vivência em si, transformando conceitos abstratos em experiências concretas. Para Araujo, Aquino e Lima (2024, p. 1962):

> [...] a aula de campo é uma ferramenta de grande valia no ensino da Geografia e História, pois possibilita que o processo de ensino e aprendizagem dos alunos se torne mais efetivo. Visto que na maioria das vezes os estudantes se sentem atraídos por esse tipo de aula, pelo fato de saírem da rotina e explorarem variados ambientes. Logo, a aula de campo enriquece o conhecimento prático do alunado.

Além de sair da rotina da sala de aula, pois é uma alternativa ao desânimo de muitas alunas nas aulas de História, a Aula de Campo promove a leitura crítica dos espaços, contribuindo para a construção do conhecimento histórico através da observação direta e das análises de vivências e evidências. Além desses aspectos, esse tipo de aula promove o sentimento de pertencimento local das estudantes, tendo em vista que elas podem perceber como experiências próximas a elas se constituem em acontecimentos e narrativas históricas localizadas social, espacial e temporalmente.

No entanto, para que a Aula de Campo possa, de fato, garantir processos de ensino e aprendizagens de modo profundo e íntimo, como nos fala hooks (2017), é necessário um planejamento bem estruturado, com objetivos definidos e temas organizados de maneira que as alunas possam fazer as relações entre eles e as observações nos espaços a serem vivenciados. O que requer estudo, pesquisa, organização e trabalho coletivo entre professoras, alunas, gestão escolar e equipe pedagógica. É uma trajetória pensada a partir de muitas variáveis que vão depender da realidade da escola da qual você faz parte.



Saberes ancestrais
Fonte: Google imagens (2026).

Um outro aspecto que chama a atenção sobre Aulas de Campo é a possibilidade de mobilização de todos os sentidos humanos nas relações estabelecidas com o lugar onde a aula será desenvolvida. Pois não é apenas através da visão que conseguimos mobilizar as nossas sensações para vivenciar o que nos rodeia; podemos sentir os espaços a partir do olfato, da audição, do tato, do paladar e, claro, da visão, além de outras questões como espiritualidade e ancestralidade. É o que podemos chamar de cosmopercepção das nossas relações com o mundo. Esse conceito, apresentado por Yoyèrònké Oyewùmí (2021, p. 29), discorre que:

> O termo “cosmopercepção” é uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais. (...) usada ao descrever os povos iorubás ou outras culturas que podem privilegiar sentidos que não sejam o visual ou, até mesmo, uma combinação de sentidos.

Dessa maneira, a cosmopercepção nos possibilita romper com o império da visão, com a dualidade entre corpo e mente e entre o ser humano e natureza, característico da perspectiva da cosmovisão ocidental europeia. Além disso, proporciona-nos dimensões de pertencimento onde todos os corpos e sentidos são mobilizados para construir outras relações com o mundo e conosco. Essa maneira de sentir e perceber o mundo é característica de culturas africanas, como as yorubas, e dos povos indígenas da América e de outros lugares do mundo, contrapondo-se à visão ocidental e colonizadora ao valorizar saberes ancestrais, tradicionais e a oralidade.

Construir Aulas de Campo, levando em consideração a cosmopercepção, como um de seus princípios orientadores é uma oportunidade de tornar a aula inclusiva para toda a turma, principalmente para aquelas em que há estudantes com alguma deficiência específica. Pois uma aula pensada dessa forma, sentindo o mundo para além da visão, na confluência de uma combinação de sentidos, envolvendo percepções extrassensoriais e retirando a natureza de dentro da estrutura colonialista que a coloca como algo oposto a nós, pode possibilitar a abertura de uma fresta nos muros das opressões que hierarquizam e violentam as existências ditas fora do padrão em nossos ambientes escolares.

Mas também é importante ter consciência crítica de que construir uma Aula de Campo não é meramente escolher um lugar aleatório para ir com as estudantes; precisa ser algo pensado dentro de perspectivas maiores. Assim, neste Caderno de Orientações, ao apresentar o roteiro para a Aula de Campo na Associação de Mulheres Girassol, tentamos mobilizar as questões postas nessas discussões, compreendendo a responsabilidade política e amorosa que precisamos ter com as nossas formas de construir conhecimento histórico em nossas salas de aula. E, nessa perspectiva, concordo com hooks (2017, p. 36) quando ela diz que: “Os professores que abraçam o desafio da autorrealização serão mais capazes de criar práticas pedagógicas que envolvam os alunos, proporcionando-lhes maneiras de saber que aumentem sua capacidade de viver profunda e plenamente”. Lembrando que nós somos parte de todo esse processo e que a atitude de autorrealização irá refletir profundamente nas maneiras como essas alunas irão perceber o mundo.

Não é romantizar os nossos imensos desafios diante de salas de aula dinâmicas e complexas, mas é sobre tomadas de atitudes frente ao nosso exercício de professorar, tornando-nos possibilidades mesmo em tempos de destruição. Assim, teoria e prática deixam de ser apenas um discurso vago em nossas formações e se tornam parte dos processos de autorrecuperação e libertação coletiva, como nos ensina hooks (2017).

Trajetórias possíveis para uma Aula de Campo na Associação de Mulheres Girassol

Pomar coletivo da Associação de Mulheres Girassol
Fonte: Arquivo pessoal (2024).

Antes de iniciar a proposta deste roteiro, gostaria de dizer que ele foi pensado para uma de minhas turmas da 3ª série do Ensino Médio de uma escola estadual da cidade de João Câmara/RN, lugar onde atualmente estou desenvolvendo minhas atividades pedagógicas como professora de História. Nessa turma específica, há uma estudante com deficiência auditiva; logo, todo o planejamento precisa levar em consideração a inclusão tanto da aluna quanto da professora Intérprete de Libras.

É uma proposta direcionada às professoras (lembrando que, quando falo em professora, estou fazendo um convite a todas as pessoas, independente do gênero, a se perceberem nessa escrita um tanto desobediente dos padrões) de História do Território do Mato Grande, de escola públicas e particulares, diante da necessidade iminente de construir práticas pedagógicas que contribuam para um mundo em que as mulheres do campo não sejam mais apagadas das páginas da História. Há, na proposta apresentada, uma articulação entre as Competências Específicas para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Habilidades do Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar. Assim, vamos à proposta...

1. Informações iniciais sobre a Associação de Mulheres Girassol

Professora, a Associação de Mulheres Girassol está localizada no Assentamento Modelo II, 20 quilômetros do centro urbano da cidade de João Câmara/RN, na direção de quem vai para a cidade de Caiçara do Norte, no litoral norte potiguar, como mostra o mapa abaixo:

Mapa do Rio Grande do Norte
Fonte: Google Imagens (2026).

A Associação foi fundada em 2001 por um grupo de mulheres que reivindicava para si o direito ao trabalho e à terra dentro de sua comunidade. [MD1] Atualmente, a Associação está em funcionamento, com 22 mulheres associadas, dispondo de uma sede utilizada para encontros, reuniões e eventos, e de um lote coletivo, com 27 hectares de terra, onde elas cuidam de um pomar coletivo com plantação de frutas, verduras e hortaliças. Têm sua produção direcionada para o consumo próprio e para a venda na feira agroecológica do Assentamento, que ocorre uma vez por mês.

Ao longo de mais de duas décadas, a Associação passou por transformações e enfrentou desafios para continuar funcionando, entre os quais podemos citar: o acesso à água, a comercialização das suas produções, conflitos internos, entre outros. Como gostam de se autoafirmar, elas são mulheres negras e feministas que trabalham toda a sua produção com base na agroecologia e que querem ser reconhecidas através do seu trabalho e pela força das suas lutas. Entre suas lideranças mais ativas estão Dona Rita, sua filha Adriana, Dona Nenê, Dona Neide e Rosa, mulheres que estão colhendo mundos possíveis plantando sonhos no Território do Mato Grande.

1. Roteiro para a Aula de Campo

Professora, a nossa proposta de Aula de Campo na Associação de Mulheres Girassol contará com aulas anteriores, a aula em si na Associação e aulas posteriores, o que requer um planejamento organizado e estruturado para que as estudantes possam participar de todo o processo de forma ativa. Assim, os passos que se seguem são possibilidades que apresento, enquanto professora de História, pensadas na articulação de conhecimentos históricos com as vivências e as lutas dessas mulheres para o roteiro de uma Aula de Campo. Esse roteiro está organizado através dos seguintes pontos: planejamento, execução, compartilhamento de saberes e aprendizagens e avaliação. Deste modo, temos:

Alpendre de Dona Rita
Fonte: Arquivo pessoal (2026).

O planejamento pode ser constituído de momentos coletivos, tendo em vista que nossa dimensão de mundo é limitada, e na coletividade temos a oportunidade de conhecer e aprimorar nossas aulas. Na imagem a cima estou no alpendre de Dona Rita planejando com as mulheres da Associação da Aula de Campo proposta aqui,

Planejando a Aula de Campo

1. **Tema da aula:** Experiências comunitárias feministas, gestando mundos possíveis no Território do Mato Grande a partir da Associação de Mulheres Girassol.
2. **Público-alvo:** Estudantes da 3ª série do Ensino Médio.
3. **Objetivos da aula:**

- Analisar de forma crítica como as mulheres participam de forma ativa das narrativas históricas, no caso específico dessa aula, através do Feminismo Camponês e Popular e da agroecologia;
- Discutir sobre o lugar das mulheres na Revolução Verde e como essa revolução tem modificado drasticamente as vivências das mulheres no campo brasileiro;
- Identificar e conhecer vivências coletivas locais de mulheres que se organizam através de experiências feministas e de produções de bases agroecológicas para vivenciar suas lutas por um mundo melhor;
- Instigar a elaboração de perguntas e hipóteses sobre os conceitos históricos estudados, as vivências locais e como elas se relacionam a contextos nacionais e globais.

4. **Objetos do conhecimento:**

- "Sem feminismo não há agroecologia": pensando a atuação das mulheres do campo na Revolução Verde;
- Situando as experiências coletivas e comunitárias das mulheres camponesas e suas relações com o Feminismo Camponês e Popular no Brasil;
- Experiências feministas e agroecológicas na Associação de Mulheres Girassol no Território do Mato Grande.

5. **Competências (Base Nacional Comum Curricular)**

- Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição

de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

- Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
- Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

Imagem da capa da BNCC
Fonte: Google imagens (2026).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. É fundamental que as professoras da Educação Básica tenham conhecimento sobre a Base e como ela atravessa as nossas práticas pedagógicas.

6. **Habilidades (Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar)**

Eixo Integrador de Ciências Humanas Sociais e Aplicadas: Sociedade, Território e Temporalidade

- **(RNCHHIS010)**: Questionar e inferir possíveis relações entre os direitos contemporâneos e a história de lutas de diferentes grupos sociais (para essa habilidade essa proposta pensa o direito das mulheres, principalmente aquelas que vivem no campo de serem reconhecidas pelas suas lutas e conquistas, assim como sendo produtoras de narrativas históricas necessárias para o a construção do conhecimento histórico).

Eixo Integrador de Ciências Humanas Sociais e Aplicadas: Indivíduo, Natureza e Sustentabilidade Ambiental

- **(RNCHHIS025)**: Analisar as ações socioambientais de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas ações, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável (essa habilidade é refletida, neste roteiro, a partir do protagonismo das mulheres rurais, agricultoras em tecer outras relações com a natureza através da agroecologia, pensando a atuação dessas sujeitas na chamada Revolução Verde).

Eixo Integrador de Ciências Humanas Sociais e Aplicadas: Trabalho, Desenvolvimento e Desigualdade

- **(RNCHHIS047)**: **C**onhecer e analisar os conflitos rurais no Rio Grande do Norte (As mulheres da Associação de Mulheres Girassol estão inseridas em contextos de lutas e conflitos que envolvem a terra, seja üpor estarem situadas num Assentamento de Reforma Agrária, seja pelas lutas travadas internamente pelo

direito de trabalhar e ter um lote de terra para plantar e colher. Desse modo, faz-se necessário que essa habilidade nesta proposta de Aula de Campo).

Imagem da capa do Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar
Fonte: Google imagens (2026).

De acordo com informações da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte: "Este Referencial consolida as orientações curriculares para a Educação Básica, articulando-se com o Documento Curricular das etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, aprovado por meio da Resolução n° 102/2018-CEE/RN.
Este documento consolida as orientações curriculares para a Educação Básica, articulando-se com o Documento Curricular das etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, aprovado por meio da Resolução n° 102/2018-CEE/RN. O Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar é resultado de discussões, estudos, intercâmbios de experiências, reflexões acerca do currículo e da prática docente."

7. **Carga horária: 14 tempos de aulas, assim distribuídas:**

- **"Sem feminismo não há agroecologia": pensando a atuação das mulheres do campo na Revolução Verde**: 02 aulas de 50 minutos;
- **Pensando as experiências coletivas e comunitárias das mulheres e suas relações com o Feminismo Camponês e Popular**: 02 aulas de 50 minutos;
- **Orientações para a Aula de Campo**: 01 aula de 50 minutos;
- **Aula de Campo**: 05 aulas de 50 minutos (um turno escolar, que, no caso específico desta aula, será pela manhã);
- **Orientação das atividades sobre a Aula de Campo**: 01 aula de 50 minutos;
- **Compartilhando aprendizagens**: 02 aulas de 50 minutos;
- **Avaliação coletiva da Aula de Campo**: 01 aula de 50 minutos.

8. **Autorizações:** Professora, é necessário que as autorizações sejam providenciadas o mais breve possível. Assim, é preciso conversar com a gestão da escola e a coordenação pedagógica antes de iniciar o projeto com as estudantes, para organizar todas as questões e não ter possíveis problemas com a execução das aulas. Assim que você informar a turma sobre a Aula de Campo, encaminhe as autorizações para os pais, mães ou responsáveis.
9. **Inclusão e acessibilidade:** Professora, essa aula foi pensada para uma turma que tem uma estudante surda (deficiência auditiva), logo, todos os planejamentos e ações precisam envolver a professora Intérprete de Libras e a aluna, para que ela se sinta parte das aulas. Assim como deve envolver toda a turma, pois a inclusão precisa ser trabalhada de maneira que a turma compreenda e se sinta parte do

processo, para que não caiamos na armadilha de reproduzir a exclusão sob o discurso da inclusão.

Inclusão social
Fonte: Google imagens (2026).

Na construção de escolas que sejam inclusivas e acessíveis para todas as pessoas, conhecer os nossos direitos e deveres enquanto profissionais da educação é fundamental. Assim, é importante ter conhecimento de leis como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de abrangência nacional. NO Rio Grande do Norte também há várias leis que dão suporte para pessoas com deficiência no ambiente escolar. Entre as quais podemos citar:

- LEI Nº 11.914, DE 20 DE SETEMBRO DE 2024: Institui, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, o Programa Educacional para a Prática de Educação Física Adaptada para Estudantes com Deficiência.
- LEI Nº 12.384, DE 07 DE AGOSTO DE 2025: Dispõe sobre o fornecimento de recurso de apoio educacional a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e hipersensibilidade auditiva no âmbito da rede pública de ensino do Estado do Rio Grande do Norte.

10. Aulas anteriores à Aula de Campo (Sequências didáticas)

Professora, a seguir serão apresentadas algumas sequências didáticas para as quatro primeiras aulas de cunho mais teórico, expositivo e dialogado, que objetivam construir as pontes entre os objetos do conhecimento (teoria) e a Aula de Campo (prática), a serem realizadas antes da Aula de Campo. O objetivo é promover discussões entre o Feminismo Camponês e Popular, a atuação das mulheres do campo na Revolução Verde através da agroecologia e as experiências das mulheres da Associação de Mulheres Girassol numa perspectiva histórica.

Aula 01: "Sem feminismo não há agroecologia": pensando a atuação das mulheres do campo na Revolução Verde

Objetivo Geral	Analisar a participação das mulheres do campo na Revolução Verde sob o viés da agroecologia e das lutas feministas.
Objetivos Específicos	• Apresentar os contextos históricos e sociais da Revolução Verde no Brasil a partir da década de 1960; • Mostrar alguns conceitos de agroecologia; • Dialogar sobre a atuação das mulheres do campo na Revolução Verde através da Agroecologia; • Mostrar como a organização coletiva e comunitária de mulheres tem sido imprescindível na luta por um campo soberano, livre de violências, com respeito, dignidade e a atenção à vida das mulheres.

Justificativa	Dialogar sobre as experiências coletivas e comunitárias de mulheres nos remete a histórias potentes de mulheres negras, indígenas, camponesas, das águas e das florestas, que têm se organizado e construído lutas importantes na conquista de direitos na história do Brasil. Deslocar nossos olhares e análises para o campo é mostrar que essas mulheres, que têm sido mantidas distantes das páginas oficiais da história, são necessárias para compreender acontecimentos e fatos históricos importantes na dinâmica das nossas relações sociais. Um exemplo é a Revolução Verde, implementada no Brasil a partir da década de 1960 através do incentivo do uso de insumos agrícolas, como fertilizantes e agrotóxicos e maquinários, o que foi modificando os modos de vida das pessoas do campo. Nesse contexto, as mulheres foram as mais prejudicadas, tendo que lidar com os intensos conflitos de terras e o desemprego de seus companheiros, que acabavam migrando para as cidades, no chamado êxodo rural. Além da perda de seus saberes ancestrais e tradicionais e o vínculo com a terra e a natureza. E nesse cenário, de um campo que se "modernizava" e expulsava as pessoas de suas terras, as mulheres, que já tinham as vivências de práticas comunitárias, que remete aos tempos das lutas pelo fim da escravidão no Brasil, entre outros, também vão se organizar para lutar pelo direito de viver num campo com dignidade e soberania. Uma dessas vias foi através da agroecologia.
Estratégias de Ensino	• Professora, inicie a aula dialogando sobre o que foi a Revolução Verde e como ela foi implementada no Brasil a partir da década de 1960; • Insira análises sobre as consequências da Revolução Verde para a vida das mulheres do campo, que pode ser dialogado a partir do artigo: **Revolução Verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais**, da Francine Lazzari e da Andressa Souza. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/4-3-1.pdf. • Como um dos focos centrais da aula, é imprescindível que seja discutida a atuação das mulheres através de organizações coletivas e comunitárias, com fortes bases agroecológicas, na contestação desse modelo de "modernização" do campo. Também é importante situar as alunas de que esses processos continuam acontecendo hoje, sob novas perspectivas e roupagens. Essas discussões podem ser pensadas através dos artigos: ***MULHERES E SEMENTES CRIOULAS: trilhando os caminhos da agroecologia,*** da Danieli Bassanesi e Angêla Andrioli. Disponível em: https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6590. E ***Agroecologia como ferramenta política-pedagógica de educação ambiental nas diferentes fases de formação***

	acadêmica de educandos e educadores da Flávia Tostes. Disponível em https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/8011. • Professora, use apresentações em slides, vídeos, sempre instigando através de questionamentos e intervenções, a participação das estudantes na aula, tornando mais dinâmicas as possibilidades de aprendizagem.
Recursos Didáticos	Computador, projetor, caderno, lápis.
Avaliação das Atividades	Tendo em vista que a avaliação é contínua, diagnóstica e formativa, as estudantes serão avaliadas individualmente de acordo com os seguintes quesitos: • **Item**: Análises e diálogos sobre os temas propostos. • **Critério**: participação nas aulas de forma ativa, propondo análises, discutindo ideais, discordando. • **Avaliação:** 1. Participou de forma ativa da aula, propondo diálogos com a professora e as colegas ( ); 2. Expressou suas opiniões sobre as temáticas da aula ( ); 3. Trouxe experiências de vida que colaborou para o aprofundamento das temáticas abordadas na aula ( );
Fontes Referências	ANDRIOLI, Liria Ângela; BASSANESI, Danieli. MULHERES E SEMENTES CRIOULAS: trilhando os caminhos da agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, Pernambuco, v. 16, n. 01, p. 01-12, 14 set. 2021. Disponível em: https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6590. Acesso em: 11 jan. 2026. LAZZARI, Francini Meneghini; SOUZA, Andressa Silva. Revolução Verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais. In: 4º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 4., 2017, Santa Maria. **Anais**... Santa Maria: UFSM, 2017. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/4-3-1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026. SANTILI, Juliana. **Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores**. São Paulo, Petrópolis, 2009. TOSTES, Flávia et.al. Agroecologia como ferramenta política-pedagógica de educação ambiental nas diferentes fases de formação acadêmica de educandos e educadores. **Anais - VII CONEDU - Conedu em Casa**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/80116. Acesso em 04 de jan. de 2026.

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Sugestão de aula 02: Pensando as experiências coletivas e comunitárias das mulheres e suas relações com o Feminismo Camponês e Popular

Objetivo Geral	Dialogar sobre as experiências coletivas e comunitárias das mulheres do campo e suas relações com a construção do Feminismo Camponês e Popular no Brasil.
Objetivos Específicos	• Apresentar movimentos e organizações de mulheres do campo como o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste - MMTR/NE, o Movimento das Mulheres Camponesas, Marcha das Margaridas, Comitê de Mulheres do Mato Grande (esse último com atuação local); • Analisar como esses movimentos, organizações e experiências comunitárias estão ligadas à construção do Feminismo Camponês e Popular no Brasil; • Mostrar as possíveis relações entre a agroecologia e o Feminismo Camponês e Popular na luta por um campo livre de opressões para a vida das mulheres. Configurando-se como a contramão diante das consequências da Revolução Verde que se fazem presentes nos contextos rurais do Brasil; • Analisar os movimentos de mulheres do Campo no Território do Mato Grande, como o Comitê de Mulheres do Mato Grande e a Associação de Mulheres Girassol.
Justificativa	Essas duas aulas se fazem necessárias para construir as pontes entre o passado e o presente, assim como entre o global e o local. De modo que, as experiências das mulheres a partir dos anos de 1960 culminam na organização de muitos movimentos, como Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste - MMTR/NE, o Movimento das Mulheres Camponesas, Marcha das Margaridas, Comitê de Mulheres do Mato Grande, entre outros, que pelo Brasil afora e pela América Latina e Caribe têm colocado as mulheres na linha de frente na preservação da natureza e de saberes ancestrais e tradicionais. Assim, elas estão em diálogos permanentes na construção de um feminismo que esteja relacionado com os seus modos de vida, como o Feminismo Camponês e Popular, que começa a ser pensado nos últimos dez anos através da atuação das mulheres no Movimentos das Mulheres Camponesas. Esses movimentos perpassam questões como a produção de base agroecológica, que tem se constituído em formas de trabalhar no campo através de outras relações com a natureza, fazendo frente à uma agricultura altamente mecanizada, com uso insumos agrícolas (agrotóxicos, fertilizantes, sementes transgênicas) e empobrecimento do solo. Tais situações estão relacionadas à Revolução Verde, implementada no Brasil a

	partir da década de 1960, modificando profundamente as relações sociais no campo. . Assim, essas discussões são importantes para que as alunas possam perceber as mudanças e permanências na dinâmica da História, bem como experiências locais que também estão relacionadas a contextos nacionais e globais.
Estratégias de Ensino	• Professora, inicie a aula indagando as estudantes sobre o que elas sabem sobre feminismo e experiências coletivas de mulheres no Território do Mato Grande. A partir do que elas forem expondo, você pode ir montando no quadro uma "tempestade de ideias", a partir da qual você irá interligar os saberes prévios com as propostas teóricas que você irá apresentar; • Apresente como o feminismo não pode ser pensado no singular, configurando-se como movimentos dinâmicos que dependem do contexto em que as mulheres estão inseridas; • Apresente alguns movimentos de mulheres rurais, como o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE), a Marcha das Margaridas, Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), entre outros, mostrando a atuação e o protagonismo das mulheres do campo nessas organizações na luta por melhores condições de vida; • Dialogue sobre a construção coletiva do Feminismo Camponês e Popular no Brasil, através da atuação do Movimento das Mulheres Camponesas. Professora, você poder construir duas análises a partir dos artigos: ***Interfaces entre o Feminismo Camponês e Popular e a Agroecologia***, da Angela Andrioli e Geiliane Castilho, disponível em: https://periodicos.unis.edu.br/interacao/article/view/947; ***Feminismo camponês e popular: uma abordagem antirracista,*** da Itamara Almeida e Cleidineide Jesus, disponível em: https://expressaopopular.com.br/livraria/9786587389028feminismo-campones-popular-reflexoes-a-partir-de-experiencias-no-movimento-de-mulheres-camponesas/. • Apresente algumas experiências coletivas de mulheres do Território do Mato Grande, como o Comitê de Mulheres do Mato Grande e a Associação de Mulheres Girassol, dialogando sobre a importância desses espaços e suas relações com a agroecologia. Você pode consultar o seguinte material: **O Boletim Informativo O Candeeiro,** disponível em: https://issuu.com/articulacaosemiarido/docs/374-candeeiro_1945_rn. E do livro ***Do campo brotou margaridas: políticas de abordagem territorial e seus impactos para as questões de gênero na região do Mato Grande,*** do Jeam Claude Gomes. Disponível em:

	https://portal.uern.br/wp-content/uploads/sites/14/2024/10/E-book-Do-campo-Brotou-Margaridas.pdf.
Recursos Didáticos	Computador, projetor, caderno, lápis, quadro, piloto.
Avaliação das Atividades	Tendo em vista que a avaliação é contínua, diagnóstica e formativa, as estudantes serão avaliadas individualmente de acordo com os seguintes quesitos: • **Item:** Análises e diálogos sobre os temas propostos. • **Critério**: participação nas aulas de forma ativa, propondo análises, discutindo ideais, discordando. • **Avaliação:** 1. Participou de forma ativa da aula, propondo diálogos com a professora e as colegas ( ); 2. Expressou suas opiniões sobre as temáticas da aula ( ); 3. Trouxe experiências de vida que colaborou para o aprofundamento das temáticas abordadas na aula ( ).
Fontes - Referências	AGROECOLOGIA, Associação Brasileira de. **Sem feminismo não há agroecologia**. 2018. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Mulheres_folder-ena_web-1.pdf. Acesso em: 17 dez. 2025. ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleidineide Pereira de. Feminismo camponês e popular: uma abordagem antirracista. In: MEZADRI, Adriana Maria et al. (org.). **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 49-61. ANDRIOLI, Luci Ângela; CASTILHO, Geiliane Cristina Silva. Interfaces entre o Feminismo Camponês e Popular e a Agroecologia. Interação - **Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 1-16, 2025. DOI: 10.33836/interacao.v27i1.947. Disponível em: https://periodicos.unis.edu.br/interacao/article/view/947. Acesso em: 10 jan. 2026. BRASILEIRO, Articulação do Semiárido. Associação de Mulheres Girassol, experiência organizativa e produtiva no Modelo II. **Boletim Informativo O Candeeiro**. João Câmara, ago. 2014. Disponível em: https://issuu.com/articulacaosemiarido/docs/374-candeeiro_1945_rn. Acesso em: 16 dez. 2025. CONTAG. **Marcha das Margaridas**. 2000. Disponível em: https://www.marchadasmargaridas.org.br/. Acesso em: 16 dez. 2025. GOMES, Jeam Claude de Souza. D**o campo brotou margaridas: políticas de abordagem territorial e seus impactos para as questões de gênero na região do Mato Grande**. Mossoró:

	Edições UERN, 2022. Disponível em: https://portal.uern.br/wp-content/uploads/sites/14/2024/10/E-book-Do-campo-Brotou-Margaridas.pdf.. Acesso em: 18 dez. 2025. NORDESTE, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do. **Carta política dos 30 anos do MMTR/NE**. 2016. Disponível em:https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Carta-pol%C3%ADtica.pdf. Acesso em: 18 dez. 2025.

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

A ciranda, a circularidade, a roda de diálogos é uma estratégia pedagógica importante para pensar salas de aulas com relações mais próximas e inclusivas. Fonte: Google Imagens (2026).

Professora, após esses momentos, a próxima aula antes da vivência na Associação deverá ser organizada para repassar todas as orientações às estudantes, inclusive sobre as atividades que serão realizadas na Aula de Campo e no momento de compartilhar os conhecimentos aprendidos. No caso deste roteiro específico, as atividades que foram pensadas serão a produção de um painel coletivo em sala de aula e uma roda diálogos. Para isso, será solicitado que as estudantes façam registros fotográficos durante a visita, pesquisem imagens e frases que remetam aos temas trabalhados em sala de aula para a construção do painel. Para organizar a roda de diálogos, a turma será dividida em grupos que ficarão responsáveis por algumas questões de pesquisa durante a vivência na Associação, sendo organizadas a partir das seguintes questões orientadoras:

- **Grupo 01**: Como se deram os processos de organização da Associação de Mulheres Girassol?
- **Grupo 02**: Como as práticas agroecológicas se desenvolvem nas dinâmicas produtivas do pomar coletivo da Associação?
- **Grupo 03**: As experiências coletivas e comunitárias das mulheres da Associação Girassol podem ser relacionadas ao Feminismo Camponês e Popular?

- **Grupo 04**: Como tem sido ao longo dos anos o acesso à água para abastecer o pomar coletivo da Associação? E qual a importância de ter uma área de preservação nativa no lote da Associação?
- **Grupo 05**: Com quais outros movimentos ou organizações a Associação tem construído diálogos e parcerias? E quais os maiores desafios enfrentados pela Associação ao longo dos anos?
- **Grupo 06**: Qual a importância da Associação para a vida dessas mulheres?

A partir dessas questões orientadoras, é importante que você, Professora, oriente a construção de um roteiro com perguntas, baseadas nessas questões, para que as estudantes possam dialogar com as mulheres da Associação.

Professora, as propostas de atividades acima citadas e a forma como elas estão sendo pensadas têm muito a ver com a realidade das salas de aula em que atuo. Sinta-se muito à vontade para pensar outras possiblidades. Gosto sempre de dizer que aquilo que proponho é uma fresta em algum muro deste tempo; é um ponto de partida que parte de mim, dos meus afetos, da forma como penso e sinto o mundo, jamais um ponto de chega. É rio que corre e se fortalece ao encontrar outras correntezas. Sei que cada pessoa tem suas próprias formas de existir e de construir suas práticas de ensino; então, sinta -se convidada e acolhida a pensar outras formas possíveis para também construir este roteiro.

Visita ao Pomar Coletivo da Associação de Mulheres Girassol com o objetivo de planejar a Aula de Campo
Fonte: Arquivo pessoal (2026).

11. **Visita prévia ao local:** Professora, eu não sei se você conhece o Assentamento Modelo II (João Câmara/RN), onde a Associação está localizada. Se não conhecer, é importante fazer uma visita prévia para sentir o local, e, a partir disso, fazer as adaptações deste roteiro levando em consideração a realidade da sua turma. Contato via Instagram: @mulheresgirassol12.

11. **Visita prévia ao local:** Professora, eu não sei se você conhece o Assentamento Modelo II (João Câmara/RN), onde a Associação está localizada. Se não conhecer, é importante fazer uma visita prévia para sentir o local, e, a partir disso, fazer as adaptações deste roteiro levando em consideração a realidade da sua turma. Contato via Instagram: @mulheresgirassol12.
12. **Transporte:** Professora, como não temos disponível transporte e nem verbas específicas para Aulas de Campo em nossas escolas, é necessário que você entre em contato, via ofício escolar, com a Secretaria Municipal de Educação do seu município com bastante antecedência para verificar a possibilidade de conseguir o transporte. Diante da realidade que conheço, na maioria dos casos as secretarias disponibilizam o veículo devido às parcerias realizadas entre Estado e município, como o Programa Estadual de Transporte Escolar do Rio Grande do Norte (PETERN).
13. **Data e Horário da aula:** Professora, para esta aula, é importante que a visita aconteça na parte da manhã da última quinta-feira do mês, pois é quando é realizada a Feira Agroecológica da Comunidade. Na visita prévia ou nos contatos realizados com as mulheres da Associação, é indispensável articular bem essa data para evitar imprevistos ou ver outras possibilidades.
14. **Roteiro de ida e volta ao local da Aula:** Professora, essa rota depende de qual cidade você e suas estudantes virão. Por exemplo: sair de João Câmara/RN, que fica a 20 quilômetros do Assentamento Modelo II, é diferente de vir de outros municípios como Jandaíra/RN, Caiçara do Norte/RN ou Pedra Preta/RN. As distâncias precisam ser bem articuladas para evitar problemas e atrasos. Lembre-se de que boa parte do trajeto até a Associação é realizado em uma rodovia estadual com fluxo acentuado de veículos de grande porte devido aos parques de produção energia eólica na região.

É hora de planejar
Fonte: Google imagens (2026).

15. **Abaixo, construí um cronograma baseado na minha realidade (saída de João Câmara/RN) para que você possa servir de base ao seu trajeto. A rota para a Associação de Mulheres Girassol, foi organizada da seguinte forma:**

- **Saída da escola:** às 07h15min;
- **Chegada à Associação:** por volta das 07h45min;
- **Retorno da atividade:** 10h50min (desembarque na escola).

16. **Vestimentas**: Calça, tênis e farda escolar.
17. **Recursos materiais**: Professora, essa parte você pode organizar da seguinte forma:

- **Estudantes**: além da vestimenta adequada, solicite que levem garrafa com água, lanche, materiais didáticos para registros e anotações, protetor solar e bonés ou chapéus, e outros itens que achar necessário;
- **Escola**: água extra, kit de primeiros socorros e sacos de lixo, caso seja necessário providenciar lanche.

18. **Pessoas envolvidas na aula:** Professora da disciplina, professora intérprete de Libras e uma pessoa do apoio pedagógico. Sujeito a disponibilidade da escola.
19. **Custos**: Professora, os custos financeiros serão voltados ao transporte (solicitado à Secretaria de Educação), água, sacos de lixo e kit de primeiros socorros que ficarão sob responsabilidade da escola. E será articulado um lanche na sede da Associação que vamos visitar com produtos (frutas, sucos, doces) que as mulheres produzem, para que as estudantes possam tornar a experiência bem mais profunda com relação a todas as dinâmicas políticas de afeto que envolvem as mulheres Girassol, além de dar um retorno para a comunidade. O custo desse lanche pode ser levantado via contribuições (a famosa vaquinha) entre professoras e pessoas conhecidas, pois não existe em execução nas escolas da 16ª Diretoria Regional de Educação e Cultura (DIREC) algum programa (federal ou estadual) que destine recursos para Aulas de Campo. No entanto, essa parte do lanche, Professora, é opcional, você pode organizar juntamente com a escola um lanche para as estudantes.

Execução da aula de Campo:

- **Saída da escola**: às 07h15min.
- **Orientações iniciais**: Professora, não esqueça de fazer a chamada de todas as pessoas, e repassar as orientações necessárias antes de sair:
- **Chegada ao Assentamento Modelo II**: por volta das 07h45min (levando em consideração a saída da cidade de João Câmara/RN).

Percurso da Aula de Campo

Professora, este percurso que apresento a seguir foi construído coletivamente com as mulheres da Associação, levando em consideração que elas sempre recebem visitas de escolas, institutos e universidades. Portanto, incluí-las no planejamento foi essencial. Assim, é importante que você converse com elas sobre o trajeto e as possíveis abordagens que irá construir com as estudantes, para que a aula possa fluir conforme os objetivos que foram propostos.

Alpendre de Dona Rita, no Assentamento Modelo II. Nesse momento estávamos conversando sobre o roteiro da Aula de Campo, de forma a construir o melhor percurso possível levando em consideração as questões do local e as características da turma para a qual a aula está sendo proposta.

Fonte: arquivo pessoal (2026).

Lote 119, onde fica o Pomar Coletivo da Associação - Assentamento Modelo II - João Câmara/RN.
Fonte: Arquivo pessoal (2026).

Primeiro local de vivência – Pomar da Associação (07h45min às 08h45min): Este é um espaço de cerca de 27 hectares de terra, sendo 20 hectares destinados a preservação da fauna e da flora nativa, e os demais hectares destinados ao cultivo de frutas, verduras e hortaliças. Este será o primeiro contato das estudantes com as lideranças da comunidade, mulheres que são referências de luta no Território do Mato Grande. No percurso pelo pomar, elas falarão sobre os motivos que as levaram, em 2001, a solicitar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) aquele lote para que pudessem trabalhar. Abordarão sobre o significado do trabalho para suas vidas e a luta pela escavação e manutenção do poço de água que abastece o pomar, sem o qual as produções seriam comprometidas devido às condições climáticas do nosso semiárido. Também será discutido como a agroecologia entrou na vida delas, a relação com a terra, a preocupação de produzir alimentos livres de venenos e como, ao longo do tempo, elas vêm lidando com a produção desses alimentos. Professora, é interessante que alguns questionamentos já tenham sido organizados previamente com as estudantes, como já orientado anteriormente, no intento de estabelecer relações entre a invisibilidade das mulheres na construção de um mundo sustentável e como isso vai se relacionado com as narrativas históricas hegemônicas que nos são contadas. O próximo ponto de visita é a Sede da Associação, que fica a mais ou menos 1 km do pomar. É necessário organizar bem as estudantes para que possam estar no horário marcado para a segunda atividade. Nesse momento o transporte também será utilizado para dar esse apoio.

Salão Comunitário da Associação de Mulheres Girassol - Assentamento Modelo II - João Câmara/RN.
Fonte: Arquivo pessoal (2026).

Segundo local da vivência – Sede da Associação (09h00min às 09h45min): O próximo ponto de visita é a Sede da Associação, que fica a mais ou menos 1 km do pomar. É necessário organizar bem as estudantes para que possam estar no horário marcado para a segunda atividade. Nesse momento o transporte também será utilizado para dar esse apoio. Professora, nessa etapa da vivência, as falas serão direcionadas para os processos

de fundação e organização da Associação. Elas discorrerão sobre a importância da Associação na vida das mulheres da comunidade, as conquistas ao longo de mais de duas décadas que, foram possíveis em função da organização coletiva delas, como elas pensam o feminismo em suas práticas diárias, quais os maiores desafios que enfrentaram e enfrentam na Associação e como se relacionam com o Território do Mato Grande. É fundamental que as alunas participem ativamente desse momento, trazendo questionamentos, contribuições para pensar sobre os temas que foram trabalhados em sala de aula e para a organização das atividades a serem compartilhadas em sala de aula posteriormente.

Terceiro e último local de vivência - Feira Agroecológica da Comunidade (09h50min às 10h30min): Professora, este será o último ponto de vivência desta Aula de Campo, sendo realizado no espaço que fica ao lado da sede (salão comunitário) da Associação. Nesse momento, as estudantes serão orientadas a percorrer a feira, fazer os registros e anotações sobre os produtos, suas origens e sobre quem são as pessoas, para além das mulheres da Associação, que também participam da feira. A intenção é que as alunas possam perceber como essas mulheres se organizam coletivamente para produzir e comercializar suas produções, e tendo a Associação, como um ponto de articulação entre elas e que também as representa. Importante salientar que não é todos os meses que essa feira é realizada, pois depende de fatotes como as produções do pomar e dos Quintais Produtivos, assim como a organização coletiva das mulheres e de possíveis instituições parceiras. Sendo fundamental,, que na organização da Aula de Campo seja pontuada essa questão junto as mulheres para possíveis ajustes no roteiro.

Lanche: Professora, organize esse momento de acordo com o que você e as demais pessoas acharem melhor, tendo em vista a realidade da sua turma e da escola. No caso desta aula, o lanche, que já está articulado com as mulheres, será realizado na sede da Associação.

Retorno (10h50min): Organize para que todas as estudantes estejam no transporte no horário marcado. Lembre-se de fazer a chamada novamente para conferir se todas estão presentes, evitando o risco de esquecer alguém.

Partilha de saberes
Fonte: Google imagens (2026).

COMPARTILHANDO SABERES E APRENDIZAGENS

Professora, agora nos preparemos para concluir o ciclo iniciado com a pretensão de organizar esta experiência que envolveu aulas, discussões, debates, planejamentos e a vivência. Vamos compartilhar os saberes e as aprendizagens dessa trajetória em que teoria e prática foram articuladas para pensar as vivências e as narrativas históricas. Para isso, será organizada uma aula para discutir o andamento das atividades propostas: a construção de um painel coletivo (com fotografias, imagens, frases que remetam aos temas abordados e as vivências na Aula de Campo). E a realização de uma roda de diálogos, organizada a partir das colocações de cada grupo, como já tinha sido previamente orientado.

A intenção desse momento é que as estudantes consigam estabelecer relações entre os temas abordados em sala de aula: a atuação das mulheres do campo na Revolução Verde, agroecologia, Feminismo Camponês e Popular, com as experiências agroecológicas e coletivas das mulheres da Associação de Mulheres Girassol. O objetivo é mostrar que as mulheres do campo são protagonistas de narrativas históricas relevantes para o mundo, em contraposição a um modelo de História com centralidade em figuras masculinas em narrativas que se colocam como neutras e universais.

A partir dessas relações históricas, sociais e políticas, espera-se que as estudantes possam construir análises críticas entre as aproximações e as contradições desses aspectos nas vivências e práticas das mulheres da Associação de Mulheres Girassol. Além disso, devem perceber como as ações das sociedades têm impactos econômicos e ambientais na natureza e como as mulheres, organizadas coletivamente, têm encontrado soluções através de ações com ética e consciência ambiental diante desses problemas. A dimensão do trabalho produtivo das mulheres do campo também deve ser pensada, sendo um aspecto essencial para pensar as relações sociais capitalistas. Essas temáticas também precisam estar em consonância com ações que promovam o combate às opressões vividas por mulheres e homens em contextos rurais.

É importante salientar que as discussões e análises sejam conduzidas levando em consideração as relações entre o passado e o presente, observando como as experiências humanas têm interferido na natureza e como as mulheres se organizam coletivamente para enfrentar essas situações diante de contextos rurais marcados por diversos conflitos. Segue um modelo de aula que você pode usar para organizar esse momento:

Mulheres camponesas
Fonte: Google imagens (2026).

Sugestão de aula: Mulheres que plantam colhem mundos possíveis

Objetivo Geral	Analisar criticamente as relações entre os temas abordados em sala de aula com a vivência na Associação de Mulheres Girassol (Assentamento Modelo II - João Câmara/RN).
Objetivos Específicos	• Construir, de forma coletiva, um painel com fotografias, imagens, frases que remetam aos temas abordados e à vivência na Associação; • Promover, através de uma roda de conversas, diálogos sobre as aproximações e contradições entre Revolução Verde, Agroecologia, Feminismo Camponês e Popular e as experiências das mulheres da Associação Girassol; • Compreender como as mulheres são protagonistas de narrativas históricas potentes através de suas atuações em questões como a luta pela terra, relações sustentáveis com a natureza diante do avanço da exploração capitalista dos recursos naturais, nas lutas por um campo soberano e livre de violências, entre outras. • Instigar o desenvolvimento de análises críticas por parte das estudantes.
Justificativa	Professora, este momento de compartilhamento de saberes e aprendizagens é de extrema importância, pois será nestas aulas que as estudantes, imbuídas das temáticas abordadas nas aulas e do que observaram na Aula de Campo, irão dialogar, questionar e analisar como as mulheres, inclusive aquelas que vivem próximo a elas, estão produzindo história a partir de suas vivências de lutas contra as opressões do mundo. Professora, é fundamental que

	você esteja atenta às dúvidas e às questões que elas vão elaborando, para que você possa fazer as intervenções necessárias, contribuindo para que elas construam suas possibilidades de aprendizagens.
Estratégias de Ensino	• Professora, comece a aula solicitando que as alunas, já com os materiais (fotos, imagens, frases), iniciem a construção do painel. Nesse momento, você poderá realizar intervenções sobre como as mulheres, apesar de serem protagonistas das narrativas históricas tanto quanto os homens, seguem sendo invisibilizadas e silenciadas na escrita e no Ensino de História; • Após a construção do painel, peça a todas que se organizem para a roda de conversa e inicie os diálogos de acordo com a orientações que foram dadas na aula anterior à vivência na Associação. Assim, cada grupo deverá apresentar suas questões, sempre relacionando os temas abordados em sala de aula com o que observaram na visita à Associação; • Professora, conforme os grupos apresentarem suas questões, você poderá realizar as intervenções necessárias, sempre instigando as perspectivas críticas de análises; • Ao se aproximar o final da aula, após as estudantes terem realizado seus apontamentos, é importante fazer algumas considerações sobre o que foi trabalhando durante as aulas.
Recursos Didáticos	Computador, projetor, caderno, lápis, impressões, TNT, fita adesiva.
	Tendo em vista que a avaliação é contínua, diagnóstica e formativa, as estudantes serão avaliadas coletivamente de acordo com os seguintes quesitos: • **Item:** Compartilhando aprendizagens e saberes • **Critério:** participação e desenvoltura das estudantes nos diálogos e análises propostos • **Avaliação:** 1. Participaram de forma ativa na busca de imagens, frases para organizar o painel coletivo ( ); 2. Houve empenho de todas na elaboração das questões a serem apresentadas na roda de conversa ( ); 3. Expressaram de forma compreensiva o que aprenderam, a partir da temática abordada, na roda de conversa ( ); 4. Os diálogos foram construídos com respeito as proposições das demais estudantes ( );

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

É momento de avaliar...

Professora, a última aula deste ciclo será dedicada a avaliar as experiências vivenciadas ao longo desta trajetória de quatorze aulas. Para isso, elaboramos cinco questões que serão colocadas para apreciação da turma, com o objetivo de que as estudantes possam dar suas opiniões sobre os pontos assertivos e críticos da Aula de Campo. As perguntas foram organizadas da seguinte forma:

Avaliar é essencial...
Fonte: Google imagens (2026).

1. Quais as contribuições que estas experiências trouxeram para a vida de vocês?
2. Com relação ao planejamento, vocês se sentiram incluídas nos processos? O que poderia melhorar?
3. Com relação aos temas discutidos nas aulas, vocês os consideram relevantes para as suas aprendizagens? Quais outros temas de História poderíamos abordar a partir da Aula de Campo?
4. As atividades foram organizadas de forma participativa? As orientações foram suficientes?
5. De maneira geral, o que poderíamos melhorar para futuras experiências?

A partir dessas experiências avaliativas, e levando em consideração as próprias impressões, também é necessário, Professora, que você faça uma autoavaliação de suas práticas pedagógicas no decorrer do processo. Como esta aula foi pensada para uma turma em que há uma estudante com deficiência auditiva (surda), a professora Intérprete de Libras precisa ser incluída em todas estas etapas de forma ativa e participativa, para que as duas possam encontrar as melhores formas de tornar essa experiência inclusiva para toda a turma.

Professora, chegamos ao momento de concluir, ou recomeçar, os ciclos das experiencias pedagógicas. Diante disso, gostaria de dizer que este roteiro foi pensado a partir das minhas vivências como professora de História e como uma mulher que pertence a um território em que as mulheres que plantam colhem mundos possíveis. Esta é uma entre tantas experiências de mulheres que se articulam na defesa de seus territórios e dos bens comuns de suas comunidades; que lutam por soberania alimentar, pelo direito de trabalhar e serem reconhecidas como agricultoras. Elas estão, a seus modos, movendo estruturas de opressão que atravessam suas vidas.

Assim, gostaria de lhe dizer que elas têm muito a contribuir para o Ensino de História através da relação de suas experiências com temas como Revolução Verde, agroecologia, Feminismo Camponês e Popular, entre tantos outros que são essenciais para compreender como as mulheres têm participado ativamente da história do nosso país. Essas experiências podem estar muito próximas a nós, como é o caso das

mulheres Girassol. Lembrando sempre que as experiências humanas são contraditórias, e as vivências e lutas das mulheres Girassol também são, por isso é importante que sejam instigados nas estudantes possibilidade de reflexões críticas, elaboração de hipóteses e questões que relacionem os temas abordados com às experiências na Aula de Campo.

Plantando sonhos para colher mundos possíveis

Movimento de Mulheres Camponesas - MMC
Fonte: Google imagens (2026).

Um dos ensinamentos mais potentes que aprendi com bell hooks foi sobre a sala de aula, apesar de tudo, ainda ser um lugar de possibilidades. Em tempos tão complexos e dinâmicos nos quais vivemos, ter esperança é um ato revolucionário para qualquer professora; é aquela fagulha que mantém acesa a vontade de reencantar, e quem sabe, reinventar o mundo. Sozinhas podemos até dar alguns passos, mas na companhia de outras caminhamos muito melhor. . Desse modo, esse Caderno de Orientações, que apresento como dimensão propositiva para o Mestrado em Ensino de História (ProfHistória) é um sonho que planto nas encruzilhadas do hoje, na vontade de que outras epistemologias possam cruzar as salas de aula e cheguem ao mais profundo e íntimo das nossas estudantes.

Ao mobilizar saberes históricos sobre a atuação das mulheres na Revolução Verde, na agroecologia e no Feminismo Camponês e Popular, a partir das experiências da Associação de Mulheres Girassol, a proposta de roteiro para uma Aula de Campo apresentada neste Caderno tem como uma de suas intenções convidar você, Professora, a confluenciar saberes e fortalecer os rios de nossas práticas pedagógicas. Os desafios são grandes e complexos, mas acredito que podemos, através deste sonho, colher mundos possíveis em nossas aulas de História.

Assim, sinta-se acolhida por essa escrita, pelas ventanias destas ideais e pela vontade de contribuir para tornar esta proposta ainda maior e diferente; afinal, assim como eu, você também tem suas próprias formas de sentir o mundo. Escreva comigo, reflita sobre as realidades que a cercam, sinta afetuosamente suas salas de aula; vamos, através de nossas vontades de mudar o mundo, também mudar a nós mesmas. Esta é uma proposta pensada por uma mulher negra que, a seu modo, tem tentado abrir frestas nos muros coloniais deste tempo.

Gratidão por caminhar até aqui... Sigamos, pois ainda temos muito a caminhar e plantar... Na tentativa incansável de colher mundos possíveis para todas as formas de vida.

Referências

AGROECOLOGIA, **Associação Brasileira de. Sem feminismo não há agroecologia.** 2018. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Mulheres_folder-ena_web-1.pdf. Acesso em: 17 dez. 2025.

ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleidineide Pereira de. Feminismo camponês e popular: uma abordagem antirracista. In: MEZADRI, Adriana Maria et al. (org.). **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 49-61.

ANDRIOLI, Liria Ângela; BASSANESI, Danieli. MULHERES E SEMENTES CRIOULAS: trilhando os caminhos da agroecologia. **Cadernos de Agroecologia,** Pernambuco, v. 16, n. 01, p. 01-12, 14 set. 2021. Disponível em: https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6590. Acesso em: 11 jan. 2026.

ANDRIOLI, Luci Ângela; CASTILHO, Geiliane Cristina Silva. Interfaces entre o Feminismo Camponês e Popular e a Agroecologia. Interação - **Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 1-16, 2025. DOI: 10.33836/interacao.v27i1.947. Disponível em: https://periodicos.unis.edu.br/interacao/article/view/947. Acesso em: 10 jan. 2026.

ALVES, Juliana Andrade, A pesquisa em/sobre ensino de história numa encruzilhada epistemológica: um (re)posicionamento no campo científico. In: ARAGÃO, Luiz Adriano Lucena et all. **Encruzilhadas da pesquisa no Ensino de Históri**a. Porto Alegre: Editora Fi, 2021, p. 13-30.

ARAUJO, Elivan Custódio; JOSÉ DE AQUINO, Antonio; PEDROSA LIMA, Sabrina. Aula de campo como instrumento de ensino/aprendizagem em Geografia e História numa escola de Tauá - CE, Brasil. **Diversitas Journa**l, [S. l.], v. 9, n. 4, 2024. DOI: 10.48017/dj.v9i4.3154. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/3154. Acesso em: 03 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em 20 de dez. 2025.

BRASILEIRO, Articulação do Semiárido. Associação de Mulheres Girassol, experiência organizativa e produtiva no Modelo II. **Boletim Informativo O Candieiro.** João Câmara, ago. 2014. Disponível em: https://issuu.com/articulacaosemiarido/docs/374-candeeiro_1945_rn. Acesso em: 16 dez. 2025.

CONTAG. **Marcha das Margaridas.** 2000. Disponível em: https://www.marchadasmargaridas.org.br/. Acesso em: 16 dez. 2025.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

GOMES, Jeam Claude de Souza. **Do campo brotou margaridas: políticas de abordagem territorial e seus impactos para as questões de gênero na região do Mato Grande**. Mossoró: Edições UERN, 2022. Disponível em: https://portal.uern.br/wp-content/uploads/sites/14/2024/10/E-book-Do-campo-Brotou-Margaridas.pdf. Acesso em: 18 dez. 2025.

LAZZARI, Francini Meneghini; SOUZA, Andressa Silva. Revolução Verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais. In: **4º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE**, 4., 2017, Santa Maria. Anais... Santa Maria: UFSM, 2017. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/4-3-1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

MOTA, Vinian Delfino. Mulher(es) e agroecologia: a diversidade falada, mas ainda escondida. Poética Erótica de La Relación: ¡Sin feminismo no hay agroecología!, **Clacso**, Buenos Aires, v. 1, n. 6, p. 09-17, set. 2021. Disponível em: https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2021/09/V1_Poetica-erotica_N6.pdf. Acesso em: 02 jan. 2026.

NORDESTE, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do. **Carta política dos 30 anos do MMTR/NE**. 2016. Disponível em: https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Carta-pol%C3%ADtica.pdf. Acesso em: 18 dez. 2025.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. São Paulo: Bazar do Tempo, 2021. Tradução Wanderson Flor do Nascimento.

PINHO, Carolina Santos B. de. Pensamento feminista negro como orientação teórico-metodológica de uma pedagogia revolucionária. In: PINHO, Carolina; MESQUITA, Tayná Victória de Lima (org.). **Pedagogia Feminista Negra**. São Paulo: Veneta, 2022.

RIO GRADE DO NORTE. **Lei nº 10.049, de 27 de janeiro de 2016**. Aprova o Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (2015-2025) e dá outras providências. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/seec/DOC/DOC000000000103587.PDF. Acesso em 21 de dez. De 2025.

SANTILI, Juliana. **Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores**. São Paulo, Petrópolis, 2009.

TOSTES, Flávia et.al. Agroecologia como ferramenta política-pedagógica de educação ambiental nas diferentes fases de formação acadêmica de educandos e educadores. **Anais - VII CONEDU** - Conedu em Casa. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/80116. Acesso em 04 de jan. de 2026.

Ana Paula de Lima Silva. Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2013). Especialista em Literatura e Ensino e Educação Ambiental e Geografia do Semiárido - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2021,2025). Membra do Núcleo Afro-brasileiro e Indígena (NEABI- IFRN - Campus João Câmara, desde 2014). Bolsista da CAPES (2024-2026). Mestranda em Ensino de História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Uma mulher-imensidão que planta sonhos possíveis no Território do Mato Grande.

E-mail: anapaulakbr@hotmail.com

Margarida Maria Dias de Oliveira. Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (1988), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (1994) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2003). Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria da História e Metodologia do Ensino de História. Atualmente é professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Foi representante de História na Comissão Técnica do PNLD nas avaliações de 2007, 2008, 2010, 2011, 2013 e 2014. A orientadora desta escrita dissertativa.

E-mail: margaridahistoria@yahoo.com.br

5 TODA VEZ QUE EU DOU UM PASSO O MUNDO SAI DO LUGAR[83] (UMA CONCLUSÃO?)

O presente estudo teve como objetivo apresentar contribuições que as mulheres do campo têm a oferecer ao Ensino de História a partir de experiências coletivas e comunitárias, especificamente, as mulheres da Associação de Mulheres Girassol (Assentamento Modelo II, João Câmara/RN). Por meio de discussões sobre a invisibilidade dessas mulheres nas narrativas e conteúdos históricos que chegam às salas de aula da Educação Básica, propomos um Caderno de Orientações intitulado: “Mulheres que plantam colhem mundos possíveis, uma proposta de Aula de Campo no Ensino de história para estudantes do Ensino Médio”. As discussões apresentadas, assim como a dimensão propositiva, têm como recorte temporal a década de 1960, com os desdobramentos da Revolução Verde e seus impactos no cenário rural brasileiro, mais especificamente sobre a vida das mulheres.

Compreendendo o quanto a nossa sociedade é estruturada a partir de marcadores de opressão, entre os quais podemos citar o racismo, o machismo e as violências de gênero, e o quanto isso recai sobre a vida das mulheres. A partir desse cenário, como professora, penso o Ensino de História como uma possibilidade de contribuir para o desmantelamento dessas estruturas. No entanto, sabemos que as narrativas históricas também têm dado, ao longo dos séculos, uma contribuição significativa para a manutenção dessas opressões; então, a nossa responsabilidade ética, social e política diante da nossa profissão é tentar abrir frestas nesses muros e apresentar às nossas alunas outras possibilidades de existência que, a seu modo, estão reinventando o mundo. Afinal, não podemos esquecer que a nossa atuação enquanto professoras é uma atuação política; apesar de estarmos condicionadas pelas nossas formações ou por outros fatores, ainda somos nós a escolher manter ou ir abrindo caminhos para um mundo mais justo, equitativo e democrático para todas as formas de vida.

Partindo dessas perspectivas, este foi um estudo que fez algumas escolhas importantes, construindo uma escrita que desobedece, um pouco, ao que se chama de padrão científico para uma dissertação de mestrado. Com uma linguagem no feminino e em primeira pessoa, eu também fui fazendo parte dos enredos da narrativa;

---

[83] Música de Siba e Fuloresta. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=elUvDpM_JSo&list=RDelUvDpM_JSo&start_radio=1. Acesso em 26 de jan. de 2026.

é uma escrita que também fala de mim, das minhas trajetórias, dos sonhos e dos atravessamentos que impactam minha existência. É uma escrita viva de um corpo-território que se faz, e se fez, na coletividade com as mulheres do meu território e do mundo, que vai, aqui, se transformando num corpo-texto de palavras que cultivam mundos possíveis.

Foi uma escrita que me emocionou muito, e hoje tenho aprendido a não pedir desculpas à academia, ou a qualquer outro espaço, por ser (emocionada demais), por acreditar que ciência também se faz com emoção. Afinal, escrevo a partir das minhas experiências enquanto uma professora negra, nordestina, do semiárido potiguar, como uma mulher-imensidão do Território do Mato Grande, cercada pela encantaria das matas e pela sabedoria das mais velhas. Esta é uma escrita coletiva, apesar de ter sido tecida na solidão entre mim e o computador; assim, fui macerando as ervas sagradas que aqui se transformam em palavras-sementes a serem jogadas nas encruzilhadas do hoje. É uma escrita como processo de cura, pois um dia já acreditei que escrever não era algo possível para mim.

Para percorrer esses caminhos possíveis, foram construídos diálogos sobre os lugares de invisibilidade e apagamentos que as mulheres do campo ocupam na escrita e no Ensino de História, pensando, a partir disso, no protagonismo que elas exercem em eventos históricos, como a Revolução Verde. Essa revolução traz mudanças que impactam profundamente os modos de vida das pessoas no campo, com investimentos na “modernização” da agricultura, implementando o uso de insumos agrícolas (como fertilizantes e agrotóxicos) a maquinização das produções e intensificação dos sistemas de monoculturas (milho, soja). As dinâmicas das pessoas que viviam, e vivem da agricultura familiar e outros sistemas tradicionais de relacionamento com a terra e a natureza vão sendo profundamente modificadas diante dos conflitos de terras, das doenças provocadas pelo uso dos venenos, do êxodo rural e do desaparecimento de saberes tradicionais e ancestrais, como o uso das ervas medicinais, entre outros.

Nesse cenário, as mulheres tiveram papel fundamental em contestar esses modelos de sociabilidade no campo. Elas se organizaram em movimentos sociais, como o MMTR/NE, o MMC e outros, articulando estratégias de bem viver para as populações do campo. Nesse contexto, a agroecologia aparece como uma forma dessas mulheres se relacionarem com a natureza de forma mais harmoniosa, e encontram no feminismo uma maneira de se organizar politicamente para pensar

estratégias de sobrevivência. Mas foi necessária muita mobilização e debates para que elas conseguissem constituir um feminismo que dialogasse com seus modos de vida e suas lutas; assim, a partir das duas últimas décadas, essas mulheres vêm praticando, no cotidiano de suas lutas, o Feminismo Camponês e Popular no Brasil.

Assim, é um feminismo que nasce a partir das experiências como a das mulheres da Associação de Mulheres Girassol, que, no Território do Mato Grande, têm se articulado social e politicamente por meio da agroecologia e do feminismo como uma possibilidade de lutar pelo bem viver no semiárido potiguar. Partindo dessas questões, dialogamos sobre os lugares que essas mulheres também ocupam nas produções dissertativas do ProfHistória, assim como na BNCC e no Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar. No que se refere ao ProfHistória, as mulheres, questões de gênero e feminismo ocupam menos de 11% das dissertações produzidas entre 2014 e 2025; ou seja, ainda temos muito a caminhar. A BNCC, apesar do silenciamento diante das questões de gênero, nos dá algumas possibilidades para pensar um Ensino de História em que as mulheres possam ser vistas e compreendidas como protagonistas das narrativas históricas. O Referencial Curricular Potiguar oferece, de forma mais explícita, possibilidades de trazer as mulheres, inclusive as mulheres do campo, para o centro dessas narrativas.

Diante disso, apresentamos algumas experiências coletivas de mulheres do Território do Mato Grande, com foco nas práticas agroecológicas e comunitárias da Associação de Mulheres Girassol, dando ênfase à realização de uma Aula de Campo na Associação, objetivando mostrar suas formas de lutas e resistências na busca de um campo digno e soberano para todas as pessoas. A referida aula é pensada a partir do diálogo com questões referentes à Revolução Verde, à agroecologia e ao Feminismo Camponês e Popular.

E, nesse contexto, apresentamos o Caderno de Orientações para a realização da Aula de Campo na Associação. Ele é composto por discussões mais teóricas sobre feminismo, agroecologia e Revolução Verde, além do roteiro com o passo a passo da aula. Vale lembrar que o roteiro foi construído a partir da minha realidade, levando em consideração o lugar em que vivo e atuo enquanto professora; assim, ele não é uma proposta ou um texto fechado. Na verdade, é um convite para que as professoras possam dialogar, propor, refazer e, a partir dessas confluências de ideias, fortalecer a proposta e fazê-la chegar a outros rios de existências. Desse modo, o Caderno é uma

esperança arriada nas esquinas do hoje como uma possibilidade de reencantar e reinventar mundos possíveis num futuro que, como diz Ailton Krenak, é ancestral.

Eu sei que sozinha, não tenho o poder de mudar tudo, mas posso mudar a mim mesma todos os dias; e, nesses movimentos de passos dados, entrego essa oferenda analítica nas encruzilhadas epistemológicas do Ensino de História para que outras pessoas possam, a seu modo, dar passos firmes em busca de um mundo melhor. E não, aqui não é a conclusão deste estudo; aqui é um recomeço, uma ventania, um passo dado para fazer o mundo sair do lugar; é sobre vozes-mulheres que aqui ecoam tantas outras histórias; é sobre plantar sonhos possíveis no solo fértil do existir.

6. REFERÊNCIAS

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AEDAS. **Antônio Bispo**: o saber contracolonial para a preservação e continuidade da tradição quilombola. 2023. Disponível em: https://aedasmg.org/2023/12/04/nota-nego-bispo/. Acesso em: 06 jan. 2026.

AGROECOLOGIA, Associação Brasileira de. **Sem feminismo não há agroecologia**. 2018. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Mulheres_folder-ena_web-1.pdf. Acesso em: 17 dez. 2025.

AGROECOLOGIA, Associação Nacional de. **Carta Política III ENA**: encontro nacional de agroecologia. Juazeiro - Ba: Ana, 2014. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2014/07/carta-politica-iii-ena.pdf. Acesso em: 14 jan. 2026.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleidineide Pereira de. Feminismo camponês e popular: uma abordagem antirracista. *In*: MEZADRI, Adriana Maria *et al*. (org.). **Feminismo camponês popular**: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 49-61.

ALMEIDA, Mariléia de. **Devir quilombola: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas.** São Paulo: Elefante, 2022.

ANDRIOLI, Liria Ângela; BASSANESI, Danieli. MULHERES E SEMENTES CRIOULAS: trilhando os caminhos da agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, Pernambuco, v. 16, n. 01, p. 01-12, 14 set. 2021. Disponível em: https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6590. Acesso em: 11 jan. 2026.

ANDRIOLI, Luci Ângela; CASTILHO, Geiliane Cristina Silva. Interfaces entre o Feminismo Camponês e Popular e a Agroecologia. **Interação - Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 1–16, 2025. DOI: 10.33836/interacao.v27i1.947. Disponível em: https://periodicos.unis.edu.br/interacao/article/view/947. Acesso em: 10 jan. 2026.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. Trad. Édina de Marco**. Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026x2000000100017. Acesso em 17 de dezembro de 2025.

A PALAVRA, Mulher Com. **Acessibilidade, Mulheres e Ciência com Carla Akotirene e Sônia Guimarães**. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YAsMa748gbk. Acesso em: 13 jul. 2025.

APLICADA, Instituto de Pesquisa Econômica (org.). **Atlas da Violência 2025**. Brasília: Ipea, 2025. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf . Acesso em: 28 jun. 2025.

ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. Feminismo camponês e popular: caminhos para uma nova sociabilidade. **Linguagem em Re(Vista)**, [*s. l*], v. 15, n. 30, p. 78-101, dez. 2020. Disponível em: http://www.filologia.org.br/linguagememrevista/30/04.pdf. Acesso em: 14 jan. 2026.

ARAUJO, Elivan Custódio; AQUINO, Antônio José de; LIMA, Sabrina Pedrosa. Aula de campo como instrumento de ensino/aprendizagem em Geografia e História numa escola de Tauá - CE, Brasil. **Diversitas Journal**, *[S. l.]*, v. 9, n. 4, 2024. DOI: 10.48017/dj.v9i4.3154. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/3154. Acesso em: 17 jan. 2026.

BEZERRA, Paulo Henrique. **O voo e os cânticos no Quilombo de Acauã**: práticas educativas na construção da cultura e identidade de uma comunidade. 2024. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/60363. Acesso em: 23 nov. 2025.

BEZERRA, Paulo Ricardo Cosme; MILLER, Francisca de Souza; OLIVEIRA, Jorge Eduardo Lins de. TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO: um estudo em comunidades rurais do território do mato grande potiguar. **Educação Ambiental em Ação**, Online, v. -, n. 72, p. 01-19, 08 jun. 2021. Disponível em: http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=4156. Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. C**onstituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto de 25 de fevereiro de 2008**. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/dnn/dnn11503.htm. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14986.htm. Acesso em 03 de jan. de 2026.

BRASIL. **Lei Nº 15.263 de 14 de novembro de 2025**. Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em:

https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.263-de-14-de-novembro-de-2025-669256398. Acesso em 07 de dez. de 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.263, de 14 de novembro de 2025**. Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15263.htm. Acesso em: 20 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em 03 de jan. de 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 03 de jan. de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em 20 de dez. de 2025.

BRASILEIRO, Articulação do Semiárido. Associação de Mulheres Girassol, experiência organizativa e produtiva no Modelo II. **Boletim Informativo O Candeeiro.** João Câmara, ago. 2014. Disponível em: https://issuu.com/articulacaosemiarido/docs/374-candeeiro_1945_rn. Acesso em: 16 nov. 2025.

BRASILEIRO, Articulação do Semiárido. **O Candeeiro**. Disponível em: https://asabrasil.org.br/conteudo/?conteudo=candeeiro. Acesso em: 16 nov. 2025.

BRITO, Luciana da Cruz; MIRANDA, Clícea Maria Augusto de. Diáspora negra. In: RIOS, Flávia; SANTOS, Marcio André dos; RATTS, Alex (org.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 118-129.

BUTTO, Karla Hora e Andrea. Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Conceição; HORA, Karla; NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu. **Mulheres Rurais e Autonomia**: formação e articulação para efetivas políticas públicas nos territórios da cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. p. 14-45. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-outras-publicacoes-1/9-mulheres-rurais-e-autonomia-formacao-e-articulacao-para-efetivar-politicas-publicas-nos-territorios-da-cidadania.pdf. Acesso em: 13 jan. 2026.

CADERNO DE MÚSICAS. Brasília: **Contag**, 2023. Disponível em: https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17938-2235587-caderno-de-mu%CC%81sicas-2023-1.pdf. Acesso em: 15 nov. 2025.

CANVA. **Canva Education**. 2025. Disponível em: https://www.canva.com/pt_br/educacao/. Acesso em: 29 dez. 2025

CAPITAL, Carta. **Conceição Evaristo**: nossa fala estilhaça a máscara do silêncio⁂. “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio”. 2017. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/. Acesso em: 16 jul. 2025.

CLOC. **Lá via campesina.** Lá Via Campesina. 2026. Disponível em: https://cloc-viacampesina.net/. Acesso em: 08 jan. 2026.

COLLING, Ana Maria. TEDESCHI, Losandro Antônio. O ensino da história e os estudos de gênero na historiografia brasileira. **Revista História & Perspectivas**, [S. l.], v. 28, n. 53, 2016. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/32777. Acesso em: 12 ago. 2025.

CONTAG. **Marcha das Margaridas**. 2000. Disponível em: https://www.marchadasmargaridas.org.br/. Acesso em: 23 jul. 2025.

CONTE, Isaura; CALAÇA, Michela; TABORDA, Noeli Welter. Divisão sexual do trabalho. In: MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide (org.). **Feminismo Camponês Popular**: reflexões a partir de experiências no movimento de mulheres camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 123-132. Disponível em: https://expressaopopular.com.br/livraria/9786587389028feminismo-campones-popular-reflexoes-a-partir-de-experiencias-no-movimento-de-mulheres-camponesas/. Acesso em: 12 jan. 2026.

DELPHY, Christine. Patriarcado. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; NOTIER, Danièle Se (org**.). Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Unesp, 2019.

DINIZ, Debora. **Carta de uma orientadora**: sobre pesquisa e escrita acadêmica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

DUARTE, Jessyca Barbosa; FREIRE, Juliana Alice Costa; JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Mulheres, historiografia e história oral: um diálogo possível. **Research, Society And Development**, São Paulo, v. 09, n. 11, p. 01-15, 06 dez. 2020. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10624. Acesso em: 10 jan. 2026.

EDUCAÇÃO, Ministério da. **Mulheres Mil**: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/ept/mulheres-mil. Acesso em: 06 dez. 2025.

EMICIDA. **A ordem natural das coisas**. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1IXTGu4cYmc&list=RD1IXTGu4cYmc&start_radio=1. Acesso em: 06 jan. 2026.

ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de Geografia e**. Quantidade de homens e mulheres**. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html. Acesso em: 16 jul. 2025.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza; SCHNEIDER, Liane (Orgs.). **Mulheres no mundo:** etnia, marginalidade, diáspora. João Pessoa: Ideia: Editora Universitária - UFPB, 2005, p. 201-212. Disponível em: https://inegalagoas.org/wp-content/uploads/2020/05/gc3aanero-e-etnia-conceic3a7c3a3o-evaristo.pdf. Acesso em 15 de jan. de 2026.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da Recordação e outros movimentos.** Rio de Janeiro: Malê, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

FAMILIAR, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura. **Ater Mulheres para Produção de Alimentos, Autonomia e Vidas Saudáveis no Campo, nas Águas e nas Floresta**. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/04/ater-mulheres-para-producao-de-alimentos-autonomia-e-vidas-saudaveis-no-campo-nas-aguas-e-nas-florestas. Acesso em: 06 dez. 2025.

FAMILIAR, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura. **Programa Quintais Produtivos**: mulheres rurais. Mulheres Rurais. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/quintais-produtivos. Acesso em: 06 dez. 2025.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agrária, Reforma**. Disponível em: https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-agraria-reforma. Acesso em: 09 jul. 2025.

FIGUEIREDO, Angela. Feminismos negros. In: RIOS, Flávia; SANTOS, Marcio André dos; RATTS, Alex. **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 148-152.

FIRMIANO JÚNIOR, Francisco Cândido. **Lutas por terra em Queimadas, Taipu/RN**. 2020. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/32114. Acesso em: 03 dez. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GAGO, Verônica. **A potência feminista: ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020. Tradução Igor Peres.

GIOVANNETTI, Carolina; SALES, Shirlei Rezende. BNCC, Reforma do Ensino Médio e questões de gênero: disputas para o controle do conhecimento. **Revista Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 25, p. 01-26, 16 dez. 2022. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20385. Acesso em: 04 jan. 2026.

GOMES, Jeam Claude de Souza; KNOX, Winifred; FARIAS, Pedro Henrique Bezerra. O florescer do esperançar da militância: o Comitê Dona Zizi na vida de mulheres rurais

do Mato Grande - RN. **Revista Tel: Tempo, Espaço e Linguagem**, Irati/PR, v. 1, n. 14, p. 198-226, jun. 2023. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/view/21684/209209217668. Acesso em 04 de dez. de 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HERRERA, Karolyna Marin. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. Política e Sociedade**: Revista de Sociologia Política**, Florianópoles/Sc, v. 15, n. -, p. 208-233, 14 out. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p208. Acesso em: 14 ago. 2025.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. **Ensinando o pensamento crítico**: sabedora prática. São Paulo: Elefante, 2020.

HOOKS, bell. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KILOMBA, Grada. **35ª Bienal de São Paulo**: coreografias do imposível. Coreografias do Imposível. 2023. Disponível em: https://bienal.org.br/agenda/35a-bienal-de-sao-paulo-coreografias-do-impossivel/. Acesso em: 07 jul. 2025.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAZZARI, Francini Meneghini; SOUZA, Andressa Silva. Revolução Verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais. *In*: 4º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 4., 2017, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2017. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/4-3-1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

LEÃO, Ryane. **Jamais peço desculpas por me derramar demais**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

LEÃO, Ryane. **Ninguém pode parar uma mulher ventania**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025.

LOLI, Dayane Andressa; LIMA, Romilda de Souza; SILOCHI, Rose Mary Helena Quint. Mulheres em contextos rurais e segurança alimentar e nutricional. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional,** Campinas, SP, v. 27, p. e020008, 2019. DOI: 10.20396/san.v27i0.8656151. Disponível em:

https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8656151. Acesso em: 20 jul. 2025.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2011.

MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; FARIAS, Mayara Helenna Verissimo de. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da américa. **Interações (Campo Grande)**, [S.L.], p. 577-596, 16 set. 2020. Universidade Catolica Dom Bosco. http://dx.doi.org/10.20435/inter.v21i3.2300. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/wbtt55LdndtrwkfkvRN5vqb/?lang=pt. Acesso em: 16 nov. 2025.

MALVEZZI, R. **Semi-árido:** uma visão holística. Brasília: Confea, 2007. 140 p. (Série Pensar Brasil). Disponível em: https://robertomalvezzi.com.br/wp-content/uploads/2016/06/phpCDo4mz.pdf. Acesso em 20 de jan. de 2026.

MARCELINO, Karina Francine; MORAES, Mário César Barreto. Pesquisa qualitativa como proposta metodológica para os estudos com enfoque decolonial. **Revista Saber Humano,** Restinga Sêca - RS, v. 14, n. 25, p. 96-112, 11 dez. 2024. Disponível em: https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/708/673. Acesso em: 09 jun. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018. Tradução de Renata Santini.

MOTA, Vinian Delfino. Mulher(es) e agroecologia: a diversidade falada, mas ainda escondida. **Poética Erótica de La Relación: ¡Sin feminismo no hay agroecología!,** Clacso, Buenos Aires, v. 1, n. 6, p. 09-17, set. 2021. Disponível em: https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2021/09/V1_Poetica-erotica_N6.pdf. Acesso em: 02 jan. 2026.

MULHERES, Marcha Mundial das. **Quem somos**. Disponível em: https://marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/#quemsomos. Acesso em: 05 dez. 2025.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro visto por ele mesmo**. São Paulo: Ubu, 2022.

NASCIMENTO, Lisa Larkin (org.). **A matriz africana do mundo**. São Paulo: Selo Nero, 2008.

NOGUEIRA, L. C. EM BUSCA DA LIBERTAÇÃO: o papel da mulher na história das religiões afro-brasileiras. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia, Brasil, v. 16, n. 1, p. 125–140, 2023. DOI: 10.18224/mos. v16i1.9107. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/9107. Acesso em: 2 dez. 2026.

NOGUEIRA, Sidney. **Intolerância Religiosa**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

NORDESTE, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do. **Carta política dos 30 anos do MMTR/NE**. 2016. Disponível em:

https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Carta-pol%C3%ADtica.pdf. Acesso em: 18 dez. 2025.

NÚÑEZ, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **Clima.Com** – Diante dos Negacionismos [online], Campinas, ano 8, n. 21. novembro 2021. Disponível em: https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/monoculturas-do-pensamento/. Acesso em 04 de jun. de 2025.

NÚÑEZ,, Geni. Flup 2025: Os saberes das beiras. **Youtube**, 22 de novembro de 2025. 1h37min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LI8dQ7JeX68&list=PLK0OQf2NeLr1Xg-e7MOIw_bLFWtVFNMUz&index=29. Acesso em 15 de dezembro de 2025.

OLIVEIRA, Fábio de. **Cenas do Catimbó**. Natal: Edição do Autor, 2023.

OLIVEIRA, J. B. de; PEREIRA, G. M. C. L.; ANDRADE, L. P. de; ANDRADE, H. M. L. da S. Feiras agroecológicas no Brasil: uma revisão de escopo da produção científica e suas contribuições para a sustentabilidade e os sistemas alimentares locais. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, *[S. l.]*, v. 18, n. 8, p. e20457, 2025. DOI: 10.55905/revconv.18n.8-340. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/20457. Acesso em: 29 jan. 2026.

OLIVEIRA, Silvana dos Santos Costa; CORDEIRO, Ana Luisa Alves. “E como Eu Fico Nesse Rolê?”: Questões de Gênero e Raça nas Reformas do Ensino Médio no Brasil. *In*: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO (SEMIEDU), 32, 2024, Cuiabá/MT. **Anais** [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2024. Disponível em: https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu/article/view/32852. Acesso em 03 de jan. de 2026.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. São Paulo: Bazar do Tempo, 2021. Tradução Wanderson Flor do Nascimento.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **Estudos Africanos de Gênero**. São Paulo: WMF Martins Fontes; Itaú Cultural/Fundação Tide Setubal, 2025. Selo Ancestralidades.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **Mulheres Africanas e Feminismo**: reflexões sobre a política da sororidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

PALAVRA, Mulher com a. Mulheres e Ciência: Carla Akotirene e Sônia Guimarães. **Youtube**, 26 de set. de 2021. 48min31s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z51bd5YPq6Q. Acesso em 15 de jun. de 2025.

PINHO, Carolina Santos B. de. Pensamento feminista negro como orientação teórico-metodológica de uma pedagogia revolucionária. In: PINHO, Carolina; MESQUITA, Tayná Victória de Lima (org.). **Pedagogia Feminista Negra**. São Paulo: Veneta, 2022.

RIO GRADE DO NORTE. **Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (2015-2025)**. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-estadual-de-educacao-do-rio-grande-do-norte,0e903e2b-6398-47bd-b6fa-32da0ea14764. Acesso em 21 de jun. De 2025.

RIO GRANDE DO NORTE. **Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar**. Natal/RN, 2021. Disponível em: http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/seec/DOC/DOC000000000278463.PDF. Acesso em 19 de jun. De 2025.

RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. Agroecologia e sua materialidade na vida das mulheres camponesas. In: CINELLI, Catiane; SEIBERT, Iridiane Graciele; CIMA, Juliana Inês; CALAÇA, Michela; PULGA, Vanderléia Laodete. **Mulheres camponesas**: semeando agroecologia, colhendo saúde a autonomia. Porto Alegre: Rede Unida, 2018. p. 35-52. Disponível em: https://editora.redeunida.org.br/project/mulheres-camponesas-semeando-agroecologia-colhendo-saude-e-autonomia/. Acesso em: 03 jan. 2026

ROSADO, Isabella Nunes. Sobre o que nos move: sobre a vida. In: DUARTE, Constância Lima; ROSADO, Isabella Nunes (org.). **Escrevivência**: a escrita de nós, reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 10-24. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf. Acesso em: 28 dez. 2025.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas.** Rio de Janeiro: Mórula Editoral, 2019.

SADICK, Aretha. **Contra-feitiço**. 2024. Instagram: Fonatrans. Disponível em: https://www.instagram.com/share/reel/_htFr9loa. Acesso em: 16 jul. 2025.

SAGAZ, Simoni. **A Participação da Mulher Sem Terra na Construção da Reforma Agrária Popular**: experiência da regional porto alegre (rs). 2024. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2024. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/258859. Acesso em: 13 jan. 2026.

SANTILI, Juliana. **Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores**. São Paulo, Petrópolis, 2009.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.

SANTOS, Milton. O retorno ao território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec - Anpur, 1994. p. 15-20.

SEEC/RN. **Monitoramento da Educação**. Disponível em: https://sigeduc.rn.gov.br/sigeduc/public/transparencia/pages/home/portal.jsf. Acesso em: 07 jan. 2026.

SEGUNDO, Maxione do Nascimento França. **Território e Reforma Agrária no Rio Grande do Norte**. 2017. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/items/a71fc761-aaf6-4a20-8232-c9807425c141. Acesso em: 27 dez. 2025.

SEPLAN. **Sobre o Projeto - RN Sustentável**. Disponível em: https://www.governocidadao.rn.gov.br/?pg=sobre_o_projeto. Acesso em: 13 jan. 2026.

SIBA. **Toda Vez Que Eu Dou um Passo o Mundo Sai do Lugar**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=elUvDpM_JSo&list=RDelUvDpM_JSo&start_radio=1. Acesso em: 26 jan. 2026.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Disponível em: https://alimentacaosaudavel.org.br/wp-content/uploads/2022/11/69.Mulheres_e_agroecologia_transformando_o_campo_as_florestas_e_as_pessoas.pdf. Acesso em: 15 jan. 2026.

SILVA, Cidinha da. **Tecnologias ancestrais de produções de infinitos**. Goiânia: Martelo, 2022.

SILVA, Luana Cristine Ferreira da; SILVA, Mylena Raiza dos Santos; JALIL, Laeticia Laeticia Medeiros; FREITASLU, Karine Pereira de; OLIVEIRA, Maria do Socorro. As mulheres e seus saberes: proporcionando biodiversidade nos agroecossistemas. **Cadernos de Agroecologia**, [*s. l*], v. 16, n. 01, p. 01-11, 30 jul. 2021. Disponível em: https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6648. Acesso em: 14 jan. 2026.

SILVA, Rafael Aguiar da; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. ENTRE AEROGERADORES E VULNERABILIDADE SOCIAL: o caso da região do mato grande, rio grande do norte. **Revista Geointerações**, Assú,RN, v. 8, n. 1, p. 1-15, 20 dez. 2024. Disponível em: https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RGI/article/view/5683/4190. Acesso em: 01 dez. 2025.

SILVA, Tayse Michelle Campos da. **Mulheres Indígenas Mendonça: cotidiano, resistência e lutas por direitos no Rio Grande do Norte**. 2021. 214 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/46884. Acesso em: 16 jan. 2025.

SOCIAL, Secretaria de Comunicação. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa. Acesso em: 13 jan. 2026.

TESTI, Marina Daquanno. **Palhaça Karla Concá testemunha a força do riso**: ⁖uma mulher que gargalha, libera a garganta de muitas outras⁖. “Uma mulher que gargalha, libera a garganta de muitas outras”. 2023. Disponível em: https://revistamarieclaire.globo.com/cultura/noticia/2023/12/palhaca-karla-conca-testemunha-a-forca-do-riso-uma-mulher-que-gargalha-libera-a-garganta-de-muitas-outras.ghtml. Acesso em: 04 fev. 2026.

TOSTES, Flávia *et.al*. Agroecologia como ferramenta política-pedagógica de educação ambiental nas diferentes fases de formação acadêmica de educandos e educadores**. Anais - VII CONEDU - Conedu em Casa**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/80116. Acesso em 04 de jan. de 2026.

UFRJ (org.). **Profhistória: Mestrado Profissional em Ensino de História**. Disponível em: https://site.profhistoria.com.br/ . Acesso em: 05 jul. 2025.

ZORATTO, Fabiana Martins Martin; HORNES, Karin Linete. Aula de Campo como instrumento didático-pedagógico para o ensino de Geografia. In: PDE, Cadernos. **Desafios da escola pública paraense na perspectiva do professor**. Paraná: Governo do Paraná, 2014. p. 02-19. Disponível em: https://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unioeste_geo_artigo_fabiana_martins_martin.pdf. Acesso em: 17 jan. 2026.